



**Universidade Estadual do Oeste do Paraná**

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – MESTRADO**

**FRANCIELE APARECIDA BURATTO BEAL**

**A AGROECOLOGIA COMO PARADIGMA PARA A PROMOÇÃO DO DIREITO  
HUMANO À ALIMENTAÇÃO: A ATUAÇÃO DA ASSESOAR NO SUDOESTE  
PARANAENSE**

**TOLEDO – PR  
2018**

**FRANCIELE APARECIDA BURATTO BEAL**

**A AGROECOLOGIA COMO PARADIGMA PARA A PROMOÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO: A ATUAÇÃO DA ASSESOAR NO SUDOESTE PARANAENSE**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado. Área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos.

Orientadora Profa. Dra. Marli Renate von Borstel Roesler

**TOLEDO – PR  
2018**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Beal, Franciele Aparecida Buratto  
A AGROECOLOGIA COMO PARADIGMA PARA A PROMOÇÃO DO  
DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO: A ATUAÇÃO DA ASSESOAR NO  
SUDOESTE PARANAENSE / Franciele Aparecida Buratto Beal;  
orientador(a), Marli Renate von Borstel Roesler, 2018.  
103 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do  
Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas,  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2018.

1. . I. Roesler, Marli Renate von Borstel . II. Título.

**FRANCIELE APARECIDA BURATTO BEAL**

**A AGROECOLOGIA COMO PARADIGMA PARA A PROMOÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO: A ATUAÇÃO DA ASSESOAR NO SUDOESTE PARANAENSE**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dra. Marli Renate von Borstel Roesler  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

---

Prof. Dr. Edson Marques Oliveira  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

---

Prof. Dr. Antônio Marcos Myskiw  
Universidade Federal da Fronteira Sul

Toledo, 20 de Dezembro de 2018.

## ATA DE DEFESA



### Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE FRANCIELE APARECIDA BURATTO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 20 dia(s) do mês de dezembro de 2018 às 14h00min, no(a) Sala 8, Bloco E, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) **Franciele Aparecida Buratto Beal**, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - nível de Mestrado, na área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Marli Renate Von Borstel Roesler, Edson Marques Oliveira, Antonio Marcos Myskiw. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Marli Renate Von Borstel Roesler, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "A AGROECOLOGIA COMO PARADIGMA PARA A PROMOÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO: A ATUAÇÃO DA ASSESOAR NO SUDOESTE PARANAENSE". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Edson Marques Oliveira, Antonio Marcos Myskiw. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi Aprovada. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Toledo, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

Orientador(a) - Marli Renate Von Borstel Roesler  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Toledo (UNIOESTE)

Edson Marques Oliveira  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Toledo (UNIOESTE)

**Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**

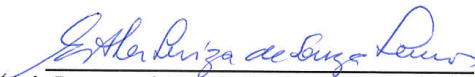
ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE FRANCIELE APARECIDA BURATTO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.



Antonio Marcos Myskiw  
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)



Franciele Aparecida Buratto Beal  
Candidato(a)



Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

*Dedico esse trabalho aos meus filhos:  
Pedro Antônio e João Francisco,  
Com todo meu amor de mãe!*

## AGRADECIMENTOS

Com sentimento de gratidão, lembro daqueles que tornaram possível a realização deste trabalho.

Primeiramente a Deus, fonte de fé e vida.

A minha família. Com todo o meu amor agradeço meu esposo, Marcos, que manteve-se ao meu lado nesse percurso, enfrentando dolorosos obstáculos. Juntos recebemos o dom da vida – do nosso renascimento ao nascimento de nossos amados filhos Pedro Antônio e João Francisco. A você também agradeço as observações e críticas que engrandeceram este trabalho, seu apoio e cuidado foram decisivos para a realização do mesmo.

Aos meus amados pais Valdir e Lúcia, sogros José e Lucimar que incansavelmente dedicaram seu tempo aos meus filhos, dando-lhes amor, atenção, afeto quando a mãe se ausentava para os estudos. Lhes agradeço também por cuidarem de mim, ajudando-me a superar minhas angústias e aflições.

A vocês família amada, também dispense meu pedido de perdão pelo tempo não lhes dedicado em prol da construção desse trabalho.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS, em nível de mestrado da UNIOESTE, pelo conhecimento compartilhado.

A minha orientadora professora Marli Renate von Borstel Roesler, que compreensiva às minhas limitações, dedicou seu tempo a este estudo. Professora, a ti minha admiração e gratidão.

As minhas colegas de turma que tornaram a construção desse trabalho uma construção coletiva, em especial a Monica companheira de viagem e de quarto, sempre zelosa com meu pequeno Pedro que participou de todo esse processo ainda em meu ventre.

A equipe NASF de Dois Vizinhos, agradeço a compreensão por minhas ausências, pela força e principalmente pela amizade.

A ASSESOAR pela atenção dispensada a esta pesquisa.

E, por fim, não menos importante, agradeço aos agricultores que aceitaram participar desse estudo, colaborando com o relato de suas vivências e resistências diárias.

A vocês, a minha eterna gratidão!



BEAL, Franciele Aparecida Buratto. **A agroecologia como paradigma para a promoção do direito humano à alimentação: a atuação da ASSESOAR no sudoeste paranaense.** 103 p. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, ano da defesa.

## RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo historicizar e atualizar o nexo temático entre a questão agrária brasileira e a segurança alimentar, a partir da atuação da ASSESOAR, no sudoeste do Paraná. Mais especificamente, busca compreender como a reestruturação contemporânea da questão agrária brasileira incide sobre a promoção da segurança alimentar e da sustentabilidade ambiental como direito humano fundamental, aproximando o Serviço Social de tais interpretações. Para tanto, fora realizado o levantamento teórico, a revisão crítica, bibliográfica e reflexão acerca da temática. Dessa forma contextualizou-se a reestruturação do dilema alimentar brasileiro a partir da relação teórico-conceitual entre a questão agrária contemporânea e a afirmação da segurança alimentar e sustentabilidade ambiental como direitos humanos fundamentais. Na sequência, o trabalho volta-se aos aspectos da geografia da fome no sudoeste paranaense, na tentativa de desenhar um mapa da fome na região. Neste momento o trabalho pesquisa fora conduzindo pela pesquisa de campo, com a realização das entrevistas com os municípios cuja a entidade ASSESOAR estende seu trabalho. Totalizou-se 17 municípios, sendo entrevistado um agricultor sócio da entidade por município, compondo assim o universo da pesquisa. As entrevistas foram gravadas e com um questionário elaborado os pesquisados-com autorização- forneceram informações necessárias para análise da pesquisa. Com a pesquisa de campo, objetivou-se identificar o papel da ASSESOAR como ente promotora de uma alimentação segura e ecologicamente correta, capaz de romper com o paradigma da fome e da insegurança alimentar que deriva do modelo agrícola preponderante.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar; Sustentabilidade Ambiental; Questão Agrária; Direitos Humanos.

BEAL, Franciele Aparecida Buratto. **Agroecology as a paradigm for the promotion of the human right to food: the performance of ASSESOAR in southwest of Paraná.** 103 p. 2018. Dissertation (Master's in Social Work), State University of Western Paraná, Toledo-PR, 2018.

### **ABSTRACT**

The present research aims to historicize and update the thematic link between the Brazilian agrarian question and food security, based on the performance of ASSESOAR, in the southwest of Paraná. More specifically, it seeks to understand how the contemporary restructuring of the Brazilian agrarian issue focuses on the promotion of food security and environmental sustainability as a fundamental human right, bringing Social Service closer to such interpretations. For that, the theoretical survey, the critical revision, bibliographical review and reflection on the subject had been carried out. In this way, the restructuring of the Brazilian food dilemma was contextualized based on the theoretical-conceptual relationship between the contemporary agrarian question and the affirmation of food security and environmental sustainability as fundamental human rights. In the sequence, the work turns to the aspects of the geography of the hunger in the south-west of Paraná, in the attempt to draw a map of the hunger in the region. At the moment the research work was conducted by the field research, with the accomplishment of the interviews with the municipalities whose entity ASSESOAR extends its work. A total of 17 municipalities were interviewed, one farmer being a partner of the entity by municipality, thus composing the universe of the research. The interviews were recorded and with a questionnaire elaborated the respondents - with authorization - provided the necessary information to analyze the research. With the field research, the objective was to identify the role of ASSESOAR as a promoter of safe and ecologically correct food, capable of breaking with the paradigm of hunger and food insecurity that derives from the preponderant agricultural model.

**Keywords:** Food Security; Environmental Sustainability; Agrarian Question; Human Rights.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Condição do produtor em relação às terras (CENSO Agro, 2006).....	51
Tabela 2 - Tamanho dos estabelecimentos rurais (início).....	52
Tabela 3 - Variáveis e pesos da composição do índice .....	55
Tabela 4 - Correlação EBIA com o Índice de prevalência da fome utilizado na análise sobre o Sudoeste.....	56
Tabela 5 - Tabela de composição do índice da fome no sudoeste do Paraná .....	59
Tabela 6 - Principais itens da produção agrícola do Sudoeste, por microrregião (2015)	63
Tabela 7 - Produção animal - Sudoeste do Paraná por microrregiões .....	63
Tabela 8 - Venda de agrotóxicos por estado (localidades selecionadas).....	66
Tabela 9 - Utilização de agrotóxicos no Brasil - Censos agropecuários de 2006 e 2017 (% de propriedades) .....	67
Tabela 10 - Orientação técnica recebida pelos estabelecimentos, por origem da orientação técnica, segundo a UF, a Mesorregião e Microrregião - 2006 .....	73
Tabela 11 - Composição familiar por entrevistado .....	74
Tabela 12 - Grau de instrução dos agricultores.....	75
Tabela 13 - Acesso a serviços básicos.....	75
Tabela 14 - Participação em conselhos e espaços de liderança comunitária.....	76
Tabela 15 - Meio de aquisição da propriedade .....	76
Tabela 16 - Principal produção da propriedade.....	77
Tabela 17 - Destino dos alimentos produzidos na propriedade .....	78
Tabela 18 - Estabelecimentos com uso de adubação, por produtos utilizados – 2006 .....	89
Tabela 19 - Uso de outras alternativas para o controle de pragas e/ou doenças em vegetais nos estabelecimentos, por tipo de alternativa – 2006.....	90

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da fome no sudoeste paranaense .....	60
--	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 O PARADIGMA AGROECOLÓGICO E A PROMOÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO: REESTRUTURAÇÕES NO CAPITALISMO AGRÁRIO BRASILEIRO .....</b>	<b>15</b>
2.1 AGROECOLOGIA, A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO AGRÁRIO BRASILEIRO.....	15
2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR: UMA GENEALOGIA DO CONCEITO.....	24
2.3 A IDEIA DA GEOGRAFIA DA FOME REDISCUTIDA E O SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO PROBLEMA APRESENTADO.....	33
<b>3 ASPECTOS DA GEOGRAFIA DA FOME NO SUDOESTE PARANAENSE .....</b>	<b>40</b>
3.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO SUDOESTE DO PARANÁ: BREVES NOTAS .....	41
3.2 O “MAPA DA FOME” NO “CELEIRO DO ESTADO” .....	51
3.3 DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A INSUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO AGRONEGÓCIO NO SUDOESTE DO PARANÁ.....	64
<b>4 A ASSESOAR E A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO SUDOESTE PARANAENSE.....</b>	<b>70</b>
4.1 HISTÓRICO E ORIGENS DA ASSESOAR.....	71
4.2 DINÂMICA INSTITUCIONAL DA ASSESOAR E SUA RELEVÂNCIA NA FORMAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DA POLÍTICA DE SAN .....	73
4.3 INCLUSÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ÂMBITO DA POLÍTICA NA GARANTIA DE SAN <i>VERSUS</i> A POBREZA NO CAMPO.....	80
4.4 OS DETERMINANTES HISTÓRICO-ESTRUTURAIS DE GERAÇÃO DA POBREZA RURAL .....	82
4.5 MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA COMO ENFRENTAMENTO À POBREZA E AO ÊXODO RURAL .....	85
4.6 A AGROECOLOGIA NA BERLINDA.....	88
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>97</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema a Política de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, que traz à discussão o direito humano à alimentação e a questão agrária. Esta, mais do que uma questão de divisão de terras, traz a problemática da sustentabilidade econômica, humana e ambiental do mundo rural brasileiro. O enfoque agrário enquanto expressão da “questão social” é fruto de um longo processo histórico marcado pela opressão e desigualdade, um processo que perdura desde a época da colonização até a atualidade, no cenário brasileiro.

O ato de alimentar-se ultrapassa a concepção de ingerir uma quantidade determinada de nutrientes para manutenção da vida biológica. Trata-se de um ato simbólico dotado de imensas potencialidades para o desenvolvimento social e a afirmação cultural do ser humano. Os hábitos alimentares expressam a cultura das populações, suas formas peculiares de organização social, seu modo de pensar, de amar, de viver e de morrer. Por assim dizer, ser privado da alimentação não implica apenas desnutrição orgânica, implica cerceamento ou limitação do desenvolvimento das potencialidades humanas da vida em sociedade.

Considerando a reflexão a respeito das ações voltadas ao enfrentamento das expressões da questão social, entende-se que o estudo proposto vem se somar à análise das expressões da questão social, desvelando e não a desvinculando de sua gênese comum, reiterando os processos sociais contraditórios existentes dentro de sua dimensão. A insegurança alimentar, traduzida no seu retrato mais dramático de fome, é a expressão mais contundente da desigualdade social. Em suma, com esta pesquisa, espera-se contribuir para a compreensão, por parte de toda a comunidade, da efetivação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no combate à fome na região. Nessa perspectiva, pretende-se aproximar nesse trabalho os objetivos da linha de pesquisa “Políticas Sociais, Desenvolvimento e Direitos humanos” do Programa de Pós-Graduação, mestrado em Serviço Social da UNIOESTE, que é *Dinamizar estudos teórico-metodológicos de políticas sociais, processos de desenvolvimento e garantias de direitos humanos*.

A aproximação com esta temática vem atravessando minha formação acadêmica, iniciada em 2004, na graduação do curso de Serviço Social. O trabalho de conclusão de curso buscava a compreensão das políticas sociais voltadas para a população indígena, tendo como foco de estudo a população indígena da aldeia *Tekohã Añetete*, de Diamante do Oeste/PR.

Diante das inúmeras carências e vulnerabilidades identificadas naquela população, levantou-se a preocupação acerca do direcionamento das ações voltadas para o problema da fome na realidade daquela população, na qual o enfrentamento muitas vezes se valia de ações

de compensação social atreladas à forte tendência de naturalizar as expressões da questão social, por meio de ações focalizadas apenas no combate à pobreza e não na sua superação. Tal preocupação faz-se presente nas vivências do cotidiano profissional, seja atuando junto à Política de Assistência Social, seja junto à Política de Saúde.

Considerando ainda, a ausência de dados acerca da insegurança alimentar e nutricional nos municípios da região sudoeste do Paraná, propõe-se a questão norteadora da pesquisa: Como a reestruturação contemporânea da questão agrária brasileira incide sobre a promoção da segurança alimentar e sustentabilidade ambiental? Mais especificamente, como esta reestruturação, no caso do sudoeste do Paraná, delimita as possibilidades de atuação da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR como ente promotor da segurança alimentar ambientalmente referenciada?

O objetivo geral é historicizar e atualizar o nexos temático entre a questão agrária brasileira e a segurança alimentar, a partir da atuação da ASSESOAR, no sudoeste do Paraná. Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, parte-se dos seguintes objetivos específicos:

- a) explicitar os tensionamentos entre a emergência do paradigma<sup>1</sup> agroecológico e a promoção do direito humano à alimentação, a partir das reestruturações, no capitalismo agrário brasileiro;
- b) analisar, em seus aspectos gerais, o mapa da fome na região sudoeste paranaense;
- c) discutir o papel da ASSESOAR na promoção do direito à alimentação e na sustentabilidade ambiental como direito humano fundamental.

A ocupação e a exploração da mesorregião sudoeste foram iniciadas nos primeiros anos do século XX, durante o ciclo de extrativismo intenso da madeira e da erva-mate, presentes em todo o estado do Paraná. A partir dos anos 20, mais precisamente, assistiu-se, também, à instalação da agricultura em pequenas áreas, com vistas à produção de alimentos, conduzida por indígenas – povo *Kaingang*- que utilizavam o sistema pousio, dada a grande disponibilidade de terras férteis. Os anos 40 foram marcados pelo início da colonização da região, com a vinda de grandes levas de colonos catarinenses e gaúchos que, por meio do sistema de produção da policultura combinado à criação de suínos, substituíram, progressivamente, as práticas do pousio, das queimadas ou faxinais, pelas colheitas anuais. No período que compreende as décadas de 50, 60 e 70, o sudoeste passou por grande transformação na sua base produtiva, com a introdução de novas práticas de cultivo, a partir da expansão da cultura da soja. A

---

<sup>1</sup> Originário do grego, o termo paradigma significa modelo, exemplo, padrão e neste trabalho ganha a conotação da acepção clássica, entendido como uma das versões da teoria das formas ou ideias de Platão. Segundo Marcondes (2002,15), na visão platônica, “um paradigma é um modelo, um tipo exemplar, que se encontra em um mundo abstrato, e do qual existem instâncias, como cópias imperfeitas em nosso mundo concreto”

adubação química, o uso do calcário e a mecanização das terras substituíram a técnica do pousio das terras. De acordo ainda com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a industrialização da agricultura no sudoeste foi intensa, mesmo nas áreas onde o relevo não permitia. A soja e o milho passaram a ocupar grandes extensões de terra e possibilitaram a implantação de indústrias de ração, que vieram a subsidiar a produção e a industrialização da carne de aves. (IPARDES, 2004)

As características físicas, combinadas com a policultura implantada pelos colonos e expandida pelos colonos catarinenses e gaúchos de origem europeia, constituíram a base para a definição da estrutura fundiária da região. A pequena propriedade e a agricultura familiar passaram a predominar como forma de organização da produção agrícola, e como um modo de vida e de relação com o mundo.

A busca pela diversificação da policultura está intimamente relacionada à existência de uma estrutura fundiária, na qual a pequena propriedade familiar ainda predomina, apesar dos choques sofridos, e as entidades organizam e representam a agricultura familiar. Atualmente, a sociedade, principalmente seu segmento rural, está repensando sua estrutura produtiva, tendo em vista que o modelo apregoado pela Revolução Verde – adoção de “pacotes tecnológicos” desenvolvidos para sistemas ambientais diferentes dos nossos – trouxe para a região perda da qualidade dos solos, exclusão social e empobrecimento dos agricultores.

Considerada a questão de pesquisa, esta breve contextualização, o objetivo geral e específicos deste trabalho, propõe-se apresentar resultados em três partes distintas. No primeiro capítulo, *O paradigma agroecológico e a promoção do direito humano à alimentação: reestruturações no capitalismo agrário brasileiro e aproximações com o Serviço Social*, trilhasse o seguinte percurso metodológico: investiga-se, em um primeiro momento, do ponto de vista teórico, a afirmação dos novos paradigmas do capitalismo rural e suas contribuições ao reposicionamento da questão social. Na sequência, procura-se tecer uma crítica ao conceito de segurança alimentar, tomando em conta como foi estruturado no campo da nutrição clínica, contribuindo para a obliteração o problema da fome como face da questão social. Com base na discussão acumulada nessas duas sessões, rediscute-se a ideia da geografia da fome, desenvolvida por Josué de Castro (1960), trazendo para o centro da discussão a importância de se analisar, na elaboração do mapa da fome, além dos aspectos nutricionais apontados pelo autor, elementos da estrutura fundiária brasileira e da agricultura familiar como *modus* produtor de alimentos. Nesse capítulo ainda, aproximamos a temática com o Serviço Social, de modo a provocar o debate da categoria,

No segundo capítulo, volta-se aos *Aspectos da geografia da fome no sudoeste paranaense*. Metodologicamente, o percurso consiste, inicialmente, em apontar os aspectos gerais da questão agrária nessa região do estado, tecendo a análise bibliográfica de uma literatura que, há muito, vem tentando compreender a questão. Na sequência, com base nos delineamentos feitos na primeira parte do trabalho, busca-se desenhar o mapa da fome na região. Para tanto, recorre-se à análise geográfica de alguns indicadores sociais (especialmente dados do SAGI, IBGE, SISVAN, Índice de GINI e Programa Bolsa Família). Com o percurso feito no segundo capítulo, espera-se rebater o mito segundo o qual a fome não é um problema relevante em contextos de predominância da agricultura familiar.

No terceiro e último capítulo, *A ASSESOAR e a promoção da segurança alimentar no sudoeste paranaense*, é trilhado o seguinte percurso metodológico: parte-se do mapeamento do histórico e das origens da ASSESOAR (considerando a pesquisa documental nos arquivos e atas da instituição) para, posteriormente, analisar os dados das entrevistas realizadas com alguns agricultores, cujo foco foi perceber seu posicionamento sobre a atuação da entidade e o seu próprio papel na promoção da segurança alimentar nas comunidades onde vivem. O referencial ético-político adotado nesta seção consiste em considerar a alimentação como direito humano fundamental, bem como uma aposta na ASSESOAR para atuar como ente promotor de uma alimentação segura e ecologicamente correta, dadas as características da região sudoeste do Paraná, a fim de romper com o paradigma da fome e da insegurança alimentar que deriva do modelo agrícola preponderante.



## **2 O PARADIGMA AGROECOLÓGICO E A PROMOÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO: REESTRUTURAÇÕES NO CAPITALISMO AGRÁRIO BRASILEIRO**

Neste primeiro capítulo, trilha-se o seguinte percurso metodológico: investiga-se inicialmente, do ponto de vista teórico, a afirmação dos novos paradigmas do capitalismo rural e suas contribuições ao reposicionamento da questão social. Na sequência, com base na discussão acumulada nesta seção, procura-se rediscutir a ideia da geografia da fome, desenvolvida por Josué de Castro, trazendo para o centro da discussão alguns fatores não considerados em seu mapeamento (indicadores socioeconômicos, a estrutura fundiária brasileira e a agricultura familiar como produtora de alimentos). Encerra-se esta parte do trabalho, rediscutindo literaturas no âmbito do Serviço Social, na tentativa de procurar elucidar o papel do assistente social na promoção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e da alimentação como direito humano fundamental.

### **2.1 AGROECOLOGIA, A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO AGRÁRIO BRASILEIRO**

A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos (LOSAN, 2006, **art. 5º**)

Ao longo dos anos 90 a categoria de “agricultura familiar” foi, paulatinamente, ganhando terreno, reforçando o modelo analítico do capitalismo rural. Entre o fim desse período e início dos anos 2000, o paradigma de estudos sobre a ruralidade avançou. O “Projeto Rurbano”<sup>2</sup> realizado na década de 90 como experiência para uma nova alternativa para produção agrícola produziu evidências sólidas de que as melhores configurações territoriais encontradas eram aquelas que combinavam uma agricultura de base familiar forte com o entorno socioeconômico diversificado e infraestrutura (VEIGA 2001). No âmago da estrutura e interpretativa, estava a análise da formação das rendas entre as famílias não urbanas, especialmente em virtude da crescente interpenetração entre os mercados de trabalho tradicionalmente qualificados como urbanos e rurais: daí por diante o rural não poderia mais ser reduzido ao agrícola (VEIGA, 2011).

---

<sup>2</sup> Projeto temático que caracteriza o novo rural brasileiro, 1981/1999, coordenado pelo professor José Graziano da Silva da Unicamp, reuniu mais de 40 pesquisadores que tinham por objetivo analisar as principais transformações ocorridas no meio rural em onze unidades da Federação (PI, RN, AL, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF).

Esta nova forma de compreender o rural, explorando suas articulações territoriais e interdependências com o urbano, passou a ser uma marca distintiva dos principais estudos e programas de pesquisa que inauguraram a década seguinte, despertando o interesse pela explicação das causas dessa nova vitalidade do mundo rural. Como observa Favaretto (2007), sob o ângulo empírico, o rural apresenta cada vez mais injunções com o urbano, por isso, seria fundamental compreender de que maneira isto ocorre e, do ponto teórico, identificar qual seria seu poder explicativo. Nesse sentido, duas questões sobressaem: qual é o novo lugar da agricultura e do rural nas sociedades nas quais prevalece o capitalismo avançado? O que as novas relações entre o rural e o urbano revelam sobre os processos de sociabilidade? Quais são os traços constitutivos e como se reestruturam as dimensões de conflito no mundo rural contemporâneo?

Tendo em vista esse contexto e indagações, novas abordagens e alternativas do desenvolvimento rural têm surgido no campo da agricultura familiar. Provocadas tanto por associações de base e demais organizações representativas da sociedade civil. Observa-se o desenvolvimento de experiências e processos de produção de consumo alternativos que visam a sustentabilidade e as condições econômicas participativas e solidárias. A exemplo disso podemos citar a existência da Rede Ecovida, resultante da articulação de entidades, cujo trabalho congrega 340 grupos de agricultores e 20 ONGs e teve sua formação em 1998, e o trabalho da ASSESOAR atuante desde a década de 50 na região sudoeste do Paraná.

Discussões que se sobressaem neste trabalho são, dentre outras, a segurança alimentar e nutricional e agroecologia. A partir dessas, abre-se um leque de questões que acompanham o avanço do capitalismo nas zonas de campo brasileiro, onde houve aumento na acumulação e na concentração da riqueza, transformando radicalmente o meio rural, por meio da mecanização e da industrialização, como também da tecnologização de alguns setores da agricultura.

Acredita-se que a realização de uma verdadeira reforma agrária deverá tocar nos pilares que fundamentam a exclusão social e o frágil desenvolvimento brasileiro, promovendo a inclusão social, a formação e a consolidação de um forte mercado interno no país. Isto se levaria a cabo por meio de um amplo processo de mobilização de massa, como a ocupação dos latifúndios improdutivos, resultando em desapropriações e quebra a espinha dorsal do conservadorismo, dado que ataca o poder econômico e político dos latifundiários. Aliada à imediata regularização das terras ocupadas por posseiros e posseiras, a implantação de um programa de crédito fundiário e de um massivo apoio à consolidação da agricultura familiar são fundamentais na construção de alternativas de desenvolvimento. Observa-se um retrato dessa realidade nos primeiros dados do Censo Agropecuário 2017, apresentados recentemente pelo

IBGE. Identificou-se o novo cenário do Brasil rural: a área destinada à agricultura e à pecuária cresceu 5% no país. São 350 milhões de hectares. A expansão foi maior na fronteira agrícola da região norte do país. O Brasil tem cinco milhões de propriedades rurais, 2% a menos do que no último censo. (IBGE, 2017).

As relações de trabalho se configuram como um segundo elemento conflitante no quadro do mundo rural brasileiro, considerada a condição dos assalariados rurais, que constituem a parcela mais empobrecida da agricultura e, por decorrência, de toda a população brasileira. Quando se inclina o olhar para o desenvolvimento do campo, é preciso, sobretudo, pensar no grupo daqueles que estão mais vulneráveis às mudanças, pensando como é possível formatar melhores condições de vida, de trabalho e salários satisfatórios, priorizando, como pontua Santos (2001), as seguintes questões:

- assentamento de trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados, em especial os desempregados e subempregados que optarem por desenvolver a sua própria agricultura mediante um programa de reforma agrária;
- criação de agroindústrias ligadas à agricultura familiar, com legislação específica;
- geração de emprego no interior da unidade produtiva familiar;
- programas de qualificação profissional e reconversão produtiva;
- campanhas de educação e prevenção sobre uso de agrotóxicos e suas conseqüências, garantindo o atendimento aos trabalhadores e trabalhadoras envolvidas nessa atividade (SANTOS, 2001, p. 231).

Tais questões devem pressupor a democratização das relações de trabalho, renda digna e respeito aos direitos trabalhistas, como condições básicas para a qualidade de emprego e vida, independentemente do empregador.

O terceiro elemento refere-se ao perfil das pessoas e famílias que vivem e trabalham no campo, isto é, considerar o sexo, a faixa etária e gerações. O Censo Agropecuário citado acima apresenta o perfil do típico proprietário rural brasileiro: 75% são homens entre 30 e 60 anos. Repensar as relações sociais constituídas e as suas estruturas organizativas implica rever a legitimação e a valorização social dos diversos sujeitos envolvidos: mulheres, homens, jovens, crianças, idosos, deficientes (IBGE, 2017). Para isso, é preciso dar visibilidade a todos, principalmente às mulheres e aos jovens, uma vez que todos os setores agrícolas, principalmente a agricultura familiar, incorporam massivamente o trabalho da mulher e do jovem na esfera produtiva. Para Santos (2001), a inclusão de uma abordagem de gênero é fundamental, uma vez que introduz uma nova concepção nas relações entre homens e mulheres, que possibilite a participação efetiva do público feminino na tomada de decisões e na construção de políticas alternativas de desenvolvimento. É fundamental, também, o reconhecimento dos

jovens e idosos como atores sociais e produtivos, tornando necessária a criação de políticas específicas, além da garantia de espaços de participação.

Em vista disso, a ênfase recai no papel das políticas sociais na construção de alternativas de desenvolvimento para o campo. Educação, saúde, lazer, previdência e assistência social, formação profissional, pesquisa e assistência técnica são elementos estruturais de qualquer proposta. Em um contexto de mudanças constantes, é essencial que seja revisto totalmente o ambiente educacional até agora oferecido aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, dado que a questão tecnológica tem assumido papel de destaque no sistema produtivo,

É necessário estabelecer relações mais expressivas entre ensino regular básico, formação profissional, redes de extensão rural e assistência técnica e avanços das pesquisas. Três políticas ganham papel proeminente com respeito às condições básicas para o desenvolvimento sustentável: as políticas educacionais; a efetiva implementação do Sistema Único de Saúde (SUS); e o acesso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais aos benefícios da previdência e assistência social.

Dos elementos elencados como estruturantes nesta pesquisa, a discussão acerca dos modelos agrícolas e da agroecologia e sua relação direta com a SAN será aprofundada. No Brasil, as iniciativas de contraposição ao modelo de desenvolvimento agrícola, agroexportador e excludente, têm se intensificado nas últimas décadas. Muitas ONG's têm surgido e trabalhado seguindo perspectivas mais humanistas e igualitárias e tomando em consideração a agroecologia, uma das variáveis mais importantes para a viabilização da agricultura familiar, dado que propicia uma melhor distribuição de renda e garante a sustentabilidade ambiental.

De acordo com Leff (2002), a agroecologia define-se como uma ciência que tem interface com outras áreas. Segundo o autor, praticar agroecologia não é simplesmente mudar a forma de produzir alimentos, mas de viver e de inter-relacionar-se com o meio de forma sustentável. Assim sendo, a agroecologia é sobre tudo, a transformação do modelo de desenvolvimento rural, que visa modificar as variáveis sociais, econômicas e culturais, com olhos atentos ao ser humano e não ao capital, e seu desenvolvimento é de responsabilidade de todos os agentes.

Dentro dessa concepção, o modelo de produção agroecológico se configura como um novo paradigma produtivo, onde as técnicas e práticas de produção estão em sintonia com a sustentabilidade no campo, e assim é conhecida como agricultura sustentável. A agroecologia embasa-se fortemente na recuperação dos saberes tradicionais e em um conjunto de práticas que respondem às condições de cada localidade. Como observa Leff (2002), a agroecologia, é uma reação aos modelos agrícolas depredadores, e apresenta-se como alternativa para contrapô-

los. Nesse sentido, em suas aplicações pontuais, a agroecologia contribui para desmontar os modelos agroquímicos tradicionais, representando a emergência do potencial *ecotecnológico* da racionalidade ambiental defendida por Leff (2002, p. 37).

Paralelamente a tal concepção, a agroecologia objetiva introjetar princípios de equidade na produção, o que, conforme Leff, (1994), implica a inserção de técnicas e práticas em uma nova teoria da produção. Como bandeira política, a agroecologia pretende elaborar propostas de ação social coletiva que enfrentem a lógica depredadora do modelo produtivo agroindustrial hegemônico, no intuito de viabilizar a construção de uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. Leff (2002) observa que:

A agroecologia se encrava no contexto de uma economia política do ambiente”, que recupera princípios do pensamento fisiocrata, assim como recupero uma reconceptualizam o sentido econômico da expressão “valor de uso” (LEFF, 2002, p. 40).

Na segunda metade do século XX, vários países latino-americanos engajaram-se na intitulada Revolução Verde, um modelo produtivo proposto e implementado nos países mais desenvolvidos após o término da Segunda Guerra Mundial, cuja meta era o aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas, assentando-se no uso intensivo de insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, da irrigação e da motomecanização.

No Brasil, a partir de meados da década de 1980, com a inviabilização dos subsídios ao crédito, tornam-se gradativamente mais visíveis as consequências do padrão de agricultura introduzido com a Revolução Verde. A contestação da agricultura e das formas de organização produtivas oriundas desse ideário traz em seu rastro uma série de manifestações sociais que passam a adquirir crescente importância e legitimidade nos anos mais recentes.

A crítica e o debate em torno de novas formas de (agri)cultura<sup>3</sup> e de desenvolvimento intensificam-se a partir de alguns fatos e movimentos gerais, como:

- a) Uma crise generalizada nos países de capitalismo periférico, a partir da década de 1950, mostrando que o progresso não é uma virtude natural que todos os sistemas econômicos e todas as sociedades humanas possuem (implicando também a crise do industrialismo e da ideia de que o desenvolvimento é igual a progresso material – o qual, por sua vez, traz o bem-estar social –, ou que o desenvolvimento técnico-científico implica desenvolvimento socioeconômico, progresso e crescimento);
- b) as crises sociais, expressas de diferentes maneiras, via concentração de renda, de riquezas e da terra, o êxodo rural e a violência em todos os sentidos.

---

<sup>3</sup> Como Altieri (1995) se refere à atividade agrícola no campo.

c) uma crise ambiental, manifestada também de diferentes e graves formas, como, por exemplo, a degradação e a escassez dos “recursos naturais”, a contaminação dos alimentos etc.

d) uma crise econômica, a partir da diminuição dos níveis médios de renda e pela constatação de que a maioria dos produtos incentivados pela modernização agrícola deixou de ser atrativa sob esse aspecto, inclusive algumas commodities (ALTIERI, 2004, p. 9).

Em 2008, surgem contornos importantes à discussão sobre a crise alimentar mundial, com vários argumentos em debate e uma hipótese de muitos: se uma crise alimentar existe é porque existiria também uma crise do padrão de desenvolvimento imposto à agricultura nos últimos quarenta anos. Embora se busque o aumento significativo da produtividade em alguns cultivos e atividades agropecuárias, as mencionadas crises geram problemas e impasses que gradualmente começam a ganhar espaço, indicando crescentes dificuldades de manutenção do padrão produtivo moderno, no período pós-guerra. No plano econômico, especialmente, destaca-se, como tendência geral histórica nas décadas recentes, a elevação dos custos de produção associada à queda real dos preços pagos aos agricultores (ALTIERI, 1995).

Essa falta de sintonia ocorre, por certo, nos países nos quais os governos não conseguem manter subsídios aos agricultores e assegurar preços sociais dos alimentos compatíveis com o nível de renda dos consumidores. Esse padrão de produção insustentável é ressaltado por Altieri (1995) na obra *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*:

A falta de acesso dos produtores menos favorecidos a insumos caros, bem como questões básicas de igualdade socioeconômica, obstaculizaram, em muito, a modernização da agricultura nos países em desenvolvimento (ALTIERI, 1995. p. 9).

Essas são algumas das muitas razões e motivações que iriam produzir a entrada em cena, nos últimos vinte anos, de experiências diferentes daquelas do padrão proposto pelo ideário da Revolução Verde, atraindo a atenção de profissionais das ciências agrárias e de outras áreas do conhecimento, bem como de autoridades governamentais e, é claro, de muitos agricultores brasileiros. Segundo Altieri (1995), esse movimento cresceu e assumiu maior complexidade, denominado atualmente de várias maneiras, caracterizando, por vezes, sua feição técnica ou produtiva *stricto sensu*, na qual a agroecologia assume posição destacada:

Toda discussão em torno dessas novas formas de praticar e viver a agricultura se insere nestes últimos anos no debate da sustentabilidade do desenvolvimento, indicando, genericamente, um objetivo social e produtivo, qual seja, a adoção de um padrão tecnológico e de organização social e produtiva que não use de forma predatória os recursos naturais e tampouco modifique tão agressivamente a natureza, buscando compatibilizar, como

resultado, um padrão de produção agrícola que integre equilibradamente objetivos sociais, econômicos e ambientais ( ALTIERI, 1995, p. 9).

De acordo com o autor, essa nova forma de praticar a agricultura, mais sustentável, traz consigo desafio ambiental, econômico, social, territorial e tecnológico. Altieri (1995) explica que é necessário um conhecimento global sobre o meio, considerando seus aspectos físicos e biológicos, sobretudo, seus aspectos humanos. Isso é possível a partir de uma nova (agri)cultura que concilie processos biológicos e processos geoquímicos e físicos com os processos produtivos, os quais envolvem componentes sociais, políticos, econômicos e culturais, como se configura a agroecologia. (ALTIERI, 1995, p.11)

Para Altieri (1995), essa abordagem deve-se basear no conhecimento que se tem hoje do funcionamento dos ecossistemas terrestres. O autor menciona que:

- a) o equilíbrio da natureza é extremamente delicado (e instável) e os seres humanos podem modificá-lo de maneira irreversível, pelo menos em termos de escala de vida humana;
  - b) a Terra não é um reservatório ilimitado de recursos;
  - c) no longo prazo, a sociedade jamais é indenizada pelos danos ambientais e pelos desperdícios de “recursos naturais”, nem em termos econômicos, nem em termos sociais;
  - d) o fictício bem-estar de alguns segmentos sociais se dá à custa da exploração real e atual de excluídos, que não usufruem vantagens econômicas e sociais mínimas, e pelo comprometimento das novas gerações, que tendem a se deparar com problemas sociais e econômicos cada vez mais complexos (...)
- (ALTIERI, 1995, p. 11).

Contudo, não são poucos os desafios e enfrentamentos na direção da agricultura e do desenvolvimento mais sustentável. Assim, questionamentos acerca do novo modo de pensar a agricultura acompanham a discussão. Como tornar a agricultura brasileira mais sustentável, garantindo os ganhos de produtividade agrícola atual e, inclusive, aumentando-os? Essa parece ser uma questão de peso, sobre a qual todos os interessados no desenvolvimento deveriam debruçar-se. Altieri (1995) explica que várias tentativas de resposta já foram ensaiadas nos últimos anos, por dentro e por fora do *status quo reinante*, algumas delas partiram de um movimento que originalmente se chamou de “agricultura alternativa” (década de 1970) e que hoje se agrupa em torno das iniciativas de “agricultura ecológica”.

Ao final da década de 90, alguns movimentos camponeses e rurais latino-americanos incorporaram a agroecologia aos seus princípios de luta e resistência, tendo-a como bandeira de sua estratégia de desenvolvimento e soberania alimentar. Para Altieri (1995), incorporar a agroecologia ao campo da luta camponesa se traduz em quatro principais razões: primeira,

socialmente ativa (com participação dos agricultores); segunda, tem um enfoque culturalmente aceitável, pois baseia-se em conhecimentos tradicionais e promove o diálogo de saberes com métodos científicos; terceira, promove técnicas economicamente viáveis, que utiliza o conhecimento de comunidades tradicionais, da biodiversidade agrícola e dos recursos locais, é ambientalmente sustentável; quarta, é ecológica, busca otimizar o rendimento e a eficiência do sistema produtivo, ao promover a diversidade e as sinergias (ALTIERI, 1995).

Entende-se que a agroecologia tem sido difundida nos países da América Latina, convertendo-se em um padrão técnico-agronômico capaz de orientar as diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável, avaliando as potencialidades dos sistemas agrícolas desde uma perspectiva social, econômica e ecológica. De acordo com as reflexões de Altieri, entende-se que o grande objetivo da agricultura sustentável, cujo enfoque é agroecológico, trata-se da manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômicos adequados à meta de redução da pobreza, assim atendendo às necessidades sociais das populações rurais.

O advento do paradigma agroecológico representa, em certa medida, a mudança de ênfase nas tensões entre capital e trabalho no capitalismo rural contemporâneo, especialmente como ele se estrutura nos países periféricos, como é o caso do Brasil<sup>4</sup>: na mesma proporção em que se arrefece a tônica na díade lucro-exploração, a tensão passa a ganhar proeminência entre modo de produção (expandindo seu sentido para uma perspectiva mais ampla, atrelada à noção

---

<sup>4</sup> No pós-guerra, estrutura-se um debate teórico e político em torno da questão agrária brasileira, tendo por justificativa imediata a necessidade de uma Reforma Agrária ampla. Essa questão é levantada, sob diferentes perspectivas, por atores políticos e sociais com certa tradição nos conflitos agrários brasileiros, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), setores reformistas da Igreja Católica e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). De um lado temos o Partido Comunista Brasileiro, que, por conta de várias tendências dos seus intelectuais orgânicos ou mesmo de fora de seus quadros, como é o caso de Celso Furtado, formularam na época aquilo que se interpretava como cerne da questão agrária: uma dificuldade grave para o desenvolvimento industrial capitalista face ao atraso das forças produtivas e relações sociais agrárias. A igreja católica foi fundamental para abrir espaços às lutas de organização do sindicalismo rural no Brasil e, também, para manter a luta pela Reforma Agrária na agenda política do Governo Goulart. À direita do movimento em prol da Reforma Agrária, posicionava-se o grupo técnico-político que defendia a modernização técnica da agropecuária brasileira, sem reforma agrária. Esse grupo tinha na figura do Prof. Delfim Neto, da USP, seu principal formulador e depois executor, como Ministro de Fazenda no governo militar, de 1967 a 1973. Com o Golpe Militar de 1964 derrota-se o movimento pela Reforma Agrária e a Questão Agrária é remetida à solução pela modernização técnica. Este projeto é assumido integralmente pelo grupo paulista liderado pelo Prof. Delfim Neto. O retorno da questão agrária à agenda política somente se dá com o fim do Regime Militar e o subsequente processo da democratização. A Igreja e a esquerda organizada em partidos continuam a apoiar a Reforma Agrária, mas perderam o protagonismo. A força motriz em favor da reforma agrária hoje está nos movimentos sociais. No meio rural, evidências sobre a necessidade de modernizar-se apareciam nos debates sobre a integração dos imigrantes (principalmente europeu) que, segundo muitos intelectuais, deveriam ocupar os espaços vazios do território nacional. Isto decorre porque o “elemento nacional” (caboclos, caipiras, moradores, etc) não preenchia as “condições adequadas à plena realização do projeto nacional [...] e do progresso econômico do Brasil”, por não terem disciplina e regularidade no trabalho, sendo necessários “grandes investimentos para disciplinar e formar o nacional para o trabalho produtivo pois ele não estava preparado para o trabalho extenuante de nossos cultivos”



de visão de mundo) e sustentabilidade. Como observa Favaretto (2007, p. 13), fora do campo científico, nas lutas sociais, ao longo dos anos 90, sindicatos de trabalhadores estavam simplesmente substituindo suas bandeiras de luta (pela reforma agrária e pelos direitos trabalhistas) pela reivindicação de um projeto alternativo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar.

Acredita-se que a questão da agroecologia não pode ser desvinculada da estruturação e as reconfigurações dos paradigmas do capitalismo agrário e da economia camponesa<sup>5</sup>. No Brasil, há de se considerar as interpretações da geografia agrária nacional e os espaços políticos, *locus* de decisões para o desenvolvimento da agricultura.<sup>6</sup>

Com o fim dos anos 80 e a conclusão do processo de redemocratização do país, o arrefecimento do caráter combativo dos movimentos sociais e dos movimentos do campo em particular, os estudos sobre a ruralidade no país começaram a conferir centralidade à agricultura familiar como categoria para a qual convergiam as apostas em um projeto alternativo de produção e desenvolvimento de uma visão humanista no âmbito da ruralidade. De pronto, desenvolveu-se o antagonismo dessa categoria com a do agronegócio, ou *agrobusiness*, reeditando os termos do conflito em torno da situação fundiária do país. Tal expressão havia sido desenvolvida por Ray Goldberg, em 1957, nos EUA, e traduzida, nos anos 80, como “complexo agroindustrial” ou “agronegócio” por estudiosos como Ney Bittencourt, Ivan Wedekin e Luiz A. Pinazza. Há autores como Jank (2005) que veem na agricultura familiar apenas um segmento central do agronegócio:

(...) se subsídios talvez sejam, de fato, necessários para manter a agricultura familiar brasileira, poucas coisas seriam mais nefastas para ela do que a ampliação do protecionismo internacional travestida no conceito de

<sup>5</sup>Sempre é prudente recordar, a este propósito, a distinção convencional entre questão agrária (a dimensão social) e questão agrícola (a dimensão técnica).

<sup>6</sup>A configuração da moderna agricultura capitalista se apoiou numa forma social de trabalho e empresa específica, que é a empresa familiar, contrariando, assim, duas tradições científicas e políticas muito fortes: a que sempre preconizou que o desenvolvimento generalizaria as unidades produtivas baseadas no uso exclusivo ou predominante de mão de obra e a que, inversamente, via a agricultura camponesa como modelo. Como observa Fernandes (2008, p. 53), de um lado, “o paradigma do capitalismo agrário trouxe importante contribuição para a compreensão da questão agrária ao destacar o peso da participação familiar na agricultura e romper com a visão determinista do assalariamento total. Todavia, a visão da dicotomia *agricultura camponesa x agricultura familiar* que tal paradigma sustenta representa a criação de uma condição de integração subalterna à lógica do capital. Por seu turno, o paradigma da Questão Agrária não tem conseguido teorizar a respeito do desenvolvimento da economia camponesa frente ao mercado. Mas, tem sido extremamente eficaz em compreender os processos de criação, recriação e reinvenção do campesinato, demonstrando que há possibilidades de construir espaços políticos diversos para resistir ao processo de territorialização do capital e desterritorialização do campesinato. Em síntese, se, por um lado, o paradigma do Capitalismo Agrário não tem considerado a conflitualidade em seu corpo teórico como processo eficiente e promotor de desenvolvimento, por outro, o paradigma da Questão Agrária não tem considerado a importância das formas de relação com o mercado. Um paradigma ignora a conflitualidade gerada a partir das relações mercantis, o outro ignora as relações mercantis produtoras de conflitualidade”. (FERNANDES, 2008)

“soberania alimentar”. Se a ideia da soberania alimentar se espalhar, traduzida, por exemplo, em tarifas mais altas, produtos excluídos e novas salvaguardas no contexto da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), mercados fundamentais para o País poderão se fechar nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Para o autor, abrir o mercado mundial é uma estratégia mais interessante para os produtores do que fechar o mercado interno. O Brasil é um dos países que mais têm lutado contra os subsídios e proteções internacionais à agricultura. O País não deveria ter discurso ambíguo na matéria. Principalmente, não tem cabimento pleitearmos o direito de aplicar em casa as piores práticas que estamos solenemente condenando nos outros países. O comércio exterior teria tudo para ser uma das poucas áreas de convergência de interesses das nossas antigas idiosincrasias agrícolas. (JANK, 2005. p. A 2.)

Por outro lado, os defensores da agricultura familiar encorparam a crítica de que o livre funcionamento dos mercados rurais reproduz padrões de desproteção social (dada a progressiva submissão do trabalho rural às práticas do subemprego, da terceirização e da sazonalidade); de insegurança alimentar (comumente identificados como problema da fome); e ociosidade das terras (reproduzindo a estrutura altamente desigual de posse e uso da terra como historicamente se desenvolveu no Brasil), dando origem à “Tríplice Carência do Meio Rural brasileiro”. (DELGADO, 2005, p. 26)

Na seção seguinte, que fecha este capítulo, a discussão está centrada, primeiramente, nos conteúdos identificados com o conceito de SAN e nos aspectos facilitadores e complicadores da natureza polissêmica de segurança alimentar.

## 2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR: UMA GENEALOGIA DO CONCEITO

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (LOSAN, 2006, **art. 3º**).

Ao longo da seção anterior, observou-se como o conceito de segurança alimentar foi elemento importante dentro do debate que se estabeleceu, desde o início dos anos 90, no âmbito dos estudos sobre ruralidade no Brasil. Notou-se, ainda, que a agroecologia incorporou o campo de lutas sociais, levando em conta a produção como meio de engajamento do princípio de desenvolvimento rural sustentável. Para Altieri (1995)

(...) o monitoramento da produtividade, da integridade ecológica e da igualdade social deve ir além da quantificação da produção de alimentos e do controle da qualidade do solo ou da água. Deve incluir, além disso, os níveis

de segurança alimentar, fortalecimento social, potencial econômico e independência ou autonomia dos camponeses (ALTIERI, 1995, p. 63-64).

Considerando o tema central do trabalho, a garantia do direito humano à alimentação, apresenta-se em uma rede integrada de princípios, características e ações, como Agroecologia, desenvolvimento sustentável, agricultura familiar, que direcionam para SAN. A proposta textual é traçar uma genealogia do conceito de Segurança Alimentar, para que, então, o leitor tenha clareza das concepções que serão adotadas no estudo para a construção do mapa da fome do Sudoeste do Paraná, que é apresentado no segundo capítulo.

Parte-se do conceito básico de SAN e, na sequência, adentra-se no debate político e social do direito humano à alimentação. Para compreender o conceito de SAN, é preciso inicialmente entender a noção de necessidades humanas básicas já que entre esses conceitos existem uma intrincada relação de suporte.

Na noção de segurança alimentar, a ideia de alimento seguro, com garantia de que os atributos nutricionais e sanitários presentes na comida a ser ingerida não venham provocar danos à saúde humana, é uma discussão que alimenta fortes embates. Evidentemente, as disputas de opinião sobre o que significa a qualidade dos alimentos envolvem variações sobre a noção de segurança e não, como poderia supor um leitor desavisado, a oposição derivada da inadequação da manipulação dos alimentos. Em outros termos, o problema está além do que se come. A Segurança Alimentar e Nutricional, deve ser entendida como um direito, com implicações amplas para sua garantia. Vejamos a consideração de Valente:

Garantia a todos de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo para uma existência digna, em contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana. (Trecho do documento brasileiro encaminhado à cúpula Mundial da Alimentação de Roma, em 1996)

O direito Humano à alimentação, assim como todos os direitos humanos, é universal, indivisível e inalienável, considerado como um direito humano básico, sem o qual não há direito à vida, nem há cidadania, não há humanidade, isto é, o direito de acesso à riqueza material, cultural, científica e espiritual produzida pelo gênero humano. As pessoas necessitam de alimento apropriado, no sentido quantitativo. No entanto, isto não é suficiente. Para o ser humano alimentar-se, o ato é ligado à tradição, vida familiar, amizade e celebrações coletivas. Quando comendo com amigos, com a família, comendo pratos de sua infância e de sua cultura, indivíduos renovam-se a si mesmos além do aspecto físico, fortalecendo a sua saúde física e mental (VALENTE, 2002, p.71)

O direito humano à alimentação nasce da necessidade de garantir ao indivíduo condição sobrevivência, e o ato de alimentar-se se constitui como necessidade básica. Inicialmente definidas por Ian Gough, em 1998, as necessidades humanas básicas referem-se às condições *sine qua non* para que um indivíduo viva com dignidade. A natureza dessas condições exige que elas sejam atendidas em sua totalidade, e concomitantemente, para que se alcance um desenvolvimento integral humano (GOUGH, 1998).

Nesse sentido, o entendimento da SAN ultrapassa as condições biológicas da simples adequação das necessidades diárias de nutrientes para a manutenção da sobrevivência humana, já que viver se difere da condição de sobreviver:

O ser humano, ao longo de sua evolução, desenvolveu uma intrincada relação com o processo alimentar, transformando-o em um rico ritual de criatividade, de partilha, de carinho, de amor, de solidariedade e de comunhão entre os seres humanos e com a própria natureza, permeando pelas características culturais de cada agrupamento humano (VALENTE, 2002, p. 38).

O ato humano de alimentar-se ultrapassa uma necessidade biológica e passa a ser social, cultural e econômica. Nessa perspectiva, Umberto Eco (2006) aponta que a própria gênese da vida em sociedade nasceu do processo alimentar. Desde os movimentos migratórios dos homens nômades até os rituais de partilha da caça, quando provavelmente ocorreram as primeiras trocas materiais e imateriais de cultura – a base do que seria a vida social – a vida humana está fortemente ligada ao que se come, quando e como se produz o alimento. Nos dias atuais, em que para cada necessidade humana básica existe um Direito Humano para protegê-la, a vida social de partilha da caça ao redor do fogo descrita por Umberto Eco deu lugar à presença do Estado no processo de garantia do direito humano à alimentação. Nessa direção para Valente (2002),

Não podemos aceitar o Direito Humano à Alimentação (DHA) fique esperando que haja condições políticas ou econômicas ideais para que ele seja assegurado. Ele é um direito primordial, pois é um direito à própria vida (VALENTE, 2002, p. 111).

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é citado como um direito inerente a todas as pessoas tendo o acesso regular, permanente e irrestrito ao alimento, em condições seguras e saudáveis em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física, mental, individual e coletiva.

O direito humano à alimentação só se concretiza quando o alimento se transforma em cidadãos bem nutridos, saudáveis, críticos e participativos. O desenvolvimento jurídico da alimentação como direito humano fundamental tem se apresentado em contínua progressão. Inicia-se com a preocupação a um nível adequado de vida. Posteriormente, a própria evolução normativa encarregou-se de aplicar o direito à alimentação e nutrição a uma variedade de situações: conflito armado, direitos da criança, saúde reprodutiva, discriminação racial (VALENTE, 2002, p. 17).

Para autores como Pessanha (1998) e Maluf (1996), ainda no final da década de 40, a noção de SAN ressurgiu de forma intensa com a criação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura- FAO- e outros organismos internacionais, cujo foco é a reconstrução humanitária no pós-guerra em países pobres rivalizar com auxílios soviéticos de toda sorte.

Já em 1953, por ocasião da VII seção da Conferência da FAO (*Food and Agriculture Organization*), a segurança alimentar estava relacionada à ideia da utilização do excedente de alimentos por meio da assistência alimentar, que com a crise alimentar no período de 1972 a 1974, causada pela escassez de alimentos a segurança alimentar, assumia uma visão produtivista, fortemente associada a uma política de criação e manutenção dos estoques nacionais de alimentos.

Com a superação da crise na produção, notou-se que a gravidade do problema nutricional mundial tinha sua origem nos problemas de demanda e distribuição, ou seja, em relação ao acesso ao alimento. Com este advento, destaca-se o propósito da ideologia intrínseca nas ações da FAO, já que sua criação seguiu uma visão norte americana de bem-estar social (GOMES JUNIOR, 2007).

Segundo aquela compreensão, a liberdade dos indivíduos num mundo em reconstrução não podia ser ameaçada ou constrangida por necessidades. Sendo assim, deveria ser objetivo central da recém criada instância das Nações Unidas, agir no sentido de superar a fome. É interessante notar que, naquele contexto (o de reconstrução do mundo ocidental no pós-guerra sob a hegemonia norte-americana), a noção de necessidade básica que prevalecia era associada à ideia da sobrevivência física do indivíduo e, assim, a noção de vida digna, requisito para a vida com liberdade, era garantir que não houvesse fome (GOMES JUNIOR, 2007, p. 130).

Valente (2002) aponta que já em 1953 a FAO utilizava o conceito de Segurança Alimentar baseada em três noções: componente político (risco de populações famigeradas contestarem a ordem estabelecida, contemplando os interesses das transnacionais), a ideia de

que a “promoção de uma condição de segurança alimentar para as populações expostas às agruras da fome ou da subalimentação deveria dar prioridade à sobrevivência física do indivíduo” (VALENTE, 2002, p.41) e a ideia do senso comum da definição de SAN, ou seja, liga-a à pobreza

Na década de 70, houve uma das maiores crises de produção da história do século XX, e com a propagação da fome no mundo, o conceito de SAN se distanciou dos direitos humanos e entrou em sintonia com estímulos produtivistas. A ênfase estava na comida e não no ser humano, e à medida que aumentava a demanda, subiam os preços, portanto, não havia interesse em aumentar a produção, ainda que houvesse garantia de mais segurança alimentar. O lucro, bem maior, já estava assegurado, e as ajudas humanitárias diminuíram sensivelmente (VALENTE, 2002, p. 41).

Em um contexto de insuficiência de abastecimento, os pobres foram responsabilizados por sua penúria, por terem muitos filhos. A solução seria o policiamento da natalidade. Nesse sentido,

A ideia de associar a pobreza à fome (que tem um efeito devastador tanto no físico quanto no imaginário social), e, nesse caso, inclui-se toda a sociedade, repunha no centro da discussão as limitações da garantia da sobrevivência de milhares de famintos com uma disponibilidade de alimentos comprometida seriamente. Uma revolução na tecnologia, na pesquisa e na difusão de técnicas mais adequadas ao desafio que estava posto foi a saída encontrada. A Revolução Verde, que liquidou a diversidade de culturas e expulsou para as cidades intermináveis cordões de agricultores familiares despossuídos de tudo em nome de uma nova agricultura moderna e eficiente, capaz de gerar todos os excedentes necessários à recomposição de estoques mundiais e intensificar as ajudas humanitárias – foi a resposta ao problema (GOMES JÚNIOR, 2007, p.135).

Em 1985, o Escritório Regional da FAO para América Latina e Caribe realizou uma consulta, junto aos principais técnicos e pesquisadores da região, acerca da insegurança alimentar e da urbanização intensa experimentada pelos países latino-americanos, na década de 1970. Na justificativa da consulta, o êxodo rural, a concentração de renda, a explosão da pobreza urbana foram apresentados como consequências das transformações da economia, implicando exigências sobre as intervenções do Estado como saída para que o modelo de desenvolvimento pudesse prosseguir sem sobressaltos, como segue:

Mantidas as tendências históricas de distribuição de renda, a situação dos grupos mais pobres tenderá a deteriorar-se cada vez mais. América Latina necessita encontrar rapidamente caminhos viáveis para enfrentar a encruzilhada. Os especialistas que examinaram esse assunto concordam que a

primeira área prioritária a ser objeto de intervenção deve ser a alimentação. Nesse sentido, apontam para a necessidade de remover obstáculos estruturais que impossibilitam ou minimizam a participação das pessoas tocadas pelas restrições econômicas, no patrimônio, no crédito, na organização social e política, etc. Assinalam ainda esses pesquisadores, a necessidade de revisar e corrigir políticas de preços, de recursos e de inversões públicas. Paralelamente, mostra-se indispensável estimular o uso intensivo do fator trabalho nas áreas rurais, juntamente com a adoção de uma política de reforma agrária – onde proceda- e a garantia de eficiente, assistência técnica, crédito barato e canais de comercialização desobstruídos, destinados ao apoio para o desenvolvimento dos pequenos produtores rurais. (FAO, 1985, p. 2).

Das políticas humanitárias surgem diversos questionamentos. Desses, percebem-se os interesses comerciais velados, em detrimento dos direitos humanos, em ações como: constituição de mercados globais, aumento da dependência de ações de países hegemônicos, já que países periféricos construiriam a produção de sua sobrevivência em torno de culturas que não representavam a cultura local.

É fato que nos anos 70 os debates em torno da prevalência dos direitos individuais e da negação de direitos sociais são reforçados por um lado, mas por outro são o berço dos movimentos sociais reivindicatórios, tendo como ponto de partida a visão de segurança alimentar. Na época, muitas organizações da sociedade civil contextualizaram a perversidade de um sistema regido pelo lucro.

Posto em dúvida a lógica das políticas emergenciais, há de se considerar a existência de um movimento interligado a falsa ideia de que a raiz do problema da fome no mundo se fundava na falta de alimentos e é meio a esse caldo que incrementava sobre tudo o cenário da economia mundial que pôde-se perceber as mudanças no conceito de SAN.

O conceito de SAN pela primeira vez ganha sentido amplo, ligado não mais a um salário limite entre a dignidade e a pobreza, mas a uma situação de desenvolvimento integral do ser humano. A SAN só existe se todas as necessidades básicas do ser humano forem atendidas simultaneamente, proporcionando aos indivíduos capacidade de gerência e reflexão sobre suas próprias condições de vida. Logo, a noção das necessidades humanas básicas indivisíveis e concomitantemente: se um ou todos falham, o risco para o prosseguimento da vida é o mesmo e é grave (GOUGH, 1998).

Valente (2002) aponta que, em 1983, houve um salto significativo na definição de SAN, com a transição do enfoque produtivista para outro que preconiza oferta regular e suficiente de alimentos, associada à qualidade e à garantia de que a sociedade iria acessá-los, obtida a partir de uma ação de distribuição de renda e enfrentamento das causas da pobreza. É nos anos de 1990 que o conceito atingiria seus contornos atuais, com a inserção de novas variáveis

ressaltantes de outra dimensão assumida pelo direito à vida, como mencionado em passagens anteriores:

No final da década de 1980 e início da de 1990, observa-se uma ampliação ainda maior do conceito para incluir questões relativas à qualidade sanitária, biológica, nutricional e cultural dos alimentos e das dietas. Ao mesmo tempo, entram em cena as questões de equidade, justiça e relações éticas entre a geração atual e as futuras, quanto ao uso adequado e sustentável dos recursos naturais, do meio ambiente e do tipo de desenvolvimento adotado, sob a égide da discussão de modos de vida sustentáveis. A questão do direito à alimentação passa a se inserir no contexto do direito à vida, da dignidade, da autodeterminação e da satisfação das necessidades básicas (VALENTE, 2002, p. 41).

Em 1993, na Conferência Mundial sobre direitos humanos, o acesso à alimentação é reconhecido como direito. Na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2004, é reafirmado, considerando ainda a demanda de ações governamentais de acesso e permanência do alimento, construindo a Política de Segurança Alimentar e Nutricional de segurança alimentar e nutricional (BELIK, 2003).

De acordo com a 3ª diretriz da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNAN), a situação alimentar e nutricional da população deve ser monitorada. Entende-se que com esta ação é possível conhecer e acompanhar a magnitude dos problemas nutricionais da população (BRASIL, 1999).

De acordo com a FAO, em 2014, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome. Os dados foram revelados pelo Relatório do Estado da Insegurança Alimentar no Mundo, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/OPAS, 2017). No documento, a FAO e a OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde), considerou dois períodos distintos para analisar a subalimentação no mundo: de 2002 a 2013 e de 1990 a 2014. Segundo os dados analisados, entre 2002 e 2013, caiu em 82% o número de brasileiros em situação de subalimentação. A organização aponta também que, entre 1990 e 2014, o percentual de queda foi de 84,7%.

O relatório mostra ainda, que o Indicador de Prevalência de Subalimentação, medida empregada pela FAO há 50 anos para dimensionar e acompanhar a fome internacionalmente, chegou a nível menor que 5% no Brasil. Entre as ações que contribuíram para o chegar a esse percentual, estão as políticas de segurança alimentar e nutricional, como a transferência condicional de renda, como propõe o programa Bolsa Família e o benefício da prestação continuada. Cumpre destacar o apoio à agricultura familiar com ações que visam a facilitar o



acesso ao crédito, prestar assistência técnica e proporcionar maior segurança aos agricultores familiares.

A Política de Segurança Alimentar e Nutricional – PSAN também se destaca. Tal política foi estabelecida no Brasil por meio de um processo amplamente participativo e, por isso, reflete uma visão complexa, abrangente e integrada, que mostra a raiz das demandas dessa política. Cita-se, então, o artigo que deu início a esse item, dando ênfase ao significado da garantia do direito à alimentação.

A Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (LOSAN, 2006, art. 3º).

Com base nessa definição, entende-se que a questão alimentar no Brasil e no mundo não é uma questão recente e tampouco diz respeito unicamente à condição biológica do indivíduo – bem alimentado e nutrido ou mal alimentado e subdesnutrido. Sua natureza está relacionada com questões econômicas sociais e, neste trabalho, a discussão está centrada em sua ênfase na ordem produtiva.

Sem pender para discussões políticas da natureza da instituição- onde estudiosos julgam ser de interesses neoliberais- mas dando destaque a sua proposta para a demanda de nível mundial, destacamos a proposta da ONU na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. A agenda conta com 17 princípios norteadores de ações, cujo dois primeiros princípios são: *erradicação da fome e fome zero junto à agricultura sustentável*, temas estudados neste trabalho por entender a amplitude da política de segurança alimentar e nutricional (UNIC Rio, 2015, p. 15).

Nesse campo de conflitualidade, que coloca em cheque o direito humano à alimentação, a construção de uma abordagem relacional, capaz de dar conta dessas complexas e diversas dinâmicas sociais que configuram o mundo rural contemporâneo, tem se constituído, sobretudo, a partir da década de 80, como um desafio para as diferentes áreas do conhecimento.

Entende-se que os novos paradigmas do capitalismo rural apontam elementos centrais para o debate entre as categorias, que vai da problematização das particularidades dos pequenos agricultores, em conflito com as novas formas de produção, até os movimentos sociais do campo; perpassa as relações de trabalho, gênero e políticas públicas, e potencializa-se nos

modelos de produção agrícola. No universo desses temas, a questão do acesso à terra ocupa lugar privilegiado. Santos (2001) assinala:

A democratização da propriedade da terra impulsiona a democratização do poder político, econômico e social. Promove a geração de emprego e ocupações produtivas para todo um segmento sem alternativas de inserção social e produtiva, a equidade, sustentabilidade ambiental, e o desenvolvimento das comunidades envolvidas, processos essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar e a construção de alternativas de desenvolvimento para o Brasil (SANTOS, 2001, p. 4).

Ao encontro da significância da democratização da terra, Delgado (2017, p. 20) coloca que o “cerne da reforma agrária é a ‘desmercadorização’ da terra, assim como o cerne da política do Estado do bem-estar é a ‘desmercadorização’ do trabalho humano”. Neste ponto, é evidente a centralidade do conceito de função social da propriedade fundiária, em que Delgado (2017) remete ser necessário civilizar a estrutura agrária, voltando-se a proteção simultânea dos valores da terra: proteger as próprias relações de trabalho, proteger a sociedade da desigualdade fundiária, proteger a natureza; proteger os grupos étnicos e culturais para as quais a terra tem sua essencial importância.

O Artigo 186 da Constituição Federal explicita que a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, critérios e graus de exigência estabelecidos em lei aos seguintes requisitos:

I. Aproveitamento racional e adequado; II. Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III. Observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV. Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988)

A centralidade desse princípio no texto constitucional – conforme o Art. 5, XXIII, remetido à conceituação do Art. 186, é norma geral de fundamental importância na questão agrária atual.

Para não concluir o tema adentrado e concordando com o autor, o problema da terra está para além dos valores julgados, o problema inclina-se para uma crescente instabilidade social.

O impasse instalado não é apenas da discrepância do regime fundiário constitucional e da norma fundiária do mercado. Mas reflete a contínua e crescente instabilidade social e insustentabilidade ambiental do sistema de ‘terra mercadoria’ face às necessidades de proteção e salvaguarda das populações e dos bens da natureza. Creemos que reside aí o problema central da estrutura agrária brasileira atual, com repercussões gerais para toda a sociedade brasileira. (DELGADO, 2017, p.22)

Dada as considerações sobre a democratização da terra, na seção seguinte, volta-se o olhar à discussão da fome e o direito humano à alimentação.

### 2.3 A IDEIA DA GEOGRAFIA DA FOME REDISCUTIDA E O SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO PROBLEMA APRESENTADO

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (LOSAN, 2006, **art. 2º**).

O problema da fome já foi discutido por muitos intelectuais da História e da Sociologia contemporânea sob diferentes pontos vista. Aqui, pretende-se tratar da fome como um tema que articula questões de ordem nutricional com questões de natureza socioeconômica. O objetivo nesta seção é procurar ampliar a discussão na perspectiva da Geografia da Fome, formulada por Josué de Castro (1960) na primeira metade do século XX. A crítica que se dirige ao autor se fundamenta nas evidências que ele constrói em obra sobre um conceito de fome como um fenômeno estritamente nutricional, relegando a um segundo plano as outras dimensões do fenômeno, especialmente a dimensão cultural e socioeconômica. O argumento é que o conceito de fome seria enriquecido se abarcasse tais dimensões. Trocando em miúdos, haveria um ganho analítico se fossem consideradas as variáveis de corte socioeconômico e cultural na análise da questão da fome.

As primeiras reflexões sistemáticas sobre a questão da fome no Brasil remetem a obra de Josué de Castro (1960). A partir da década de 1930, passou-se a designar o fenômeno da Fome como:

(...) o estado de grupos humanos que não têm a possibilidade de se alimentar de um modo adequado. Há diferentes formas de fome. Há a fome aguda, isto é: a fome calamitosa e as fomes crônicas. Entre estas, há as fomes específicas — a falta de certos alimentos essenciais ao equilíbrio nutritivo; proteínas, ácidos aminados, vitaminas, sais minerais, cálcio, ferro, etc. Nas regiões subdesenvolvidas, encontram-se em geral formas compostas dessas diferentes fomes: fome de proteínas e de ferro, que causa a anemia tropical; fome de cálcio e de sódio, que se traduz por outra síndrome etc. Há formas discretas que não engendram nenhuma doença da desnutrição caracterizada, mas somente um desequilíbrio (...) (CASTRO, 1960, p. 59)

O autor identificou no Brasil dos anos 1940, três grandes áreas de fome, compreendidas como “aquelas em que pelo menos a metade da população apresentava nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição” (CASTRO, 1960, p.59). As duas primeiras, a área da

Amazônia e a área da mata do Nordeste (o Nordeste açucareiro) foram consideradas áreas de fome endêmica, ou crônica; a Área do Sertão do Nordeste designou-se de epidemia de fome.

Nas regiões identificadas, a fome foi desvelada, dadas as características típicas de cada região, os fatores geográficos, não deixando de considerar os sociais e econômicos. Nessa dinâmica, Castro (1960) apresentou a fome da região Amazônica, cujo alimento básico era a farinha de mandioca (complementada por feijão, peixe e rapadura), e lugar onde a deficiência alimentar e nutricional associava-se às deficiências em proteínas, sais minerais e vitaminas, com déficit calórico entre 40% a 20%, resultando num elevado índice de mortalidade geral, sobressaindo a infantil. Eram comuns casos de anemia e as avitaminoses, endêmicos o impaludismo e as verminoses.

Na região Nordeste, identificada por Josué de Castro (1960) por “Nordeste Açucareiro”, o déficit calórico era da ordem de 40%, sendo elevadas as deficiências proteicas. A alimentação dessa população consistia em feijão com farinha, charque, café e açúcar, complementados com pouco leite e pouquíssimas frutas e verduras. A região na qual o acesso ao alimento implica em prejuízo ao crescimento humano, com carências minerais, especialmente de ferro, desencadeadoras de anemia, que evoluem para avitaminoses, mesmo que não haja repercussões generalizadas. Nota-se um quadro apresentando baixa expectativa de vida da população, sendo alta a mortalidade por tuberculose e alarmante a mortalidade infantil.

Já na área do sertão nordestino, o fenômeno da fome relacionava-se ao fenômeno climático, em vista das fortes secas, e a alimentação básica da população local era o milho, complementada pelo feijão, a farinha de mandioca, o leite, a carne, a batata doce, o inhame, a rapadura e o café. No auge da seca, o sertão nordestino conduzia a população mais pobre ao extremo de carências alimentares e nutricionais, a falta de água e escassez de alimento apresentava um retrato grotesco da fome, no qual os imunodepressores abriam a porta a doenças infecciosas, fazendo-se mais agudamente presente entre as crianças retirantes.

Se Castro (1960) circunscreve o problema da fome como elemento central da questão social no Brasil, o tratamento conferido por ele na elaboração do mapa da fome no país acaba por restringir-se aos aspectos nutricionais do fenômeno. Sobre tal ponto, entende-se que, mais do que privação nutricional, o fenômeno da fome denota tanto o empobrecimento cultural de uma população (visto que a cultura alimentar de um povo é expressão central de sua identidade) quanto o acesso a um alimento de má qualidade (trata-se, pois, não, da ausência de alimento, mas da falta de qualidade).

Outra contribuição para entender o caráter ampliado da fome, tal qual o concebemos, encontra-se na obra de Jean Ziegler, *Destruição em massa: geopolítica da fome*. Ziegler (2013)

denuncia a fome na contemporaneidade, conectando-se ao fio histórico do livro de Castro (1960), que aborda a questão da violação do direito fundamental do ser humano à alimentação, e amplia significativamente o referencial de Geografia da Fome de Castro (1960).

Segundo Ziegler (1960), encontra-se no diagnóstico da fome a má-nutrição; as Nações Unidas utilizam habitualmente a expressão “*silent hunger*” (fome silenciosa), que para Ziegler (2013) nada mais é que a “fome invisível”, imperceptível ao olhar, inclusive do médico. Segundo autor, um homem, uma mulher, uma criança pode ter um peso normal e, no entanto, estar mal nutridos, ou seja, padecer da carência permanente e grave de vitaminas e sais minerais indispensáveis à assimilação de macronutrientes. Vitaminas e sais minerais são designados como “micronutrientes”, porque apenas em ínfima quantidade são necessários para que o corpo cresça, desenvolva-se e mantenha-se com boa saúde. Eles não são produzidos pelo organismo e devem ser aportados por uma alimentação variada, equilibrada e de qualidade. Ziegler (2013) chama a atenção para que não se esqueça de que:

(...) a má nutrição, como a subalimentação, opera também a destruição psicológica. A falta de macro e micronutrientes, com seu cortejo de doenças, produz, de fato, angústia, humilhação permanente, depressão e desespero em face do dia manhã. Como uma mãe cujos filhos choram à noite de fome e que consegue milagrosamente um pouco de leite emprestado por uma vizinha poderá alimentá-los no dia seguinte? Como não se tornar louca? Qual pai incapaz de alimentar seus filhos não perde, a seus próprios olhos, toda dignidade? Uma família excluída do acesso regular à alimentação suficiente e adequada é uma família destruída (ZIEGLER, 2013, p. 59).

Desses apontamentos, seguimos as considerações acerca do problema da fome socialmente produzida e seus aspectos relevantes. O que se propõem considerar nesse debate é a correlação de força existente no sistema e dinâmica agroalimentar do agronegócio. O que referimos, é que no agronegócio, existe uma lógica que distancia do alimento e das pessoas a garantia de SAN. Ainda, a estrutura desse modelo agrícola convencional é fortemente enraizada numa ordem econômica regida pelo sistema capitalista. Neste sistema, produzir mais corresponde ao interesse único de gerar lucro, aproveitando-se do fetiche da sociedade, seja pela necessidade humana de ter o alimento, ou ainda, seja pela necessidade consumir desenfreadamente.

O agronegócio, é o sistema agroalimentar que está em evidência no cotidiano da sociedade e põe em risco a soberania alimentar das populações – o que desde o impulsionamento desse modelo agrícola, paralelamente movimentos vêm defendendo. Sedutor, este sistema agroalimentar de produção em grande escala incorpora a ideia de acabar com a

fome do mundo, utilizando arranjos agrícolas, e não garantindo alimentos de qualidade- pois se emprega o uso de insumos agrícolas como o agrotóxico e de sementes geneticamente modificadas- ademais, aliam-se à ciência e à tecnologia para gerar esses insumos agrícolas que comprometem a saúde humana.

As discussões pautadas na questão alimentar e nutricional buscam compreender o problema da alimentação frente às emergentes demandas geradas para o atendimento das necessidades humanas. Cumpre destacar que a contradição capital/trabalho, por exemplo, é capaz de determinar quadros de carências e desequilíbrios nutricionais, que são evidências de um mesmo fenômeno social: a insegurança alimentar e nutricional, que ora se manifesta como desnutrição e outros agravos decorrentes de carências nutricionais, ora como obesidade ou outra doença crônica não transmissível. Ainda no âmbito da discussão da produção do alimento – transgenias e agrotóxicos *versus* alimentos orgânicos e agroecologia.

Na abordagem do fenômeno da fome, o não acesso à alimentação é entendido como violação a um direito humano. A problemática compreende um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas, culturais e sociais dos indivíduos, de acordo com as fases do curso da vida. É imprescindível que essa alimentação seja referenciada em práticas alimentares culturalmente aceitas, uma vez que, apenas assim terá condições de se concretizar, pressupondo condições dignas de vida, com a garantia da alimentação saudável e de um estado nutricional adequado.

Em suma, os elementos apresentados acerca do modelo agrícola do agronegócio, são provocações ao debate acerca da questão alimentar. Sinalizam a necessidade de compreender que as manifestações biológicas da fome, desnutrição, obesidade ou má nutrição são reflexos de um modelo de desenvolvimento agrícola que privilegia o capital em detrimento do bem-estar social.

Nessa direção, abordar todos os aspectos que envolvem o tema alimentação humana nos remete a pensar quão intrínseca e complexa é a relação com a sociedade. Não é possível estudar este campo sem relacioná-lo à politização da alimentação (PONTILHO, 2005), dessa forma, o cenário que se abre frente a questão alimentar revela expressões de uma problemática, social, econômica, agrária. Nesse cenário, observam-se os atores sociais envolvidos, que buscam contrapor os reflexos sociais do sistema vigente, utilizando-se de instrumentais de ordem política para garantir o direito humano.

A questão alimentar no Brasil, apesar de suas dimensões geradas da interação de conteúdos das mais diversas áreas do conhecimento, tem sido dominada majoritariamente pelos

conteúdos relacionados à fome e à desnutrição. O que é preciso considerar nessa discussão, porém, é que o tema em questão não trata de um assunto isolado e desconectado das demais áreas relacionadas a ele.

Nessa direção, o Serviço Social adentra as discussões acerca dos novos paradigmas rurais, objetivando o fortalecimento de estratégias de enfrentamento e a compreensão do direito à alimentação em SAN, e questionando o modelo agrícola predominante no país, que tem expandindo graças ao projeto econômico do agronegócio, que privilegia o crescimento. Tomando esse duelo agrícola como problemática e como particularidade da questão social, trilha-se uma análise dentro do ponto de vista teórico do Serviço Social, dado que o tema constitui um dos desafios da profissão na efetivação de seu projeto ético-político. Santa'Ana (2012) aponta que,

O Serviço Social como profissão foi chamado historicamente para intervir na questão social, que nada mais é que o confronto estabelecido no embate de classes da sociedade capitalista. Ao intervir no embate da relação capital/trabalho, o objetivo é evitar que refrações desta luta ganhem contornos indesejáveis. Embora socialmente esta seja a designação dada à profissão, o Serviço Social nega esta identidade atribuída ao longo de sua história e constrói um projeto profissional que procura contribuir com o fortalecimento das lutas dos trabalhadores (SANTA'ANA, 2012, p. 14).

Seguindo a reflexão da autora, levar em conta a questão agrária no âmbito do Projeto Ético Político do Serviço Social significa pensá-la como uma das particularidades da questão social, apreendendo-a como resultado dos embates estabelecidos com relação à posse da terra e às relações de trabalho em meio rural. No atual modelo de desenvolvimento agrário, uma das principais expressões ocorre pelo embate na relação capital/trabalho que ocorre no campo e na cidade, decorrentes do avanço das relações capitalistas no campo. Da mesma forma, pensar a respeito do direito humano à alimentação dentro da Política de SAN e o enfrentamento à fome pela ótica da produção de alimentos se configura como um desafio, já que se aproxima de questões como a distribuição e o acesso ao alimento.

Colocar em pauta tais questões traz a dificuldade de encontrar referências sobre o tema na literatura do Serviço Social; ao mesmo tempo, abre o caminho para pensar o Serviço Social integrado a outras literaturas e saberes, especialmente, os da Sociologia. Essa consideração leva a afirmar que os assistentes sociais não somos detentores da verdade, do mesmo modo que o tema SAN não é de abordagem exclusiva do campo da Nutrição.

Nessa perspectiva, estabelecido que o Serviço Social atua junto às diversas expressões da “questão social”, frutos do embate da relação capital/trabalho e que se singularizam em seu

cotidiano por meio de mediações histórico-culturais particulares, ao qualificar a questão social como resultado do embate de classe entre capital e trabalho, cumpre indicar que o Serviço Social explicita uma proposição política: o reconhecimento da existência da luta de classes e as configurações no atual contexto. Não se trata de reduzir o conceito às manifestações particulares desse embate que podem ser expressas na desigualdade, desemprego, adoecimento, violência, questão social. Como afirma Netto (2001), a “questão social” é resultado da exploração do trabalho pelo capital e das resistências instituídas nesse processo. O autor explica ainda que as desigualdades,

(...) na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação). A “questão social”, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital. (NETTO, 2001, p. 46)

A fome como questão crucial implica alguns desafios para a construção de caminhos de ruptura daquilo que historicamente marca a cultura política, a cultura econômica, a cultura social, a cultura das políticas sociais, enfim, a própria cultura da produção de conhecimentos no Brasil (SPOSATI, 1996, p. 186). Tal debate coloca a comunidade acadêmica frente à situação de pobreza no âmbito brasileiro, dando a dimensão de que se está falando da ordem de 13 milhões de pessoas enfrentando diariamente o problema da fome (IBGE, 2018). Para Sposati (1996), este é o desafio colocado à comunidade acadêmica: tornar fato a velha regra marxista, para a qual a quantidade pode ser realmente desencadeadora de uma alteração de qualidade. Essa perspectiva é instigadora para os que debatem o tema do enfrentamento da exclusão social.

Em vista da atual conjuntura, percebe-se que o tema da fome não se destaca nas pautas das principais reivindicações da categoria das profissionais Assistente Sociais. A exemplo cito o site do Conselho Federal de Serviço Social (*CFESS Manifesta*), cujos os principais posicionamentos políticos da categoria estão disponíveis; desses foram listados os *links*<sup>7</sup> dos manifestos de 15 de setembro de 2004 até 02 de agosto de 2018. Neles, o tema Fome ou direito humano à alimentação não aparecem como manifesto ou campanha.

<sup>7</sup> <http://www.cfess.org.br/visualizar/manifesta>



Da mesma forma, foi catalogada no site, a *Revista Inscrita* que, segundo descrição do CFESS, nasceu com o propósito de contribuir para o debate crítico dos temas relacionados ao Serviço Social e de incluir cada vez mais o assistente social na história de luta por transformações na sociedade brasileira. A revista traz artigos que promovem a atualização do conhecimento e, ao mesmo tempo, caracterizam-se como um valioso registro histórico das discussões da categoria. (CFESS, n.p.). Entre os temas abordados na revista não se encontra nada sobre a fome. Um desafio urgente esperançoso para estudos e pesquisas às novas demandas e reivindicações frente as quais a categoria pode se posicionar- ou seja, o velho problema da fome não impacta substancialmente o olhar profissional. Em um mundo desigual e com fome, a intersetorialidade e interdisciplinaridade emergem no contexto de efetivação das políticas sociais, ambientais e agrárias em especial. Perde-se a dimensão desse direito e vive-se uma crise alimentar, cujos dados da FAO (2018), apontam que 124 milhões de pessoas são afetadas pela fome severa em 51 países do mundo.

Inúmeras são as bandeiras de luta da categoria, mas não se abraça aquela que, depois da vida, é primordial para que ser humano busque e garanta os demais direitos. Seguramente não é o posicionamento dos e das Assistentes Sociais ou de outra categoria profissional que vai erradicar a fome no mundo; contudo, ao levantar-se a bandeira de luta pela garantia de direitos da criança e do adolescente, luta-se a fim de que 155 milhões de crianças, que estão cronicamente malnutridas, tenham direito a saciar sua fome.

Já disse o sociólogo Betinho: “quem tem fome tem pressa”. Em outras palavras, é incabível pedir a uma pessoa em condição de fome, que espere o fim das desigualdades sociais, pois é visto que a fome pode matá-la antes.

Aqui a crítica não é ao lugar do Serviço Social frente à questão alimentar, mas questiona-se que espaço essa área das ciências humanas tem destinado à questão alimentar. A maioria dos assistentes sociais atuamos frente à demanda da fome nos serviços de assistência social e saúde e restringimos a SAN aos auxílios eventuais, que pouco atendem as necessidades nutricionais do indivíduo em situação de fome. O posicionamento diante dessa questão é o que limita a práxis.

A efetivação do direito humano à alimentação por meio de políticas sociais é um desafio à sociedade contemporânea nesse ponto, a Política de Segurança Alimentar e Nutricional abre espaço para todas as discussões a respeito da questão alimentar. Reflete-se como pensar a segurança alimentar e nutricional partindo do estudo sobre a relação da sociedade e o consumo alimentar, perpassando a lógica da produção de alimentos. Nessa ótica, os questionamentos

acerca do sistema agroalimentar vigente permitem pensar qual modelo é capaz de responder pela identidade social da sociedade erradicando a fome e garantindo a SAN.

### 3 ASPECTOS DA GEOGRAFIA DA FOME NO SUDOESTE PARANAENSE

A **fome** não é um fenômeno natural e sim um produto artificial de conjunturas (estruturas) econômicas defeituosas: um produto de **criação humana** e, portanto, capaz de ser eliminado pela vontade criadora do homem. (CASTRO, 1960, p.26, grifos nossos)

Decorrido mais de meio século, embora as situações alimentares das três áreas de fome identificadas por Josué de Castro (1960) permaneçam as mais problemáticas do país, é visível que a fome por ele desvelada continua assombrando determinadas regiões do país. A Fome não é somente um grave problema biológico, é, fundamentalmente, um sério problema político, econômico e social. É a expressão biológica de uma doença social e fruto de conjunturas econômicas defeituosas, como afirmou Castro (1960).

O discurso que circulava sobre a fome na década de 1930, quando Castro (1960) investigou o tema, é que sua principal causa repousava sobre a falta de alimentos, especialmente nos países que haviam perdido a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, admitia-se que a fome era um problema do meio ambiente, da raça, da indolência da população. Magalhães (1997), em uma releitura da obra de Castro (1960), traz ao pé da letra o problema apontado pelo pesquisador.

O pensamento de Castro (1960) é paradigmático na medida em que realiza uma leitura do problema nutricional não restrito ao aspecto fisiológico. Além de incorporar avanços recentes da ciência alimentar no que diz respeito à sua dimensão bioquímica e laboratorial, o escritor introduz temas ausentes na discussão clínica da nutrição como raça, produtividade e evolução social. Ele demonstra, assim, a sua afinidade com a corrente da Medicina Social que, desde o século XIX, vinha formulando questões em torno dessa problemática.

Embora tais questões sejam retomadas posteriormente, cabe aqui ressaltar que ao afirmar ser a fome e não a raça o elemento que desenha o perfil da nação, Josué de Castro demonstra a preocupação com a construção do homem brasileiro e procura contrapor-se às teorias que formulavam uma inexpugnável inferioridade da civilização brasileira devido à composição racial. (MAGALHÃES, 1997, p. 29)

Acreditar que a questão alimentar é o problema central para a construção da nacionalidade, e não mais a raça ou o clima, inquieta não só as ideias de Castro (1960), mas também traz uma inquietação ao presente estudo. Assim, nesta seção, voltam-se as discussões

aos aspectos da geografia da fome na região Sudoeste do Paraná, apresentando um quadro econômico, ambiental e social que levantam inquietações no debate acerca do direito humano à alimentação.

Metodologicamente, o percurso consiste, inicialmente, em apontar para aspectos gerais da história da questão agrária na região Sudoeste do Paraná, as quais serão tecidas análises bibliográficas de uma literatura que, de longa data, objetiva compreender a questão. Na sequência, com base nos delineamentos feitos na primeira parte do trabalho, é traçado o mapa da fome na região. A partir deste percurso, espera-se rebater o mito segundo o qual a fome não é um problema relevante em contextos de predominância da produção agrícola. Por conseguinte, serão apresentadas reflexões sobre como o agronegócio se configura na região, trazendo para a discussão o uso de agrotóxicos na produção de alimentos.

### 3.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO SUDOESTE DO PARANÁ: BREVES NOTAS

De acordo com Abramovay (1982), o conflito agrário que estabeleceu os contornos da questão agrária na região Sudoeste do Paraná tem seu início no final do século XIX, quando o governo imperial estabeleceu os privilégios para as empresas construtoras da ferrovia entre São Paulo e o Rio Grande. Também, nessa época, houve a concessão feita pelo governo de Santa Catarina para que José Rupp explorasse a erva-mate. Estes fatos deram origem aos pretensos direitos de propriedade reclamados pelas colonizadoras e pelo próprio governo do estado do Paraná em anos subsequentes. O caminho de tropas, aberto ainda durante o período colonial para escoar o gado para São Paulo, não influenciou de forma direta a ocupação e povoamento da região. No entanto, na medida em que Lages passou a pertencer à província de Santa Catarina, em 9 de Setembro de 1820, o transporte do gado vindo do Rio Grande do Sul transitava todo ele por terras da província, passando a ter incidência de impostos. Para evitar essa tributação, os paulistas passaram a estudar a possibilidade de abrir um novo caminho de tropas por meio do Oeste de Santa Catarina e do Sudoeste do Paraná, com trajeto entre os campos de Palmas e os campos de Guarapuava. Em 1846, Francisco da Rocha Loures foi escolhido pelo governo da província de São Paulo para viabilizar o caminho. Loures manteve contato com o Cacique Condá, seu conhecido desde o aldeamento do Atalaia, em Guarapuava, na infância. Esse novo caminho aberto, que passava por regiões já ocupadas e por regiões ainda desocupadas, permitiu encurtar o deslocamento das tropas e consolidou a ocupação do Oeste Catarinense e do Sudoeste do Paranaense.

Para Abramovay (1982), foram três as origens da população cabocla que ocupou o Sudoeste desde os inícios do século XX:

a) vários deles era antigos “agregados” de fazendas de gado dos Campos de Palmas. A mão-de-obra empregada nestas fazendas era relativamente escassa, incapaz de absorver o próprio crescimento vegetativo da população. Parte desta população que o “sistema do latifúndio não mais comportava” foi ocupar o Sudoeste Paranaense, as matas virgens contíguas aos Campos de Palmas; b) do Estado do Rio Grande do Sul partiu boa parte dos caboclos que iniciaram ocupação do Sudoeste Paranaense. Em função da escassez numérica desta população, do fato de que seu deslocamento não caracteriza um processo migratório massivo, é impossível determinar com um mínimo de precisão os locais exatos de onde saem os caboclos gaúchos que se dirigem ao Paraná. Mas não há dúvida de que, ao menos em parte, eles foram afastados pela imigração europeia que, a partir de 1824, chegou ao Rio Grande do Sul. Este deslocamento da população cabocla que na maior parte das vezes não tem na propriedade a base jurídica da ocupação da terra) por um campesinato europeu (ou de origem europeia), fortemente marcado pela tradição da propriedade parcelar, é um traço geral da política de colonização do império, e, no essencial, esse traço permanece intacto até hoje. No sentido de que a política oficial da colonização dirigida repudia a posse e privilegia as formas de apropriação da terra sob cuja base podem erguer-se relações econômicas de caráter mercantil. Como veremos, essa oposição social entre colonos europeus (ou de origem europeia) e caboclos vai aparecer também no Sudoeste do Paraná; c) A guerra do Contestado também forneceu ao sertão do Alto Iguaçu boa parte de sua população inicial. E na origem da Guerra do Contestado encontra-se a política de colonização levada adiante por grandes grupos econômicos estrangeiros que desapropriavam os posseiros, recorrendo, via de regra à violência (ABRAMOVAY, 1981, p. 20).

Já na categorização oferecida por Wachowicz (1987), o povoamento do sudoeste deu-se por: a) Peões e agregados das fazendas de Palmas e Clevelândia, que entraram mais para o interior em busca de terras; b) Peões, agregados e agricultores da região de Guarapuava e Campos Gerais paranaenses, à procura de terras para a subsistência; c) Foragidos da justiça do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Corrientes, que transformaram os Sudoeste em um lugar de fugitivos da lei; d) Posseiros refugiados da região do Contestado, expulsos das terras pela empresa construtora da estrada de ferro; e) Argentinos e paraguaios, que penetravam na região em busca da erva-mate; e f) Crescimento vegetativo da população que estava na região.

Assim, até 1940 o Sudoeste do Paraná foi ocupado pela população indígena e cabocla, excluída do projeto desenvolvimentista e motivada pela existência de mata densa e terra “livre”. A população que convergia para a região gozava de uma relativa autonomia econômica e social, uma vez que no sul do país as regiões dos campos (pampas) eram muito mais valorizadas que as de florestas. Para os caboclos posseiros, as terras usadas eram-lhes asseguradas.

Os centros dinâmicos da economia estavam vinculados à criação e à comercialização de gado entre Rio Grande do Sul e São Paulo – o caminho das tropas – e à atividade extrativista

da erva mate, o que favorecia a concentração das terras nessas regiões (CORONA, 2003, p. 5). A semelhança entre a economia cabocla e as práticas indígenas se sustentava tanto pelos aspectos culturais, em função da convivência e da miscigenação, como pelas condições concretas de sobrevivência da população cabocla: a terra era o espaço de trabalho e, quanto mais livre, maiores as possibilidades de sobrevivência; a moradia rudimentar refletia a vida itinerante. Mantinham-se isolados das outras regiões pela falta de estradas e meios de locomoção, o que também justificava o fraco comércio regional.

A partir de 1940, ocorre um progressivo e constante fluxo de colonos gaúchos e catarinenses na região, que passaram a comprar as posses dos caboclos e a assumir como o direito adquirido sobre a terra. Esses colonos, em sua grande maioria, eram filhos de migrantes europeus chegados ao Brasil no último quarto do século XIX. A economia cabocla, que de início se caracterizava pela coleta, caça, pesca e extrativismo, aos poucos se modificou com as práticas rudimentares da agricultura e da pecuária, com a utilização de técnicas como o pousio, a queimada e o roçado. Esse sistema, conhecido como “faxinal”, foi sendo substituído pelas práticas agrícolas dos colonos que migraram para a região a partir da década de 1940 (CORONA, 2003, p. 6).

Como observa Poli (2009), a emergência de um mercado de terras antecedeu os processos de modernização da atividade agrícola. Foi possível perceber a existência de um mercado de terras já entre os posseiros, considerando que compravam e vendiam seus direitos sobre a posse mesmo que não houvesse uma forma legal de registro da transmissão.

A alternativa para o fechamento das possibilidades de reprodução social dos colonos nos seus Estados de origem foi aderir ao projeto de modernização iniciado no governo de Vargas, que, partir de 1930, rompeu todos os contratos com as empresas multinacionais contratadas pelos governos anteriores para realização de obras estratégicas em troca de pagamento em terras. Segundo Crocetti (2007), no caso do Sudoeste, a *Brazil Railway* possuía como pagamento pela construção de estradas o correspondente a toda a região, glebas Chopim – 715.080.142 m<sup>2</sup> e Missões – 4.257.100.000 m<sup>2</sup><sup>8</sup>. Vargas incorporou os bens dessas empresas

---

<sup>8</sup> Pelo Decreto nº 10.432, de 09 de novembro de 1889, o Governo Imperial concedeu privilégios para a *Brazil Railway* em detrimento da construção da estrada de ferro, que partiria das margens do Itararé, da província de São Paulo até Santa Maria da Bocca do Monte, na província do Rio Grande do Sul. Os privilégios concedidos pelo governo brasileiro começaram pelos juros pagos sobre o capital investido (6% durante 30 anos). No entanto, a maior vantagem recebida foi a terra (30 quilômetros nas laterais da ferrovia) que, no Oeste de Santa Catarina e no Paraná, estava ocupada por abundantes matas de pinheiros e por outras madeiras de lei. O decreto estabelecia um prazo de 50 anos para que a companhia construtora utilizasse as concessões recebidas. Alguns anos depois, no início do século XX, a exploração da madeira no Paraná ganhou importante influxo com a atuação da *Southern Brazil Lumber e Colonization Co.*, subsidiária da *Brazil Railway Company*. A construção dessa ferrovia, realizada somente depois da definição da questão de limites, no Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste do Paraná, provocou consequências bastante significativas. A maior delas foi provocada pela apropriação das terras concedidas à

ao Patrimônio Nacional e promove uma política de ocupação do território com base nas colônias agrícolas. Conforme Crocetti (2007, p. 99), a colonização do Sudoeste foi realizada, na década de 1950, por duas frentes de ocupação: gaúchos (42,9%) e catarinenses (24,8%). Já a do Oeste, de acordo com o pesquisador, foi realizada por três grandes frentes de ocupação: gaúchos, catarinenses e paulistas, que atenderam uma dupla finalidade governamental ao desafogarem a pressão pela reforma agrária no Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, protegerem a fronteira de invasões de estrangeiros.

As pesquisas de Corona (2003) e de Crocetti (2007) demonstram que o povoamento da região sempre foi uma preocupação para os governos. As iniciativas oficiais marcaram profundamente o processo fundiário regional, como as relacionadas à ocupação dos campos de Palmas, à abertura dos caminhos de tropas, à implantação da Colônia Militar do Chopim, à organização da colonização Bom Retiro pelo governo paranaense, entre outras. Em consonância, no ano de 1943 houve a instalação da Colônia Agrícola General Osório (CANGO) com o objetivo de povoar a região. Para isso, foram distribuídas terras e houve o fornecimento de ajuda técnica, assistência social e infraestrutura para os colonos que compravam os direitos sobre as posses dos caboclos ou dos colonos que tinham recebido a terra da CANGO. Com o passar do tempo, tais atrativos proporcionaram uma migração rápida que transformou a região e impulsionou o avanço das relações mercantis e o desenvolvimento da infraestrutura urbana, criando as bases para a consolidação de um campesinato mercantilizado. (POLI, 2009)

A desarticulação do modo de vida e da economia cabocla no Sudoeste, com a chegada dos colonos gaúchos e catarinenses, aconteceu de forma pacífica. Da mesma forma que os caboclos abriram a mata para plantar e criar animais, também abriram a mata para vender a posse para os novos migrantes e criaram as condições para a divisão parcelar da terra e a emergência da produção mercantil. Aos caboclos restaram as encostas das montanhas e as áreas mais degradadas. Assim, a ocupação intensiva da região Sudoeste pelos colonos foi resultado da expansão da fronteira agrícola, impulsionada pelo esgotamento das possibilidades de reprodução social dos colonos nos Estados que abrigaram ascendentes italianos, alemães e poloneses. Três fatores fundamentais motivaram tal esgotamento: a ocupação de toda a área rural pelos colonos proprietários, não restando mais terras “livres”; os limites que a pequena propriedade teve em viabilizar economicamente todos os membros das famílias, em geral, muito numerosas; e o fato de as pequenas propriedades sofrerem com o esgotamento da fertilidade do solo, decorrente do uso intensivo da terra (CORONA, 2003, p. 6).

---

companhia construtora e pela expulsão dos caboclos de suas posses localizados nas concessões. Isso provocou o desencadeamento do conflito denominado de Guerra do Contestado.

Logo na sequência, a Clevelândia, Industrial e Territorial Ltda (CITLA) se estabeleceu na região, na década de 1950, com base no “direito” sobre as terras que teriam sido da *Brazil Railway*, que incorporava as terras da CANGO e propriedades particulares brasileiras até a divisa com a Argentina. A prática corrente das duas concessionárias da CITLA, Comercial e Apucarana, era a de intimidar os posseiros (colonos e caboclos), oferecendo-lhes a alternativa de comprar a terra que ocupavam ou do abandono à terra para que fosse adquirida por outros dispostos a pagar pelo direito legal à propriedade. Assim, frente ao costume e à tradição da posse da terra defendido pelos caboclos e colonos, se impõe a força da escritura pública registrada que garante o domínio sobre a terra (POLI, 2009, p. 15). Todavia, seu “êxito” nas “negociações” com os posseiros se dava, antes, por meio de expedientes violentos como saques, espancamentos, mortes e expulsão, utilizando inclusive uma milícia contratada de jagunços.

A partir de 1956, quando foram formadas mais duas colonizadoras para atuar na região e que assumiram uma posição mais violenta contra os posseiros, a tensão aumentou gradativamente até que os posseiros chegaram à conclusão de que apelar ao governo e às autoridades não resolveria a situação. Assim, promoveram o levante armado, tomando as cidades, destituindo autoridades e expulsando as colonizadoras (POLI, 2009). O momento mais crítico desse processo de disputa ocorreu no mês de outubro de 1957, quando houve o confronto armado entre as empresas colonizadoras e as comunidades de posseiros, fato conhecido como Revolta dos Posseiros. Os colonos reagiam às práticas das empresas colonizadoras, apoiadas pelo governo do estado, após a morte de lideranças importantes, estabelecendo estratégias próprias de defesa, que consistiam desde “tocaiais” a tentativas de fechar à força os escritórios das companhias. A reação dos colonos foi apoiada pelos responsáveis da CANGO, pelos profissionais liberais e comerciantes dos núcleos urbanos, intimamente vinculados ao setor rural e, posteriormente, pelos partidos de oposição (PTB e UDN). Deste processo, resultou um grande movimento regional com a criação de Juntas Deliberativas e Comissões Executivas para tomar as decisões e organizar os colonos, caracterizando um levante dos colonos na luta pela terra. Os posseiros, juntamente com as lideranças urbanas, expulsaram as companhias imobiliárias da região e negociaram a troca dos ocupantes de cargos do poder judiciário atrelados às companhias e a não perseguição daqueles que participaram do movimento. Esses fatos coincidiram com um parecer do Parlamento contrário à concessão das terras para a CITLA (CORONA, 2003).

A vitória armada dos posseiros, no entanto, não encerrou a luta. Mais alguns anos de insegurança e de negociação foram necessários para a concessão da titulação das terras. A legalização da posse dos colonos vitoriosos teve início em 1961, após a declaração de utilidade

pública das glebas Chopim e Missões, pelo presidente Jânio Quadros. Em 1962, foi criado o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) para continuar o trabalho da CANGO. Ao longo de seus anos de atuação, o GETSOP cumpriu papel importante na busca da solução do conflito agrário, promoveu a transição da posse para a propriedade da terra, transformou os posseiros em proprietários, envolveu mais de 40 mil títulos para mais de 56 mil lotes rurais e urbanos, garantiu a regularização fundiária e materializou a inserção da região na moderna economia agrícola brasileira (POLI, 2009).

Esses movimentos dão conta da forma pela qual a questão agrária no Sudoeste do Paraná participa do movimento de transição de uma economia agrária para a “moderna economia de mercado”. As bases deste conflito agrário podem ser compreendidas, respeitadas as diferenças de tempo e espaço, com o estudo da transição da economia agrária à economia de mercado, que somente se efetivou a partir da industrialização e da consolidação da economia de mercado. A partir do momento em que a Revolução burguesa se consolida, uma nova forma de relação com a terra se constitui, de maneira diferente do que a era a propriedade até aquele momento. No capitalismo, ela adquire o sentido de acumulação de capital e de geração de resultados a partir das atividades econômicas monetizadas e realizadas no mercado<sup>9</sup>. A caracterização da terra como mercadoria estabeleceu a possibilidade de sua comercialização no mercado, constituindo, também, um mercado de terras (POLI, 2009).

No caso do Sudoeste Paranaense, antes do conflito agrário da segunda metade da década de 1950, caboclos e colonos não tinham a propriedade da terra e mantinham uma relação de uso associada à reprodução da vida do caboclo ou do colono. Para o colono da região, o empresariamento da terra, no sentido de transformá-la em um empreendimento para a geração de rendimentos acumuláveis, não era a maior preocupação. A maioria das famílias almejava uma produção policultora, em que somente parte do esforço estava voltado para o mercado. Essa capacidade de fugir à subordinação do mercado era uma característica tradicional do

---

<sup>9</sup> Segundo Polanyi (2000), o olhar do novo sistema, que se afirmou na Inglaterra a partir do crescimento do mercado da lã e da estruturação do comércio, considerava a terra como um lugar de produção de bens e mercadorias comercializáveis para atender às demandas do mercado, não só o interno, mas também o internacional, especialmente no abastecimento dos vastos impérios coloniais. A relação do camponês com a terra, enquanto espaço de reprodução da vida, de moradia, de relações sociais e de troca de produtos para sua sustentação, começou a representar entrave ao progresso. Tomava-se justificável, a partir dessa nova concepção, forçar a saída desse camponês de seu espaço para dar lugar a uma agricultura mais moderna, produtiva e tecnicada, capaz de ampliar a produção e de atender às necessidades do mercado, gerador do progresso. O método utilizado para isso foi o cercamento, que apresentava contradições com a cultura camponesa das terras livres e comuns e da utilização coletiva a partir do princípio da cooperação. A reação do camponês à transformação da terra de reprodução da vida para uma terra como espaço de produção capitalista se justificava pela sua concepção de vida totalmente assentada na terra como condição de segurança e de existência.



campesinato e uma contradição com o capitalismo, cujo parâmetro é a transformação de tudo em mercadoria e a monetização de todas as atividades humanas (POLI, 2009, p. 18).

Observando a realidade do Sudoeste do Paraná pode-se ver que na vida dos colonos não havia separação entre a terra e o trabalho, pois toda a sua família estava envolvida na produção e na reprodução da vida. Na família havia a diferenciação de funções pelo sexo e pela idade, mas, no conjunto, as tarefas eram pouco diferenciadas, sendo exercidas por todos os membros. A gestão das unidades familiares não era separada do trabalho. Suas relações com a vizinhança e com a comunidade tinham características comparáveis aos espaços camponeses da Inglaterra e da França. O espaço local era determinante na constituição do modo de vida camponês (POLI, 2009, p. 18-19).

Segundo Corona (2003), o fluxo de grande número de migrantes que ocupou a região, com base na pequena propriedade, ocasionou um rápido povoamento que restringiu, obrigatoriamente, a produção à parcela de terra que cada família ocupava. A área total de cada propriedade agrícola no Sudoeste era dividida em três partes: pequena área com pastagem para poucos animais; área com lavouras que variavam de tamanho segundo as demandas do mercado e a quantidade de braços disponíveis. “Em 1970: 37,4%; em 1975: 49,7% –; e área de capoeira ou pousio: mais de 40% em 1970” (CORONA, 2003, p. 10).

Para Corona (2003, p. 9), no processo de dispersão agrícola, os camponeses brasileiros contaram, por muito tempo, com a alternativa de mobilidade espacial proporcionada pelas “novas fronteiras agrícolas”. Não obstante, o entusiasmo pela produtividade das terras ainda inexploradas obscureceu qualquer inovação das técnicas de preservação do solo. No caso do sudoeste, a experiência dos agricultores com o esgotamento do solo gaúcho, tanto na fertilidade como na incorporação de novas terras, não foi suficiente para que eles utilizassem técnicas mais adequadas. A estratégia utilizada para garantir a fertilidade do solo era ainda a rotação de terras (formação de capoeira e queimada) com o encurtamento cada vez maior do ciclo, pois significava uma economia financeira e de trabalho. O sistema de produção baseado na policultura-criação e o uso da mecanização com trabalho animal (arado sem lâmina transversal, plantadeira manual e carroça), típico do modelo camponês europeu, foram amplamente utilizados pelos colonos sudoestinos (CORONA, 2003).

No processo de colonização, as relações entre os colonos e os comerciantes do Sudoeste, apontadas desde a luta pela terra, eram próximas e com graus variados de dependência. Os comerciantes, ao mesmo tempo em que compravam a produção, vendiam os produtos para o consumo familiar e emprestavam os recursos necessários para o processo produtivo. Com o

resultado da produção, os camponeses pagavam o empréstimo acrescido de juros altos. Mesmo assim, a relação entre eles era de confiança e o tratamento era pessoal e cordial.

Segundo Corona (2003, p. 3), entre 1950 e 1970, os colonos do Sudoeste experimentaram uma fase de grande prosperidade decorrente de três fatores: da posse legal das terras (após longa luta que culminou na “Revolta dos posseiros” em 1957); do acesso a terras férteis e em quantidade suficiente para rotação de terra; e da tradição dos colonos migrantes que mantinham relações mercantis, conheciam as técnicas mecanizadas com uso do trabalho animal e praticavam a diversificação da produção com a combinação da policultura-criação. Segundo Abramovay (1982, p. 76), a explicação encontra-se: na propriedade da terra, que retira o grau de incerteza do arrendamento; nas terras férteis, cujo tamanho permitiu a rotação de terra e boa produção de cereais; na tradição dos agricultores, por meio da economia mercantil e de técnicas mecanizadas com trabalho animal; na expansão do mercado urbano; e, o mais importante, no desenvolvimento do sistema agrícola baseado na unidade *policultura-criação*, que caracterizou a economia camponesa na época.

Porém, a partir dos anos 1970, as técnicas tradicionais de manejo das terras, como a queimada e a rotação de terras, esgotaram a fertilidade do solo e não foram suficientes para atender as demandas do mercado urbano em expansão. A prosperidade dos colonos começou a declinar na medida em que permaneceram dependentes dessas técnicas. Ao agricultor restavam duas possibilidades: comprar mais terras para manter o regime de rotação utilizado (mantendo a lógica de poupar trabalho), ou, não podendo comprar terras e não podendo aumentar o tempo de pousio para recompor o solo, observar a queda na produtividade e na renda (CORONA, 2003, p. 11). Uma grande parcela de agricultores empobreceu; outra foi excluída do campo e uma outra aderiu às soluções trazidas pelo projeto de modernização do campo.

Neste último registro, os avanços técnicos foram apresentados em forma de um “pacote tecnológico”: a moto-mecanização, para ser aplicada no preparo do solo, plantio e colheita; os produtos químicos, como os fertilizantes, para recompor o solo; os defensivos, para controle de ervas daninhas e pragas (chamada Revolução Verde); a pesquisa genética aplicada na seleção das espécies animais e vegetais, para encurtar o ciclo reprodutivo e melhorar as espécies<sup>10</sup>.

A tendência que se evidenciava na época era a substituição do trabalho animal pelo trabalho mecânico; o fim da rotação de terras para recompor a fertilidade do solo; a substituição do uso dos recursos naturais para manter o equilíbrio ecológico, o melhoramento e o controle

---

<sup>10</sup>Além dos mecanismos financeiros (notadamente a expansão do crédito) e de insumos (criação de um parque industrial que desse sustentação à expansão da Revolução Verde), o projeto de modernização contou também com a política nacional de extensão rural criada em meados dos anos 1970, através do Sistema EMBRATER/EMATER/ASTER.

de sementes e a redução do ciclo de reprodução dos animais. Estas transformações, de acordo com Corona (2003), trouxeram a intensificação da força produtiva do trabalho e o aumento da produtividade por área cultivada, o fim da autonomia técnica, a dependência dos insumos industrializados e a especialização com o declínio do regime de policultura. No Sudoeste a paisagem foi rapidamente alterada (CORONA, 2003). As áreas antes cobertas pelas matas passaram a ser ocupadas por plantações; no lugar das picadas, apareceram estradas asfaltadas ligando a região a centros maiores e aos corredores de exportação; consolidam-se centros urbanos regionais de comércio; entra a grande agroindústria. A grande parcela dos pequenos produtores, com poucos recursos, com pouca extensão ou sem a propriedade da terra (posseiros, parceiros, etc), e sem escala de produção requerida pelas novas tecnologias, acabou excluída da modernização. Poderiam beneficiar-se aqueles agricultores com solo mais favorável (declividade, fertilidade), com extensão e localização mais privilegiada.

A diferenciação social que se desenhou na região Sudoeste é entre a camada de agricultores que se “modernizaram”, porque tiveram acesso aos financiamentos subsidiados<sup>11</sup>, e aqueles que sem acesso ao financiamento e às novas tecnologias permaneceram “atrasados”, restando a manutenção da propriedade via uma superexploração do trabalho familiar, uma vez que a manutenção da produtividade do solo exigia mais trabalho vivo, migração para as novas fronteiras agrícolas, ou, ainda, a exclusão do campo rumo às cidades. Deste modo, o atraso, antes atribuído aos caboclos, estende-se para os colonos, que, pela falta de acesso à modernização, ficaram atrelados às práticas “tradicionais”, consideradas arcaicas frente ao novo modelo de desenvolvimento (CORONA, 2003, p. 14).

A reação tanto dos agricultores como da sociedade civil organizada não tardou. Na década de 1980, surgiu um forte movimento em defesa da agricultura familiar, enfraquecida pelo projeto modernizador no bojo do processo de “redemocratização brasileira” e encarnado, no Sudoeste, na atuação da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR). A combinação dos componentes da tradição camponesa com aqueles trazidos pela modernização passou a indicar o grau de diversidade das condições de reprodução social dos agricultores familiares, muito ao contrário da pretensa homogeneização do projeto de modernização. Neste sentido, repete-se o mesmo processo ocorrido quando os colonos chegaram ao Sudoeste. As inovações “modernizadoras” foram parcialmente assimiladas pelos

---

<sup>11</sup>O governo militar que assumiu em 1964 adotou uma política de produção agrícola voltada prioritariamente para a exportação. A edição do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, a reestruturação do sistema de assistência técnica, a edição do Estatuto da Terra, que incentivava de forma clara a formação das empresas rurais, o declínio da lucratividade da produção cafeeira e a necessidade de exportação para equilibrar a balança comercial brasileira provocaram uma corrida em direção à soja.

agricultores familiares. Em síntese, é possível afirmar que as transformações pelas quais passou a região Sudoeste do Paraná, a partir da modernização do campo brasileiro, alteraram aspectos importantes da identidade camponesa na medida em que não significaram a desintegração de todos os elementos sócio-econômico-culturais que caracterizavam a vida campesina desde o início da ocupação deste território (CORONA, 2003, p. 15-16). Corona (2003) afirma que

Esses elementos não estão apenas nas “raízes” históricas do agricultor familiar do Sudoeste, encontram-se inseridos nas estratégias de sobrevivência, que passam a ser mais complexas na medida em que os agricultores estabelecem múltiplas relações econômicas e sociais proporcionadas pela sua integração, mesmo que parcial, ao modelo capitalista de produção. As contradições geradas pelo próprio sistema e a parcialidade da modernização, como vimos acima, criaram as condições para uma combinação de elementos “novos” e “tradicionais” que constituem o que pode ser chamado de um “modo de vida” dos agricultores familiares da região. Portanto, é possível compreender a agricultura familiar do Sudoeste a partir da sua condição social, que lhe é própria em função das condições concretas de trabalho, de intervenção e uso dos recursos naturais, e das relações que estabelece com as instituições, entidades (inclusive religiosas), empresas e com os demais agricultores e comunidade. Estas transformações foram interferindo na identidade do “colono” que passou a se reconhecer como “agricultor ou agricultor familiar”. Ser “colono” durante os anos 1950/60 era pertencer ao projeto de “desenvolvimento” e “progresso” do país, contra o “atraso” dos caboclos e indígenas. A ocupação e prosperidade da região Sudoeste dependiam das experiências dos colonos de origem européia que ocupavam outros Estados do Sul. Na medida em que aquele modelo entrou em declínio, a partir da modernização, ser “colono” passou a significar ser “atrasado”, porque aderir ao projeto de modernização requeria substituir vários aspectos da tradição camponesa, presentes na vida do “colono” do sul (CORONA, 2003, p. 16-17).

Em suma, em consonância com a expansão da modernização da agricultura no país, modificou-se a estrutura da produção agrícola do sudoeste, motivando transformações importantes na agricultura familiar, como se pode observar na tabela abaixo. Promoveu, num curto espaço de tempo, a degradação das condições de vida de parcela significativa da população que, expulsa do campo, não encontrou, no meio urbano, alternativas de sobrevivência (bóias-frias, desempregados, subempregados). O inchaço acelerado das cidades ocasionou uma ocupação desordenada em que o acesso aos bens e serviços ficou limitado àquelas pessoas que foram absorvidas nas atividades econômicas urbanas, melhor remuneradas (CORONA, 2003, p. 17-19). Promoveu, também, a degradação do meio ambiente pelo uso intensivo do solo e a exploração predatória dos recursos naturais; converteu a atividade rural de atividade de subsistência para atividade capitalista, consolidando um mercado agrícola na região.

**Tabela 1 - Condição do produtor em relação às terras (CENSO Agro, 2006)**

Localidades selecionadas	Condição do produtor em relação às terras										
	Proprietário		Assentado sem titulação definitiva		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Produtor sem área
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.
Brasil	3.946.411	310.515.259	189.193	5.758.341	230.121	9.055.047	142.534	1.985.839	412.358	6.365.552	255.019
Paraná	297.945	13.905.976	12.599	302.078	25.678	814.967	7.870	172.802	18.139	195.958	8.832
Sudoeste Paranaense	41.283	1.268.396	1.329	22.797	2.560	59.597	896	12.124	2.596	25.907	1.270
Microrregião Capanema	9.904	186.250	20	52	849	10.229	370	4.942	710	5.994	332
Microrregião Francisco Beltrão	18.448	431.083	395	4.338	989	14.293	407	4.927	1.411	13.936	550
Microrregião Pato Branco	8.970	280.112	82	1.384	484	10.451	77	1.556	345	3.090	136
Microrregião Palmas	3.961	370.951	832	17.022	238	24.623	42	699	130	2.888	252

**Fonte:** IBGE (2006).

Segundo dados do IBGE (2006) sobre a condição do produtor em relação às terras, no que refere as terras da região sudoeste, 1.329 estabelecimentos – que representam o equivalente de 22.797 halqueires- eram áreas sem titulação, 2.596 estabelecimentos eram oriundos de ocupações. Os números apresentados, representam nitidamente o valor de uso da terra e mostra como o processo de colonização da região deixa marcas e demarca as terras ainda na contemporaneidade e é cenário a demais problemas advindos do desequilíbrio social sobre o uso da terra, cujo quadro remete ao potencial agrícola do modelo convencional.

### 3.2 O “MAPA DA FOME” NO “CELEIRO DO ESTADO”

Mais do que números estatísticos, as violações ao direito humano à alimentação se manifestam na saúde pública, na assistência social e nos demais espaços públicos em que a personificação da fome se configura em problemas de saúde e demais necessidades sociais. Banco de dados da saúde e do Ministério de Desenvolvimento Social, por exemplo, possibilitam analisar essa afirmativa. Buscando compreender os números que determinados dados mensuram, e em consonância com a discussão conceitual desenvolvida na primeira parte, nesta seção do trabalho, objetiva-se delinear um mapa da fome na região Sudoeste do Paraná. Para tanto, nesta seção, serão apresentadas discussões sobre a insegurança alimentar na região sudoeste do Paraná, traçando, conforme metodologia, o mapa da fome na região.

O dimensionamento e a caracterização da fome por dados alimentados por gestores municipais em sistema como o do SISVAN, com os dados de que atualmente estão disponíveis, são considerados precários para este estudo e diagnóstico. Ou seja, se é relativamente grosseira a extrapolação feita de insegurança alimentar para os municípios da região Sudoeste do Paraná, estes foram dados possíveis. Com esta advertência, apresentam-se alguns dados sobre os 42

municípios que compõem o território regional, segundo divisão Iparde, considerando a Lei Estadual 15.825/08 (PARANÁ, 2008). Conforme mostra a figura abaixo e a descrição de particularidades da região.

Inicialmente, apresenta-se a divisão geopolítica dos municípios que formam a região e que configuram esse trabalho. Conforme dados do Iparde (2009), considerado o período entre 1950 e 1980, a participação da região Sudoeste na população total do Paraná quase dobrou, indo de 4,45% para 8,15%. A partir de 1980, a população total se mantém quase inalterada e sua participação declina, chegando, em 2007, a 5,79%. Cabe destacar a elevada participação da população rural da região Sudoeste no conjunto do Estado, pois, embora tenha apresentado queda nominal a partir de 1980, manteve sua participação no conjunto do Estado acima dos 12%. Tal constância está associada tanto às maiores perdas de população rural, registradas em outros espaços, quanto a sua estrutura fundiária, marcada pela presença da agricultura familiar e assentamentos rurais, que conjugados a um aparato técnico-científico e de organização social, particularizam a região.<sup>12</sup>

A ocupação da região Sudoeste, ocorrida, principalmente, nas décadas de 1950 e 1960, teve nas atividades agropecuárias sua principal marca. A estrutura produtiva industrial da região Sudoeste se assentou historicamente na indústria de alimentos (abate e preparação de carnes, produção de óleos vegetais, rações e laticínios) e de madeira, ambas intensivas no uso de mão-de-obra, porém pouco geradoras de renda. Nos anos recentes, verificam-se alterações nessa estrutura produtiva, com declínio da participação da indústria da madeira (entrada de grandes plantas no Estado, fabricantes de derivados da madeira mais sofisticados) e crescimento da indústria de máquinas e equipamentos (eletrodomésticos) e metalurgia, e, de forma menos significativa, de indústrias do complexo eletroeletrônico (bens de informática, equipamentos e materiais elétricos). Esse perfil industrial guarda estreita relação com a base agropecuária do espaço e tem na produção de grãos e proteína animal seus principais produtos.

Outro aspecto marcante para o entendimento da dinâmica regional diz respeito ao tamanho dos estabelecimentos rurais, como mostram as tabelas abaixo:

**Tabela 2 - Tamanho dos estabelecimentos rurais (2006)**

UF, Mesorregião, Microrregião	Total de estabelecimentos		Área total (ha)		Próprias				Sem titulação definitiva			
					Estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos		Área (ha)	
Brasil	5.175.036	100,00%	333.680.037	100%	3.946.411	76,26%	302.138.391	90,55%	194.867	3,77%	5.957.124	1,79%
Paraná	371.063	7,17%	15.391.782	100%	297.945	80,29%	13.156.112	85,47%	12.876	3,47%	307.390	2,00%

<sup>12</sup> Quando comparado ao conjunto do Estado, a região Sudoeste apresenta dois comportamentos distintos: o primeiro, de 1950 a 1980, cresce mais que a média do Estado, especialmente entre 1950 e 1970; o segundo, de 1980 a 2007, mantém-se abaixo da taxa média estadual, apresentando um pico negativo (-0,49% a.a.) entre 1980 e 1991. Desde então, a região é expulsora de população, especialmente do meio rural, e ainda com poucas áreas urbanas apresentando crescimento populacional.

Sudoeste Par.	49.934	13,46%	1.388.821	100%	41.283	82,68%	1.197.598	86,23%	1.367	2,74%	23.517	1,69%
Mic. Capanema	12.185	24,40%	207.467	100%	9.904	81,28%	175.274	84,48%	24	0,20%	126	0,06%
Micro. F. Beltrão	22.200	44,46%	468.577	100%	18.448	83,10%	410.596	87,63%	409	1,84%	4.527	0,97%
Micro. P. Branco	10.094	20,21%	296.593	100%	8.970	88,86%	259.367	87,45%	95	0,94%	1.643	0,55%
Micro. Palmas	5.455	10,92%	416.184	100%	3.961	72,61%	352.361	84,66%	839	15,38%	17.222	4,14%

Tamanho dos estabelecimentos rurais (2015)

UF, Mesorregião, Microrregião	Arrendadas				Parceria				Ocupadas			
	Estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos		Área (ha)	
Brasil	333.975	6,45%	15.127.498	4,53%	186.363	4,72%	3.240.841	0,97%	474.133	12,01%	7.216.236	2,16%
Paraná	43.827	11,81%	1.364.556	8,87%	12.117	4,07%	327.342	2,13%	22.284	7,48%	236.387	1,54%
Sudoeste Par.	4.932	9,88%	113.041	8,14%	1.586	3,84%	23.080	1,66%	3.149	7,63%	31.586	2,27%
Mic. Capanema	1.314	10,78%	17.479	8,42%	580	5,86%	7.550	3,64%	853	8,61%	7.038	3,39%
Micro. F. Beltrão	1.854	8,35%	26.325	5,62%	782	4,24%	10.044	2,14%	1.726	9,36%	17.086	3,65%
Micro. P. Branco	1.294	12,82%	28.672	9,67%	143	1,59%	2.948	0,99%	411	4,58%	3.963	1,34%
Micro. Palmas	470	8,62%	40.565	9,75%	81	2,04%	2.538	0,61%	159	4,01%	3.498	0,84%

Fonte: IBGE (2006-2015).

A combinação entre a forte presença de agricultores familiares e as restrições naturais, sociais e econômicas à concentração fundiária influencia diretamente as atividades produtivas e, em grande parte, explica a importância regional e estadual da criação de aves de corte, majoritariamente composta por frangos, produzidos de forma integrada às grandes indústrias do setor. Evidencia, também, certa tendência ao assalariamento da atividade agrícola que convive com sistemas familiares de produção. Trata-se de uma região com características entre as mais rurais do Estado, mas sofrendo transformações demográficas caracterizadas por um relativo envelhecimento da população.

A estrutura de pequenas propriedades e a base produtiva que caracterizam a região podem ser consideradas condições positivas à manutenção de uma relativa coesão regional, dado que indica um perfil de estabilidade quanto à participação na economia do Estado, a despeito das condições ambientais restritivas. A agricultura familiar supera as restrições à adoção de tecnologia devido às limitações naturais e econômico-sociais, dedicando-se à criação de pequenos animais, em grande parte sob o sistema de integração, comandado por indústrias e/ou cooperativas. Essa atividade eleva o potencial de riscos ambientais na região, mesmo quando realizada em padrões supostamente adequados e eficientes, posto que requer soluções de esgotamento e tratamento de dejetos de suínos. Pelo lado negativo, houve significativa concentração de grandes e pequenas hidrelétricas na bacia do Iguaçu, que intensificaram a degradação ambiental dos recursos hídricos e faunísticos, geraram modificações nos cursos d'água e impactos ambientais nas suas áreas de influência, aumentando o risco de extinção de inúmeras espécies endêmicas, notadamente de peixes (IPARDES, 2009).

Acreditando que análises descritivas e históricas são os primeiros passos necessários, mas que a identificação de efeitos causais também tem sua relevância para o estudo, o modelo a ser

proposto procurará captar as principais características que afetam as taxas de insegurança alimentar.

### 3.2.1 Modelo analítico do mapa

A tentativa de desenhar o mapa da fome no sudoeste paranaense procura obedecer à diretriz geral deste trabalho, qual seja a de ampliar a visão intrinsecamente nutricional sobre o fenômeno da fome, considerando-o também em suas dimensões sociológicas. Não prescinde, no entanto, de dialogar com o acúmulo de conhecimento produzido pelos profissionais da nutrição e com os avanços produzidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, especialmente com seu instrumento de mensuração mais consolidado e usual: a escala da EBIA. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) é uma escala psicométrica, que avalia a percepção de indivíduos sobre sua segurança alimentar e nutricional e contato com a experiência da fome. A escala conta com 14 perguntas, cada uma com duas opções de resposta ("Sim" e "Não") e leva em conta a situação alimentar vivenciada no domicílio nos últimos 90 dias que antecedem as entrevistas de coleta de dados.

Segundo a EBIA, a classificação se dá em: **Segurança Alimentar**, quando o indivíduo tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, e sequer se sentem na iminência de sofrer restrição no futuro próximo; **Insegurança Alimentar Leve**, quando o indivíduo manifesta preocupação ou incerteza quanto a disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e qualidade adequadas; **Insegurança Alimentar Moderada**, quando o indivíduo manifesta redução na quantidade de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos; **Insegurança Alimentar Grave**, quando há redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças; e/ou privação de alimentos, caracterizando a fome (PNAD, 2013).

Embora o questionário que acompanha as 14 questões da EBIA inclua variáveis como a renda familiar, produção agrícola e de alimentos para autoconsumo, a escala dá primazia à autopercepção dos indivíduos sobre a insegurança alimentar e a fome no nível domiciliar, mas sem fazer referências a variáveis socioeconômicas mais amplas. Em outras palavras, a natureza psicométrica da EBIA limita o alcance da mensuração do que o próprio estudo técnico que descreve a escala define como "fenômeno de natureza social" (MDS, p. 07).

Por esta razão, ao incluir – na composição de um índice sobre a prevalência do fenômeno da fome numa dada região – variáveis como a "dependência populacional de transferência de



renda (percentual da população total)", "Anomalias no desenvolvimento infantil associadas à fome (percentual do total de crianças)", "População em extrema pobreza (percentual da população total)", "Índice de Gini (dado municipal)" e "Predomínio da agricultura convencional (não familiar, em percentual da área total dos municípios", nosso objetivo foi o de compor uma escala sociométrica para o problema da fome, que dialogue e complemente a EBIA<sup>13</sup>. Nosso índice foi assim composto:

**Tabela 3 - Variáveis e pesos da composição do índice**

Dependência (% do total da população) de transferência de renda (Programa Bolsa Família)	Anomalias no desenvolvimento infantil associadas à fome (percentual do total de crianças nos municípios)		População em extrema pobreza (percentual da população total)	Índice de Gini do município	Predomínio da agricultura convencional (não familiar) - % da área
	Déficit de altura para idade em crianças menores de 5 anos	Déficit de peso para idade em crianças menores de 5 anos			
Peso: 10%	Peso: 15%	Peso: 15%	Peso: 35%	Peso: 20%	Peso: 5%

Fonte: A autora

- a) Para a variável “*número de indivíduos dependentes do Programa Bolsa Família*”, utilizou-se os dados do programa, disponíveis para consulta pública. Considerou-se que as famílias beneficiárias do programa são obrigatoriamente cadastradas no Cadastro Único (CADÚNICO)<sup>14</sup> e a baixa renda é critério de inclusão no Programa Bolsa Família. A intenção dessa variável se justifica pela relevância do número de indivíduos dependentes do programa social, cujo repasse financeiro, muitas vezes, é o único meio para atender suas necessidades básicas, como a alimentação.
- b) Para a variável “*população em extrema pobreza*”, considerou-se os indivíduos com renda *per capita* abaixo de R\$ 85,00 mensais, conforme critérios do IBGE. A importância desta variável é óbvia na composição do índice: quanto mais pobre, mais vulnerável ao problema da fome é uma população;
- c) A escolha pela variável coeficiente de GINI se justifica por esta ser uma medida da desigualdade e distribuição de renda e que, por sua vez, condiciona o acesso aos alimentos que não são produzidos pelos próprios indivíduos;
- d) Para as variáveis “*déficit de altura para crianças menores de 5 anos e déficit de peso para idade em crianças menores de 5 anos*”, considerou-se o nível de

<sup>13</sup> As fontes destes dados foram extraídas de bases como o IBGE, da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social - SAGI, além de dados do Censo Agropecuário.

<sup>14</sup> Conforme legislação do CADÚNICO (Decreto no 6.135/2007), também podem ser cadastradas famílias com renda mensal superior a meio salário per capita, ou a três salários mínimos no total, desde que sua inclusão no cadastro esteja vinculada à implementação ou ao acompanhamento de programas sociais desenvolvidos nos três níveis da Federação. (BRASIL, 2007)

detalhamento e de representatividade exigido para a avaliação da desnutrição. Para este estudo, optou-se pela utilização da base de dados do Ministério da Saúde denominada *Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional (SISVAN)*, ano-referência, cuja cobertura é bastante significativa devido ao acompanhamento pelas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF). As variáveis selecionadas para análise da desnutrição são o “déficit de altura para idade (DAI) em crianças menores de 5 anos (desnutrição crônica)” e o déficit de peso para idade (DPI) em crianças menores de 5 anos (desnutrição aguda)”. (BRASIL, 2011, n.p.)<sup>15</sup>

- e) A última variável, não menos importante, é “*presença da agricultura familiar no município*”, já que a agricultura familiar é responsável pela produção de 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros e são consumidos pelas comunidades próximas de onde o alimento é produzido. (MDA, 2014, n.p.)<sup>16</sup>

Nossa escala pode ser correlacionada à EBIA da seguinte forma:

**Tabela 4 - Correlação EBIA com o Índice de prevalência da fome utilizado na análise sobre o Sudoeste**

EBIA		Índice de prevalência da fome utilizado na análise sobre o sudoeste	
Escala	Pontuação	Escala	Pontuação
<b>Segurança Alimentar</b> (Acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, e sequer se sentiam na iminência de sofrer restrição no futuro próximo)	0	<b>Fome marginal</b> (quando a maioria absoluta dos indivíduos de dado município encontra-se em segurança alimentar plena, ou seja, quando as variáveis apresentadas consideram a possibilidade deste indivíduo estar em condição de segurança alimentar).	Até 0,1250 pontos
<b>Insegurança Alimentar Leve</b> (Preocupação ou incerteza quanto a disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e qualidade adequadas)	1-5* 1-3**	<b>Fome reduzida</b> (quando a maioria relativa dos indivíduos de dado município encontra-se em Segurança Alimentar e a fome é um problema tópico e localizado, que atinge parcela identificável e controlável da população).	Entre 0,1251 e 0,1500 pontos
<b>Insegurança Alimentar Moderada</b> (Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos)	6-9* 4-5**	<b>Fome aguda</b> (quando a fome aparece em surtos que começam a escapar do controle e combate no contexto de um município)	Entre 0,1501 e 0,1750 pontos
<b>Insegurança Alimentar Grave</b> (Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de	10-14* 6-8**	<b>Fome Crítica, crônica, extrema ou severa</b> (quando a fome atinge a maioria da população residente de um município, passando a ser parte	Mais de 0,2000 pontos

<sup>15</sup> De acordo com o Ministério da Saúde (2011), a estatura para idade indica o crescimento linear da criança e representa um resumo da situação pgressa desde o nascimento até a mensuração. Crianças com *déficit* de altura atual correspondem a crianças que apresentaram *déficit* de peso anteriormente e cuja situação de desnutrição pode ser considerada crônica. Além disso, a altura não pode ser recuperada em momentos posteriores, de modo que esse *déficit* é levado para toda a vida. Já o peso para idade expressa a relação entre a massa corporal e a idade cronológica da criança e é o índice utilizado para a avaliação do estado nutricional, contemplado na *Caderneta de Saúde da Criança*, principalmente para avaliação do baixo peso. Essa avaliação é muito adequada para o acompanhamento do ganho de peso e reflete a situação global da criança. Porém, não diferencia o comprometimento nutricional atual ou agudo dos pgressos ou crônicos. Por isso, é importante complementar a avaliação com outro índice antropométrico (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011). O peso para essa variável foi de 15%.

<sup>16</sup> Conforme dados do MDA disponíveis em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>.

alimentos entre adultos e/ou crianças; e/ou privação de alimentos; fome)		de sua realidade como dado natural, incontornável	
---	--	--	--

\* Domicílios com menores de 18 anos; \*\* Domicílios sem menores de 18 anos

Fonte: A Autora

Esta escala procura dialogar com a literatura consagrada sobre os tipos de fome, que parte da diferenciação básica entre a **Fome Global (Total) e a Fome Parcial ou Oculta (Específica)**, explicada por Castro (1965) em *Geopolítica da Fome*. Para o autor, a fome total teria origem na não ingestão de quantidades mínimas de alimentos imprescindíveis para o gasto energético humano, o que, todavia, induziria a pessoa com esta ingestão deficiente de calorias, a semi-inanição e, no momento que passasse do nível deficiente para o nível grave, ou seja, para o nível de total ausência de ingestão alimentar, levaria a pessoa à completa inanição. Já no que se refere à fome parcial, o autor menciona que, “(...) quando independente do aspecto energético, a alimentação é falha ou deficiente em um ou mais princípios químicos essenciais, constituem-se fomes parciais ou específicas, também chamadas de carências alimentares” (CASTRO, 1965, p. 83).

Ainda sobre a **fome total** e a **fome específica (oculta)**, o autor relata que:

Entre os dois tipos extremos – a devastadora inanição aguda e a insidiosa deficiência crônica – vamos encontrar toda uma gama de tipos de fome, assolando a humanidade (...) Enquanto os tipos de **fome global** – os episódios de **fome aguda** – tão comuns durante a Idade Média, se foram tornando cada vez mais raros ou espaçados com os progressos sociais, os casos de **fome específica** foram-se tornando mais freqüentes e graves. A **fome oculta** constitui hoje a forma típica da fome de fabricação humana (CASTRO, 1965, p. 79-83, grifos nossos).

Há de considerar que, para o pesquisador, existe uma relação entre a fome endêmica e a fome parcial, e entre a fome epidêmica e a fome total. Deste modo, nas áreas em que a fome é endêmica, ela tende a ser também parcial e, nas áreas onde a fome é epidêmica, o fenômeno transforma-se também em fome total.

Entre as classificações citadas, para a construção do mapa, referenciou-se a Josué de Castro, considerando que este trabalho foi pensado na fome como fenômeno social e que para tanto foram usadas variáveis que implicam na prevalência da fome nos municípios.

Não constitui objeto deste ensaio o estudo da fome individual (...) O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo **endêmica ou epidemicamente** as grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de *starvation*, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais freqüente e mais grave, em suas conseqüências numéricas, da **fome parcial**, da chamada **fome oculta**, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos,

em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. É principalmente o estudo dessas coletivas fomes parciais, dessas fomes específicas, em sua infinita variedade, que constitui o objetivo nuclear do nosso trabalho (CASTRO, 1948, p. 20, grifos nossos).

### 3.2.3 Análise dos resultados

A segunda etapa do processo para a construção do mapa da fome trata da análise das variáveis que resultam na presença INSAN em cada município. O mapa apresenta-se com a distribuição espacial da soma das variáveis utilizadas para o cálculo de insegurança alimentar de acordo com o índice proposto, de modo a ilustrar com mais clareza a ocorrência destas em território sudoestino. Para a análise dos municípios, foi utilizado o método estatístico denominado *Análise de Cluster ou análise de agrupamentos*, elaborado por Maroco (2014), cujo objetivo é classificar os municípios em grupos segundo as variáveis envolvidas na análise. Assim, procedemos à elaboração do mapa da fome na região Sudoeste do Paraná, pensando-a como fenômeno socialmente produzido.

Antes de passar aos dados, entretanto, é necessário retornar à ressalva inicial da pesquisa: embora se trate de proporções altas da população em estado de insegurança alimentar, é possível que este conjunto de indivíduos que foram isolados, devido às estimativas da linha insegurança alimentar, não constituam a totalidade dos que se encontram em estado de insegurança alimentar que realmente existem. Neste caso, o grau de homogeneidade da insegurança alimentar seria talvez menor, como também menores seriam as diferenciações (variáveis) sublinhadas. Segue, abaixo, a figura do mapa seguido da análise dos dados coletados que o formatam.

Abaixo, apresentamos a tabela com as variáveis componentes do índice (com seus respectivos valores, pesos e índice), bem como o mapa da fome na região sudoeste do Paraná:

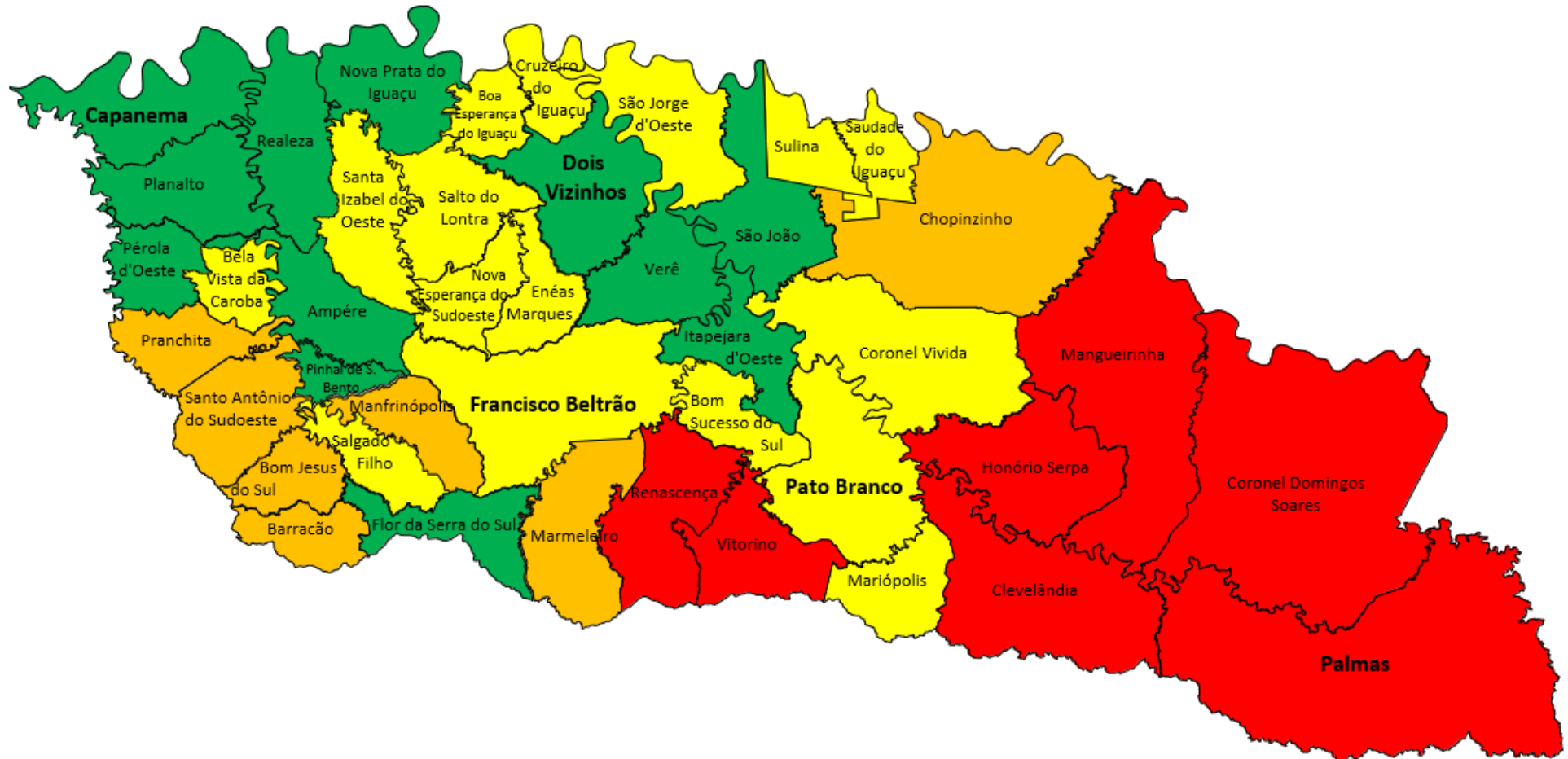
**Tabela 5 - Tabela de composição do índice da fome no sudoeste do Paraná<sup>17</sup>**

	Programa Bolsa Família	Anomalias no desenvolvimento infantil associadas à fome		População em extrema pobreza (%) - <b>Peso: 35%</b>	Índice de Gini - <b>Peso: 20%</b>	Predomínio da agricultura convencional (não familiar) - % da área - <b>Peso: 5%</b>	Índice no mapa da fome regional
	Dependência (% do total da população) - <b>Peso: 10%</b>	Déficit de altura para idade em crianças menores de 5 anos - <b>Peso: 15%</b>	Déficit de peso para idade em crianças menores de 5 anos - <b>Peso: 15%</b>				
Ampére	2,23%	7,99%	2,43%	3,21%	51,66%	34,68%	0,1497368
Barracão	5,42%	15,19%	2,94%	6,04%	54,12%	44,39%	0,1841904
Bela Vista da Caroba	6,51%	4,40%	0,00%	7,12%	50,72%	26,05%	0,1525026
Boa Esperança do Iguaçu	3,71%	12,50%	2,08%	8,07%	45,39%	33,89%	0,1615472
Bom Jesus do Sul	3,97%	16,44%	0,00%	10,22%	47,58%	44,02%	0,1815738
Bom Sucesso do Sul	2,95%	3,45%	1,72%	5,77%	55,71%	59,23%	0,1719286
Capanema	2,10%	7,65%	4,12%	3,70%	45,27%	17,12%	0,1318187
Chopininho	4,07%	14,62%	0,68%	4,12%	55,21%	57,28%	0,1804845
Clevelândia	5,56%	15,81%	4,11%	5,10%	56,26%	79,83%	0,2057194
Coronel Domingos Soares	6,93%	8,79%	3,77%	14,92%	54,16%	84,50%	0,2285626
Coronel Vivida	2,67%	10,60%	3,53%	3,81%	47,41%	45,63%	0,1548231
Cruzeiro do Iguaçu	4,73%	7,69%	3,08%	3,88%	51,47%	55,78%	0,1652973
Dois Vizinhos	1,68%	7,32%	1,22%	2,24%	47,54%	35,93%	0,1353852
Enéas Marques	4,53%	7,40%	1,23%	4,33%	59,78%	26,60%	0,1654753
Flor da Serra do Sul	5,95%	0,84%	0,00%	6,71%	46,17%	37,77%	0,1419095
Francisco Beltrão	1,70%	22,34%	4,84%	1,53%	47,21%	30,76%	0,1576257
Honório Serpa	6,85%	14,40%	5,93%	10,34%	47,60%	66,20%	0,2018517
Itapejara d'Oeste	3,81%	9,44%	3,14%	2,46%	49,38%	34,88%	0,1474914
Manfrinópolis	5,71%	16,90%	5,64%	8,57%	47,33%	56,54%	0,1924481
Mangueirinha	6,02%	13,90%	1,55%	8,69%	57,89%	72,62%	0,2117059
Mariópolis	4,17%	3,80%	3,81%	3,84%	48,59%	55,08%	0,1537689
Marmeleiro	4,58%	16,00%	4,36%	4,82%	51,08%	43,79%	0,1760524
Nova Esperança do Sudoeste	3,79%	6,95%	5,56%	6,98%	50,43%	23,60%	0,1596541
Nova Prata do Iguaçu	2,86%	6,54%	3,27%	4,56%	46,32%	35,69%	0,1440122
Palmas	4,98%	15,57%	3,31%	5,71%	55,29%	91,98%	0,2098636
Pato Branco	2,69%	8,46%	2,86%	2,06%	52,13%	59,13%	0,1606943
Pérola d'Oeste	3,00%	4,35%	4,35%	5,89%	44,40%	11,10%	0,1309995
Pinhal de São Bento	4,77%	1,92%	0,00%	4,65%	36,97%	37,34%	0,1165201
Planalto	3,64%	4,48%	0,75%	4,61%	47,36%	15,74%	0,1302232
Pranchita	4,28%	25,80%	2,16%	4,53%	51,91%	47,37%	0,1895806
Realeza	1,96%	10,93%	2,08%	3,35%	43,87%	43,28%	0,1425947
Renascença	3,45%	23,04%	2,25%	7,49%	57,89%	59,15%	0,2129462
Salgado Filho	3,78%	18,75%	0,00%	6,11%	45,86%	40,11%	0,1650647
Salto do Lontra	3,38%	19,42%	3,30%	3,16%	46,27%	40,69%	0,1613921
Santa Izabel do Oeste	3,02%	14,96%	0,68%	7,02%	45,09%	45,24%	0,1638591
Santo Antônio do Sudoeste	3,75%	11,05%	1,93%	9,74%	52,44%	30,39%	0,1773859
São João	1,61%	5,13%	1,28%	2,75%	43,65%	42,90%	0,1296168
São Jorge d'Oeste	3,16%	7,76%	0,00%	6,22%	47,58%	61,39%	0,1624229
Saudade do Iguaçu	4,90%	14,52%	1,61%	4,91%	47,04%	23,18%	0,1519552
Sulina	4,24%	20,34%	1,69%	4,57%	47,46%	42,25%	0,1693099
Verê	4,53%	9,52%	2,04%	3,59%	47,82%	32,55%	0,1463581
Vitorino	4,17%	36,45%	13,08%	4,53%	49,68%	65,61%	0,2264869

Fonte: A autora

<sup>17</sup> Dados de julho de 2018 para o PBF (CADUNICO); julho de 2018 para o SISVAN (anomalias); Censo IBGE 2010 (extrema pobreza) e GINI; e Censo Agropecuário IBGE 2006 (predomínio da agricultura convencional).

Figura 1 - Mapa da fome no sudoeste paranaense



Escala	Pontuação
<b>Fome marginal</b>	Até 0,1250 pontos
<b>Fome reduzida</b>	Entre 0,1251 e 0,1500 pontos
<b>Fome aguda</b>	Entre 0,1501 e 0,1750 pontos
<b>Fome Crítica, crônica, extrema ou severa</b>	Mais de 0,2000 pontos

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2018.

Seguindo a análise do mapa da fome, as cidades de *Palmas, Coronel Domingos Soares, Clevelândia, Honório Serpa, Mangueirinha, Vitorino e Renascença* sinalizam um estado de fome severa ou crônica, de acordo com a escala. Segundo as variáveis DAI e DPI, crianças enfrentam, em seu cotidiano, as consequências da fome, índice acima da média brasileira. Fazem parte de um contexto familiar, cuja vulnerabilidade econômica e social reforçam a análise de que a fome não é mais um problema estrutural, estando focalizada em público e território específico. Dentre especificidades locais, faz-se importante relatar que, no município de *Mangueirinha*, a presença de comunidades indígenas acentua o quadro de desigualdade social enfrentada pelas comunidades tradicionais. De acordo com dados da FUNAI, cerca de 765 habitantes são indígenas das etnias *Guarani, Guarani Mbya* ou *Kaigang*. De acordo com dados da COHAPAR, 100 famílias indígenas aguardam por moradias que atendam saneamento básico. Segundo a instituição, no município, cerca de 400 famílias em assentamento rural residem em condições precárias de moradia e saneamento básico. Na cidade de *Palmas*, 113 famílias residem em favelas, 300 famílias vivem em assentamento rural, 200 famílias quilombolas, 120 famílias indígenas, e todas aguardam por melhores condições de moradia. (PARANÁ, 2018)

Seguindo a escala, **Fome Aguda** está presente nos municípios de *Chopinzinho, Marmeleiro, Barracão, Bom Jesus do Sul, Manfrinópolis, Santo Antônio do Sudoeste e Pranchita*, e sinaliza um estado crítico, especialmente considerando a particularidade dos municípios fronteiriços com a Argentina. Nos municípios de *Pato Branco, Mariópolis, Coronel Vivida, Bom Sucesso do Sul, Francisco Beltrão, Enéas Marques, Nova Esperança do Sudoeste, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, São Jorge, Sulina, Saudades do Iguaçu, Salgado Filho e Bela Vista da Caroba*, encontram-se com estado de **Fome Reduzida**. E, dos quarenta e dois municípios da microrregião, 12 deles estão em situação de que a **fome é um problema marginal**. São eles: *Capanema, Planalto, Pérola d'Oeste, Realeza, Pinhal de São Bento, Ampere, Flor da Serra do Sul, Dois Vizinhos, Verê, Nova Prata do Iguaçu, Itapejara d'Oeste e São João*.

Dos dados estudados e analisados para a construção do mapa da fome, observa-se que, quanto mais baixa a renda familiar *per capita*, mais alta é a desnutrição infantil. Segundo Monteiro (1997), em termos genéricos, já está bem evidenciada a influência que os fatores socioeconômicos exercem sobre o crescimento e o estado nutricional das crianças. Adas (1988) explica que os óbitos de crianças pobres não apontam a fome ou a desnutrição como causa dessas mortes, configuram, como causas, a pneumonia, a desidratação, a tuberculose, o sarampo

dentre outras doenças decorrentes de um organismo debilitado ou sem resistência, em consequência da desnutrição ou da fome.

No município *Coronel Domingos Soares*, cuja incidência de **Fome Crônica** é a mais elevada da região estudada, a mortalidade infantil corresponde a 19,5 óbitos por mil nascidos vivos, enquanto nos municípios em segurança alimentar chega a 0.

Diariamente, em todo o mundo subdesenvolvido, milhões de vidas são interrompidas pelo flagelo da fome. Sem resistência orgânica, as crianças desnutridas morrem. E morrem num mundo em que há alimentos para todos. Essa seção é finalizada com a frase iniciada, em concordância com o autor que refletiu sobre o fenômeno da fome. Entende-se que a fome, expressão viva da questão social, faz-se presente em todo o mundo, e, independentemente de maiores prevalências, à frente dos números estão vidas onde garantir o direito humano à alimentação precede todo e qualquer outro direito: “a fome não é um fenômeno natural e sim um produto artificial de conjunturas (estruturas) econômicas defeituosas: um produto de criação humana e, portanto, capaz de ser eliminado pela vontade criadora do homem” (CASTRO, 1960, p.26).

É nesta primazia que a análise do mapa da fome traz o diálogo com o direito humano à alimentação e sinaliza a divergência entre dados da produção e a necessidade alimentar da população. Hoje, a composição da cesta de alimentos do brasileiro possui quatro pilares fundamentais com pequena nuance regional. Para a região Centro Sul do país, os alimentos que compõem estes quatro pilares são: arroz, feijão, farinha de trigo e macarrão (trigo); e, para as regiões Norte e Nordeste são: arroz, feijão, farinha de mandioca e macarrão (trigo). Essa informação se defronta com a atual produção de alimentos no país, quando o discurso de saciar a fome por meio da produção é falseado a partir da comparação entre os principais alimentos cultivados com os principais alimentos da cesta básica do brasileiro.

Foram levantados um conjunto de dados que apresentam a realidade da produção de alimentos no Sudoeste do Paraná e de suas microrregiões componentes, tanto para a produção agrícola quanto para a produção animal:



**Tabela 6 - Principais itens da produção agrícola do Sudoeste, por microrregião (2015)**

<b>Microrregião de Capanema</b>			
<b>Produto</b>	<b>Qtd</b>	<b>Valor</b>	<b>Área ou Rend. Méd</b>
Prod. Agr. - Soja (em grão) - (t)	333.337	316.648	100.810
Prod. da Silv. - Lenha - (m3)	307.600	12.732	-
Prod. de Origem Animal - Leite - (mil l)	220.500	205.065	70.385
Prod. Agr. - Milho (em grão) - (t)	143.780	49.425	22.100
Prod. Agr. - Trigo (em grão) - (t)	130.325	74.566	52.000
Prod. da Silv. - Madeira em Tora - (m3)	83.988	8.739	-
Prod. da Silv. - Madeira para Outras Finalidades - (m3)	83.798	8.731	-
Prod. Agr. - Mandioca - (t)	66.390	13.157	22.893
Prod. de Origem Animal - Mel de Abelha - (kg)	60.000	900	-
Prod. Extrativa Vegetal - Lenha - (m3)	39.555	1.345	-
<b>Microrregião de Francisco Beltrão</b>			
Prod. da Silv. - Lenha - Quantidade Produzida (m3)	1.017.698	49.481	-
Prod. Agr. - Soja (em grão) - Quantidade Produzida (t)	561.944	542.526	170.440
Prod. de Origem Animal - Leite - Quantidade Produzida (mil l)	546.515	494.554	170.950
Prod. Agr. - Milho (em grão) - Quantidade Produzida (t)	496.895	182.082	64.840
Prod. da Silv. - Madeira em Tora - Quantidade Produzida (m3)	345.250	22.796	-
Prod. de Origem Animal - Mel de Abelha - Quantidade Produzida (kg)	159.790	1.446	-
Prod. Agr. - Trigo (em grão) - Quantidade Produzida (t)	129.185	71.350	57.100
Prod. Agr. - Mandioca - Quantidade Produzida (t)	80.980	23.211	22.432
Prod. de Origem Animal - Ovos de Galinha - Quantidade Produzida (mil dz)	64.216	130.355	-
Prod. Agr. - Feijão (em grão) - Quantidade Produzida (t)	36.792	65.559	21.990
<b>Microrregião de Palmas</b>			
Prod. Agr. - Soja (em grão) - Quantidade Produzida - (T-R\$-T/ha)	467.818	440.724	142.150
Prod. da Silv. - Madeira em Tora - Quantidade Produzida (m3-R\$)	334.550	26.465	-
Prod. Agr. - Milho (em grão) - Quantidade Produzida - (T-R\$-T/ha)	192.738	73.743	18.525
Prod. da Silv. - Madeira para Outras Finalidades - Quantidade Produzida (m3-R\$)	177.050	16.618	-
Prod. da Silv. - Madeira para Papel e Celulose - Quantidade Produzida (m3-R\$)	157.500	9.847	-
Prod. de Origem Animal - Leite - Quantidade Produzida (mil l=R\$)	107.913	131.817	33.748
Prod. de Origem Animal - Mel de Abelha - Quantidade Produzida (kg-R\$)	46.950	381	-
Prod. da Silv. - Lenha - Quantidade Produzida (m3-R\$)	44.580	1.344	-
Prod. Agr. - Batata-inglesa - Quantidade Produzida - (T-R\$-T/ha)	41.950	39.371	36.478
Prod. Extrativa Vegetal - Lenha - Quantidade Produzida (m3-R\$)	41.400	1.706	-
<b>Microrregião de Pato Branco</b>			
Prod. Agr. - Soja (em grão) - (T-R\$-T/ha)	572.954	558.218	183.870
Prod. de Origem Animal - Leite - (mil l)	332.492	299.246	76.058
Prod. Agr. - Milho (em grão) - (T-R\$-T/ha)	238.400	87.253	25.770
Prod. Agr. - Trigo (em grão) - (T-R\$-T/ha)	172.650	106.282	56.550
Prod. Agr. - Feijão (em grão) - (T-R\$-T/ha)	83.353	131.844	42.620
Prod. de Origem Animal - Mel de Abelha - (kg-R\$)	62.707	503	-
Prod. da Silv. - Lenha - (m3-R\$)	57.904	3.127	-
Prod. da Silv. - Madeira em Tora - (m3-R\$)	35.892	4.450	-
Prod. de Origem Animal - Ovos de Galinha - (mil dz)	30.018	59.136	-
Prod. Agr. - Mandioca (t/ha)	22.080	3.533	20.000

**Fonte:** IPARDES (2015)

**Tabela 7 - Produção animal - Sudoeste do Paraná por microrregiões**

	Total Sudoeste		Capanema		F. Beltrão		Palmas		Pato Branco	
Efetivo de Galináceos	44.539.133	95,91%	6.900.130	95,35%	27.400.912	96,30%	414.700	67,53%	9.823.388	96,93%
Efetivo de Bovinos	1.017.940	2,19%	187.509	2,59%	458.785	1,61%	153.286	24,96%	218.360	2,15%
Efetivo de Suínos	809.589	1,74%	142.905	1,97%	571.774	2,01%	22.040	3,59%	72.870	0,72%
Ovinos	70.853	0,15%	5790	0,08%	21.347	0,08%	24.050	3,92%	19.666	0,19%
TOTAL	46.437.515	100,00%	7.236.334	15,58%	28.452.818	61,27%	614.076	1,32%	10.134.284	21,82%

**Fonte:** IPARDES (2015)

### 3.3 DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A INSUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO AGRONEGÓCIO NO SUDOESTE DO PARANÁ

Na seção anterior, traçou-se o mapa da fome na região Sudoeste do Paraná, que permitiu um panorama geral da temática na região. Foram apresentadas particularidades desse problema que se contrasta com o cenário extenso da produção agrícola. Neste mesmo cenário em que se apresenta a fome, no celeiro agrícola da região, neste item, será apresentada uma das características predatórias do agronegócio, certamente com impacto significativo no quadro da fome.

Apresenta-se, nesse item, o mapa do uso de agrotóxicos na região Sudoeste do Paraná, entendendo que a discussão sobre a garantia do direito humano à alimentação por meio da Segurança Alimentar e Nutricional, é possível a partir da produção de alimentos que correspondam os critérios de SAN.

Aqui, é preciso abrir um parêntese para dizer que o Brasil é o país que mais usa agrotóxicos no mundo. Além disso, várias dessas substâncias que são proibidas em outros países, porque fazem mal à saúde humana, aqui no Brasil são bem-vindas. Dados do senso agropecuário reforçam posição do país como líder mundial no consumo de insumos agrícolas agressivos à saúde. Desde o ano de 2008, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos, cujo uso tem sido desestimulado em outros países.

Em consonância ao ranque de campeão de uso de agrotóxicos, o Brasil é o maior produtor de grãos no mundo, sua principal produção é soja e cana-de-açúcar. Essa característica do atual modelo agrícola em evidência compromete recursos naturais e, como já abordado em outra seção, coloca em risco a saúde humana, tanto daqueles que trabalham com a produção/veneno, como também da população que reside na região afetada pelo uso extensivos de agrotóxicos e daqueles que consomem, ou seja, desconsidera-se a hipótese da garantia do direito humano à alimentação com base na SAN.

Exemplo disso, um breve estudo realizado por discentes e docentes do curso de Ciências Biológicas da UFFS, *campus* Realeza, na região rural de Realeza/PR, entre os tipos de agrotóxicos mais utilizados foram encontrados os herbicidas, os mais consumidos (66%), os inseticidas (18%), os fungicidas (15%) e os larvicidas (1%). A aplicação dos produtos é realizada com mais frequência no plantio de soja (35%), milho (25%), pastagens (16%), trigo (8%), hortaliças (7%), feijão (6%) e limpeza (3%).

O problema apresentado mostra um quadro distante do que adequadamente está idealizado na Política de SAN, região cuja agricultura está voltada ao agronegócio associado

ao hábito do uso extensivo de agrotóxicos desde as grandes propriedades às pequenas propriedades. O hábito do uso de agrotóxicos na região é alimentado pela facilidade de acesso ao insumo tanto por meios legais, o que a própria legislação permite, quanto ilegais, por meio dos países que fazem fronteira nas proximidades da região.

De acordo com a Lei nº 7802, de 1989, foi formatada a *Revolução Verde*, que impulsionou o uso de agrotóxicos nas produções agrícolas a partir do ideário produzir mais com menos mão-de-obra.

A lei coloca em xeque o direito humano à alimentação adequada, já que o uso de agrotóxicos compromete a qualidade dos alimentos e, em seu artigo 19º, mostra como esse direito é violado quando ações de sensibilização sobre os prejuízos do uso dos agrotóxicos em território nacional, em que desde sua legalização, o principal ingrediente que está na mesa dos brasileiros é o agrotóxico.

Art.19. O Poder Executivo desenvolverá ações de instrução, divulgação e esclarecimento, que estimulem o uso seguro e eficaz dos agrotóxicos, seus componentes e afins, com o objetivo de reduzir os efeitos prejudiciais para os seres humanos e o meio ambiente e de prevenir acidentes decorrentes de sua utilização imprópria.. (BRASIL, 1989, n.p.)

Resultado da falta de conhecimento sobre os prejuízos desse insumo agrícola, um estudo apresentado por Ristow (2016), do Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas, pela UFFS campus Cerro Largo, entre dezembro de 2016 e março de 2017, aponta que dos 113 agricultores rurais da região que foram entrevistados, desses, 87% desconheciam os riscos ofertados pelos agrotóxicos.

A falta de conhecimento sobre consequências do uso de agrotóxicos é um dos fatores relevantes no trabalho de prevenção e a garantia de SAN nos alimentos produzidos. Nesse âmbito, a instituição ASSESOAR, objeto de estudo da pesquisa deste trabalho, tem como um de seus principais objetivos a geração e a potencialização de alternativas de produção que levem à autossuficiência alimentar da região sudoeste do Paraná, à viabilização das famílias no campo, ao diálogo com os consumidores e à reconstituição e preservação ambiental. Desta forma, a entidade desenvolve importante papel de enfrentamento ao principal problema da questão alimentar: a produção.

Na pesquisa realizada para a presente dissertação, que será aprofundada no próximo capítulo, agricultores associados à instituição responderam a um questionário em que uma das questões era sobre o uso de agrotóxicos. Entre os dezessete agricultores entrevistados, mais da metade faz uso de veneno, sem diferenciação dos produtos para o consumo e para

comercialização. Todos têm conhecimento sobre os riscos – conheceram através da ASSESOAR – e todos estão em processo de diminuição do uso e pretendem eliminar esse hábito de suas propriedades.

Está em discussão no cenário nacional o Projeto de Lei (PL) 6299/2002, conhecido como *Pacote do Veneno*, que tem como objetivo de desburocratizar a comercialização dos agrotóxicos, dando livre acesso à indústria de alimentos. O conjunto de medidas contribui para colocar o país na contramão do mundo, já que há uma mobilização global contra o uso de agrotóxicos. Uma das providências que o PL toma é trocar o nome: de agrotóxicos ou defensivos agrícolas para fitosanitários. A justificativa para fazer esta e outras mudanças na lei, é que o país burocratiza demais a compra dos produtos, o que dificulta o "desenvolvimento da produção agrícola"<sup>18</sup>.

Um movimento contrário, a PL 6670/2016, o antidoto para o veneno, institui a *Política Nacional de Redução de Agrotóxicos* (PNaRA). De acordo com o Dossiê Abrasco<sup>19</sup>(2015), apresenta a quantidade de agrotóxico comercializados por ano em toneladas e US\$. Nela, o estado do Paraná aparece em terceiro lugar:

**Tabela 8 - Venda de agrotóxicos por estado (localidades selecionadas)**

UF	Vendas em 2012 (toneladas)	Varição entre 2010 e 2012
MT	180.909	24,03%
SP	112.783	-1,76%
PR	108.234	23,16%

**Fonte:** SINDAG - Elaboração: Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida (2014).

Dados do IBGE-SIDRA (2017), mostra que, em 2015, o Paraná alcançou o segundo lugar no ranque de consumo de agrotóxicos, consumindo 135.470.543 litros de veneno nas culturas de Soja (49%), milho (23%), trigo (12%), Cana (6%), feijão (4%), fumo (1%). Os resultados mostraram o predomínio de áreas plantadas dos cultivos de soja, milho e cana-de-açúcar no país. Isso reflete a política desenvolvimentista brasileira voltada, principalmente, para a produção de bens primários para exportação. Esta “comoditização” gera impactos na saúde pública, atinge vastos territórios e envolve diferentes grupos populacionais quando comparado a uma agricultura camponesa, agroecológica e familiar.

As discrepâncias regionais na produção agrícola acompanham um processo tecnológico e de incentivos fiscais de exploração e uso da terra que seguem coexistindo com as fragilidades

<sup>18</sup> Entre aspas, porque considerar que o uso de agrotóxicos como característica de desenvolvimento é retrógrado se considerar os prejuízos que o acerca.

<sup>19</sup> O Dossiê *Abrasco* traz a público o compromisso de profissionais da Saúde Coletiva em disponibilizar para a sociedade as evidências científicas dos malefícios dos agroquímicos com ampla repercussão no meio acadêmico, na mídia e entre os movimentos sociais.

nas legislações ambientais, controle social e com políticas que favorecem este modelo químico-dependente.

**Tabela 9 - Utilização de agrotóxicos no Brasil - Censos agropecuários de 2006 e 2017 (% de propriedades)**

	2006	2017
Brasil	26,97%	33,32%
Norte	12,48%	21,96%
Nordeste	18,69%	23,97%
Sudeste	24,47%	29,64%
Centro-Oeste	16,26%	33,58%
Sul	59,72%	67,50%
Paraná	54,64%	62,19%
Sudoeste Paranaense	66,48%	76,53%
Micro. Capanema	67,17%	78,80%
Micro. Francisco Beltrão	64,47%	71,75%
Micro. Pato Branco	75,31%	86,68%
Micro. Palmas	56,79%	73,18%

Fonte: IBGE (2017)

O uso de agrotóxicos no estado do Paraná é significativamente maior que o uso nos demais estados da região sul. Entre 2006 e 2017 todas as regiões apresentaram um aumento significativo do consumo. O Paraná deu um salto de 54,64% para 62,19%; e a região Sudoeste do Paraná, das microrregiões – *Capanema*, *Francisco Beltrão*, *Pato Branco* e *Palmas* – *Palmas* saiu na frente no uso de agrotóxicos; por conseguinte, a micro região de *Pato Branco*; *Capanema*; e a micro região de *Francisco Beltrão*. Na contramão da efetivação do direito humano à alimentação, a região utiliza toneladas de veneno anualmente.

Para Bombardi (2012), a alta produtividade agrícola do agronegócio brasileiro é responsável, em termos totais, pelo maior consumo de agrotóxicos, de modo que os cultivos de soja, milho e cana, juntos, respondem por praticamente 70% de todo seu uso no Brasil.

O avanço dessa agricultura capitalista vem acompanhado de um recrudescimento da concentração fundiária no Brasil. De acordo com o Censo Agropecuário (2017), identificou-se 5.072.152 estabelecimentos agropecuários no Brasil, em uma área total de 350.253.329 hectares (IBGE, 2017). Em relação ao Censo Agro (2006), essa área cresceu 5% (16,5 milhões de hectares, o equivalente a área do estado do Acre) apesar da redução de 2% (103.484 unidades) no número de estabelecimentos. No entanto, quando se excluem os produtores sem área, há aumento de 74.864 estabelecimentos. (IBGE, 2006)

Entre os estabelecimentos com 1.000 ha ou mais, houve aumentos tanto em número (mais 3.287) quanto em área (mais 16,3 milhões de ha). Sua participação na área total passou de 45% para 47,5% de 2006 para 2017. Já os estabelecimentos entre 100 e 1000 ha. viram a

participação na área total cair de 33,8% para 32% (menos 814.574 ha), e tiveram uma diminuição de 4.152 unidades.

Em 2017, havia 15.036.978 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários. Em 11 anos, isso representa uma queda de 1,5 milhão de pessoas, incluindo produtores, seus parentes, trabalhadores temporários e permanentes. A exemplo disso, vale dizer que boa parte das terras correspondentes aos grandes imóveis rurais são Terras griladas<sup>20</sup>. Segundo o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, entrevistado pela revista Caros Amigos (n°227/2016)

O município de São Felix do Xingu, na Amazônia, possui o segundo maior rebanho de gado do Brasil, entretanto, não possui um único título de terra registrado...94% das fazendas no Pará e no Amazonas são compostas de terras públicas, ou seja, são griladas, sem título. Os grandes proprietários de terras costumam dizer, que no Brasil, não há segurança fundiária. Não é que não existe segurança, é que a maior parte de terras do País foi apropriada de forma ilegal. (OLIVEIRA, 2016, n.p.)

Paralelo ao uso de agrotóxicos, a pesquisa deparou-se com o uso de transgênicos. Segundo o Dossiê Abrasco (2015), o Brasil possui a segunda maior área cultivada de transgênicos. Uma situação decorre da outra: só os herbicidas à base de glifosato, empregados no sistema *Roundup Ready* (RR), respondem por cerca de metade de todos os agrotóxicos usados no país. As empresas do setor alegam que a adoção de sementes resistentes a herbicidas facilita o manejo e reduz o uso desses químicos, mas após mais de 15 anos da introdução dessa tecnologia o resultado colhido tem sido o oposto das vantagens alegadas.

À luz dos fatos, considerar as perspectivas de cenários futuros para a questão dos agrotóxicos no Brasil supõe analisar as disputas em curso no campo social, no qual agentes lutam por projetos e interesses distintos, muitas vezes contraditórios inclusive nos valores éticos que os orientam e se colocam na atualidade a serviço da divisão internacional do trabalho, definida pelas grandes corporações econômicas, impondo ao Brasil, e a outros países da América Latina e da África, a reprimarização de suas economias rumo à produção de *commodities*.

---

<sup>20</sup> Sobre a questão da grilagem de terras no Brasil, recomenda-se a leitura da tese de Sandra Helena Gonçalves Costa, que fez uma investigação minuciosa da grilagem de terras no norte do estado de Minas Gerais (COSTA, 2017). Diz a história que a expressão “grilo”, empregada para definir as terras apropriadas e registradas ilegalmente, vem de um antigo artifício utilizado para dar a documentos novos a aparência de velhos. Para tanto, os fraudadores de títulos imobiliários colocavam os falsos documentos recém elaborados em uma caixa metálica ou de madeira juntamente com diversos grilos, fechando-a em seguida. Depois de algumas semanas, os documentos já apresentavam manchas amarelo-fosco-ferruginosas, decorrentes dos dejetos dos insetos, além de ficarem corroídos nas bordas e com pequenos orifícios na superfície, tudo a indicar a suposta ação do tempo.

Nesse campo, reúnem-se os setores oligopolizados da indústria química, metalomecânica e de sementes; grandes proprietários de terra e uma participação importante do setor financeiro. Amparados em seu poder econômico e político, tecem fortes alianças com poderosos segmentos do Estado – executivo, legislativo e judiciário– para incidir na orientação das políticas de desenvolvimento, na destinação do crédito público para os complexos agroindustriais, na desregulamentação e flexibilização da legislação.

As políticas de ciência e tecnologia e a de formação de recursos humanos são também fortemente tensionadas por esses atores, a exemplo das pesquisas da Embrapa e da tônica dominante nos cursos de ciências agrárias ou nos Institutos Federais. Contam, ainda, com os meios de comunicação massivos na difusão dos pressupostos da “Revolução Verde”, focados no aumento da produtividade a partir de extensos monocultivos, da mecanização, da inexorabilidade do uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, ampliando seu mercado inclusive entre agricultores familiares.

Encerra-se esse item com a preocupação e as indignações geradas neste processo que conduzem à pergunta: há outro caminho para a agricultura e a produção de alimentos que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional?

Nesta perspectiva, no terceiro capítulo serão apresentadas características que possibilitam traçar o caminho da produção de alimentos com sustentabilidade ambiental, social econômica e cultural. Soma-se, a esse contexto, a construção do campo agroecológico consignado especialmente na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e na Associação Brasileira de Agroecologia (ABA):

Nos últimos anos, a ampliação de escala de experiências agroecológicas, a consolidação de muitos casos bem sucedidos de aplicação prática dos princípios da Agroecologia em todas as regiões do Brasil, as sistematizações demonstrando os impactos positivos e a multifuncionalidade da Agroecologia, as lutas pela afirmação dos modos de vida e de produção das populações tradicionais, proporcionaram um ambiente fértil para uma estratégia de maior visibilidade pública da Agroecologia junto a outros setores da sociedade, principalmente no meio urbano. (...) A Agroecologia aparece mais claramente nas pautas dos movimentos sociais do campo, e foi destaque no Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas (ANVS, 2013, p. 4)

#### **4 A ASSESOAR E A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO SUDOESTE PARANAENSE**

É preciso que nosso sangue se inflame,  
E que nos incendiemos para que os espectadores se comovam e o mundo  
abra os olhos,  
Não sobre nossos despojos,  
Mas sobre as chagas dos sobreviventes  
(KatebYacine).<sup>21</sup>

No capítulo anterior, viu-se o mapa da fome na região sudoeste do Paraná bem como o retrocesso em relação à democratização da alimentação saudável para a população brasileira, onde o uso abusivo e inconsciente, se é que existe uso considerado consciente de agrotóxico, compromete a qualidade do alimento, esgota os recursos naturais e oferta riscos à saúde. Dentre os artefatos do agronegócio, há o agrotóxico, insumo agrícola capaz de provocar um debate fervoroso no colapso alimentar.

Neste capítulo, pretende-se trilhar o caminho da garantia do direito humano à alimentação, a partir das características da região sudoeste do Paraná e o potencial para novas alternativas para quem vive no e do campo, com base em mudanças graduais na agricultura através da agricultura familiar e a agroecologia.

Aqui apresentaremos a ASSESOAR, instituição que há anos se faz presente e atuante nas lutas pela garantia de direitos envolvendo o campo, sobre tudo, a instituição marca sua trajetória com a agroecologia, buscando no trabalho educacional com seus associados, a produção de alimentos capazes de garantia SAN.

Neste capítulo, também trataremos para o debate, a multifuncionalidade da agricultura como enfrentamento da pobreza no campo, que está ligada a dinâmica de valorização do homem do campo e seu trabalho. Com atenção voltada a segurança alimentar e nutricional apontaremos como a agroecologia resiste ao afunilamento da agricultura voltada para o modelo do agronegócio. Aqui enfatizamos a ideia de SAN para garantir o direito humano à alimentação a partir da produção de alimentos- capaz de atender a demanda mundial, a fim de romper o paradigma da fome.

---

<sup>21</sup> Citado no artigo Fome, população, ambiente, de Anil Agarwal, in Correio da Unesco, out/nov.1982, ano 10 e 11, p.25.



#### 4.1 HISTÓRICO E ORIGENS DA ASSESOAR

A ASSESOAR foi fundada por jovens agricultores católicos, reunidos e organizados pelos padres missionários do Sagrado Coração de Jesus vindos da Bélgica e há uma importante contribuição de profissionais liberais do município de Francisco Beltrão ligados à Juventude Agrária Católica - JAC, na data de 10 de fevereiro de 1966. Desde a sua fundação, a ASSESOAR constituiu-se como elemento articulador da ação evangelizadora da então Diocese de Palmas e Francisco Beltrão, em 1958, ano que marca a morte do primeiro Bispo da diocese, dom Carlos Eduardo Saboia Bandeira de Mello. Em sintonia com a Doutrina Social da Igreja (ainda marcada à época pela edição da Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII)<sup>22</sup>, a ASSESOAR centra sua atuação na construção de um processo de qualificação do sistema de produção agrícola entre os agricultores familiares descapitalizados da região sudoeste do Paraná.

Segundo Alves (2008), a história da ASSESOAR pode ser dividida em quatro fases: a primeira ocorreu de 1966 até 1978; a segunda, de 1979 a 1990; a terceira, de 1991 a 2000, e a quarta, após 2000. Na primeira fase, a instituição redirecionou gradativamente suas práticas referentes aos processos de formação de lideranças eclesiais para dedicar-se, principalmente, à organização dos Agricultores nos planos econômico e político e aos processos de formação e modernização agrícola em curso iniciado nos anos 60.

A segunda fase iniciou-se no final da década de 70 e foi marcada por uma mudança institucional importante. A ASSESOAR assume-se como associação autônoma de agricultores da qual a igreja católica é a única entidade parceira. A partir de então, passa a desempenhar papel fundamental na articulação das oposições sindicais, na organização do sistema cooperativo, na luta pelos direitos sociais, na discussão do êxodo rural e, considerados os conflitos agrários que marcaram a colonização da região sudoeste do Paraná, nas questões de acesso à terra. A partir daquele período, a entidade também consolida sua estratégia de atuação e contrapõe-se explicitamente ao modelo modernizador, estimulando a agricultura alternativa. Ademais, criam-se uma base de fomento gerida e controlada pelos próprios agricultores, uma rede de comercialização da produção, que busca eliminar o “atravessador” e a agregação de renda à produção agrícola (CORONA, 2003, p. 4).

---

<sup>22</sup> Novos elementos serão acrescentados à Doutrina Social da Igreja apenas a partir do concílio Vaticano II, entre 1962 e 1965. A partir de então, a doutrina social da igreja consolida-se dos seguintes princípios: 1) A dignidade da pessoa humana, como criatura à imagem de Deus e a igual dignidade de todas as pessoas; 2) respeito à vida humana, 3) princípio de associação, 4) princípio da participação, 5) opção preferencial pelos pobres, 6) princípio da solidariedade, 7) princípio da subsidiariedade, 8) princípio do bem comum, 9) princípio da destinação universal dos bens.

Ao longo dos anos 80, a entidade passa a se constituir como elo de mediação política entre o movimento sindical Rural, a CPT e o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na medida em que presta serviço de assessoria a todas essas organizações. Não obstante, alguns de seus dirigentes acumulam funções de liderança junto aos movimentos sociais e religiosos pela terra. Na medida em que o MST se fortalece como movimento, a entidade passa a restringir seu papel à assessoria dos agricultores e das organizações, a ponto de, na assembleia geral da entidade no ano de 1990, passar a vedar o acúmulo de funções de direção na entidade e nos movimentos.

Já a terceira fase - entre 1991 e 2000 - é marcada pela implantação das Escolas Comunitárias de Agricultores – ECAs pela formação das centrais de associações e das coordenações de associações, a colaboração na constituição do Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interações Solidárias (CRESOL), a produção orgânica e a implantação do projeto Vida na Roça (1996). Ainda sobre a terceira fase, o autor destaca que a entidade desenvolve seus trabalhos baseados em duas linhas: “a) o aprofundamento de questões referentes à agricultura familiar e b) a incorporação do discurso do desenvolvimento sustentável” (CORONA, 2003, p. 134-135).

Por fim, a quarta fase, apontada pelo autor, inicia-se em 2000 e tem como características a implantação dos cursos de pós-médio e de especialização em desenvolvimento e movimentos sociais, trabalho junto ao MDA com a implantação do território sudoeste e a formação de professores do campo. Para Alves (2008), embora a entidade ainda não reconheça essa nova fase, sua principal característica é a maior visibilidade dos processos de formação de agricultores.

Uma peculiaridade da região sudoeste paranaense, considerada benéfica ao desenvolvimento, consiste na identidade regional, fortalecida a partir da capacidade de organização, que facilita articulações voltadas ao território. Essas condições reforçam um papel político que, de certa forma, tem na agricultura familiar uma importante interlocução. Em uma perspectiva positiva, as características históricas de associativismo, principalmente relacionadas às diversas formas de organização do meio rural, apresentam-se como subsídios para que a região responda aos desafios impostos pelas exigências de organizações mais competitivas e inseridas em novos mercados consumidores. Nenhuma instituição encarna melhor o traço característico da identidade regional do que a Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR.

Pode-se observar na tabela abaixo a importância da orientação técnica fornecida pela entidade aos estabelecimentos da região sudoeste:

**Tabela 10 - Orientação técnica recebida pelos estabelecimentos, por origem da orientação técnica, segundo a UF, a Mesorregião e Microrregião - 2006**

Loc. Seleccionadas	Governo		Própria		Cooperativas		Emp. Integradora		Emp. privadas		(ONG)		Outra		Não recebem	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Brasil	491.607	39,53%	250.263	20,12%	225.521	18,13%	153.860	12,37%	85.196	6,85%	6.793	0,55%	30.376	2,44%	3.932.020	75,97%
Sul	157.369	28,56%	60.939	11,06%	151.502	27,50%	128.990	23,41%	40.726	7,39%	1.459	0,26%	9.962	1,81%	455.256	45,24%
Paraná	37.145	20,17%	24.614	13,37%	66.115	35,90%	31.628	17,17%	20.438	11,10%	719	0,39%	3.499	1,90%	186.905	50,37%
Sudoeste paranaense	6.241	21,10%	2.947	9,96%	7.957	26,90%	5.697	19,26%	6.179	20,89%	126	0,43%	435	1,47%	20.352	40,76%
Micro. Capanema	1.051	16,09%	605	9,26%	1.722	26,36%	1.537	23,53%	1.540	23,58%	7	0,11%	70	1,07%	5.653	46,39%
Micro. Francisco Beltrão	2.592	22,12%	1.146	9,78%	2.100	17,92%	2.983	25,45%	2.559	21,83%	108	0,92%	232	1,98%	10.480	47,21%
Micro. Pato Branco	1.847	22,14%	658	7,89%	2.700	32,37%	1.056	12,66%	1.958	23,47%	10	0,12%	112	1,34%	1.753	17,37%
Micro. Palmas	751	25,13%	538	18,00%	1.435	48,01%	121	4,05%	122	4,08%	1	0,03%	21	0,70%	2.466	45,21%

Fonte: IBGE (2006).

#### 4.2 DINÂMICA INSTITUCIONAL DA ASSESOAR E SUA RELEVÂNCIA NA FORMAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DA POLÍTICA DE SAN

Os objetivos nesta seção do trabalho são investigar o conjunto de práticas da instituição (atividades de assessoramento, cursos, palestras, formações, ações de apoio técnico, etc.) e avaliar a sintonia existente entre essas práticas e a política nacional de segurança alimentar e nutricional.

A pesquisa tem como caráter descritivo, destes municípios, a implantação de práticas e ações voltadas à segurança alimentar da população. O universo da pesquisa compreende os associados da instituição escolhidos por sorteio para que se tenha no final um entrevistado por município, ou seja, 17 sujeitos entrevistados – agricultores que correspondem aos municípios que articulam com a instituição ASSESOAR. Para a realização da Pesquisa, foi preenchido o Termo de ciência/autorização do responsável pelo campo de estudo. Para responder ao campo qualitativo dos dados a serem coletados, todos os sujeitos da pesquisa serão entrevistados. As questões foram previamente elaboradas com a finalidade de obter informações através dos relatos. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para cada membro entrevistado foi preenchido para a realização desta etapa da pesquisa assim como será enviada para a instituição a solicitação de autorização para a realização da pesquisa, com os devidos procedimentos éticos.

Após a coleta dos dados, houve a análise e interpretação dos elementos fundamentais da pesquisa. O tratamento dos dados coletados ocorreu por tabulação dos dados qualitativos e interpretação dos quantitativos. A análise dos dados coletados foi conduzida de maneira a organizá-los classificando as informações em grupos de interesse da pesquisa. O tratamento dos dados foi estatístico, para os quantitativos, e racional, para a apresentação de argumentos referentes aos dados qualitativos (ALCOFORADO, 2009, p. 734-735).

O ambiente da pesquisa de campo refere a agricultores de diferentes municípios que estão ativos<sup>23</sup> na instituição. Foram estudados os seguintes municípios: Àmpere, Boa Esperança do Sudoeste, Bom Jesus do Sul, Capanema, Chopinzinho, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Realeza, Pérola do Oeste, Planalto, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste.

Os agricultores foram escolhidos para a entrevista por sorteio, os quais responderam ao questionário com sete sessões, da seguinte ordem: primeira seção – identificação do agricultor e família (com 9 questões); segunda seção-condição de moradia do agricultor e família (com 5 questões); terceira seção- acessibilidade aos serviços públicos (com 4 questões); quarta seção- identificação da propriedade e sistema de produção (com 12 questões); quinta seção- participação e controle social (com 3 questões); sexta seção- gestão ambiental da propriedade (com 6 questões) e por último a sétima seção – para que cada agricultor expressasse a opinião (com 4 questões abertas).

Dos entrevistados, sete são mulheres e dez são homens, que estão entre 36 anos e 74 anos. Desses, dezesseis consideram-se brancos e um considera-se pardo. Quinze deles são casados e desses, dez residem apenas com o conjugue, uma união estável e um é solteiro. As famílias são compostas por 2, 3, 4, 5 ou 8 pessoas, compreendendo filhos, irmão e pais idosos.

**Tabela 11 - Composição familiar por entrevistado**

Nº de pessoas na casa	Entrevistados	%
2	9	52,9%
3	3	17,6%
4	4	23,5%
5	1	5,9%

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2018. 2018.

De acordo com Schneider (2003), no estabelecimento agrícola familiar, a família é a chave para o entendimento do processo de tomada de decisões referentes à organização produtiva, formas de escoamento, alocação de trabalho e recursos financeiros do estabelecimento agrícola. Com o estudo realizado, é possível que se identifiquem, nessas cinco primeiras questões, as características do grupo familiar residente no campo. No cotidiano rural, as famílias, em sua maioria, são compostas por um número reduzido de membros; e, em uma análise do senso demográfico rural, a população no campo também está envelhecendo e o esvaziamento dos jovens no campo é uma constante que acende um alerta para o projeto futuro

<sup>23</sup> Trata-se de agricultores ativos, aqueles que participam dos espaços democráticos da instituição e contribuem financeiramente.

que a família tem para seu estabelecimento rural, pauto por suas necessidades, que variam ao longo do ciclo demográfico familiar. Discussões essas também postas por Chayanov (1974) e Sacco dos Anjos (2003).

Dos entrevistados, sete possuem benefício social, aposentados por trabalho rural. Sete dos entrevistados têm ensino fundamental, quatro não o completaram, de seis entrevistados com ensino médio, quatro deles o concluíram, e três começaram o ensino superior, mas um não completou devido ao nascimento do filho e não retornou à graduação.

**Tabela 12 - Grau de instrução dos agricultores**

GRAU DE INSTRUÇÃO	COMPLETO		INCOMPLETO		TOTAL	
Ensino fund.	5	29,4%	3	17,6%	8	47,1%
Ensino médio	4	23,5%	2	11,8%	6	35,3%
Superior	2	11,8%	1	5,9%	3	17,6%
Analfabeto	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	11	64,7%	6	35,3%	17	100,0%

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2018.

Todos possuem água e energia elétrica na residência, porém, um deles está em processo para a obtenção de fonte renovável de energia na residência. Sete dos agricultores em estudo e família residem em casa cuja construção é em alvenaria, deles moram em construção mista e dois residem em construção de madeira. Todos têm banheiro dentro de casa e com fossa no entorno.

Quinze dos agricultores desta pesquisa consideram o acesso à cidade fácil, cujo meio de transporte é carro, moto ou ônibus escolar. Os demais relatam dificuldades devido à estrada e ao meio de transporte. Da mesma forma, perguntou-se quanto ao acesso à educação, à saúde e ao lazer. A tabela abaixo mostra resultado das questões.

**Tabela 13 - Acesso a serviços básicos**

Acesso aos serviços	Bom		Regular		Ruim		Total	
De educação	16	88,9%	0	0,0%	1	5,9%	17	100,0%
De saúde	2	11,1%	0	0,0%	15	88,2%	17	100,0%
De lazer e participação comunitária	17	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	17	100,0%

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2018.

Em resposta às questões relacionadas ao acesso aos serviços, um entrevistado relatou que tem escola com ensino primário na comunidade, outro relatou que a estrada que vai até a cidade encontra-se em péssimas condições. O terceiro relatou que os agricultores perderam o fácil acesso à educação para seus filhos no momento em que a escola na comunidade foi

fechada. Dezesesseis agricultores relataram que, mesmo distante, conseguem avaliar como bom o acesso à educação.

Na questão relacionada ao acesso à saúde, é importante citar que, nos relatos dos entrevistados, o que diferencia o bom acesso do acesso ruim é a presença ou não de equipes de saúde da família nas comunidades. Desses, apenas dois relataram que a equipe de saúde da família prioriza o atendimento médico na comunidade, os demais, quinze deles relatam haver Agente Comunitário de Saúde (ACS), porém as consultas são na cidade. Quanto ao lazer e à participação na comunidade, todos participam na comunidade e consideram o lazer um momento em que se reúnem com a comunidade para celebrações religiosas, festas da comunidade, futebol e grupo de mães. Todavia, a maioria considera-se como liderança ativa na comunidade, conforme é possível visualizar na tabela abaixo.

**Tabela 14 - Participação em conselhos e espaços de liderança comunitária**

Conselhos Comunitários – Igreja, Sindicato, CLAF, etc.	6	35,29%
Diretoria Da ASSESOAR	1	5,88%
Conselho Municipal SAN	1	5,88%
Conselho Municipal Saúde	3	17,65%
Conselho Municipal De Agricultura	1	5,88%
Conselho Municipal De Mulheres	1	5,88%
Conselho Municipal De Meio Ambiente	2	11,76%
Não participa	2	11,76%

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2018.

Na quarta seção de perguntas, com questões referentes à identificação e sistema da propriedade, todos os entrevistados declararam-se proprietários da terra onde vivem e trabalham. Desses, treze informaram que a aquisição a propriedade ocorreu por herança, três deles compraram suas terras e um a obteve por reassentamento de barragem.

**Tabela 15 - Meio de aquisição da propriedade**

Herança	13	76,47%
Compra	3	17,65%
Reassentamento	1	5,88%

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2018.

A extensão das propriedades varia de um alqueire e  $\frac{1}{2}$  a treze alqueires, de acordo com o INCRA, pela medida de extensão, todas consideradas pequenas propriedades rurais.

No contexto do Direito Agrário, o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) tenta definir “propriedade familiar” e usa o módulo rural como referência de área. Abaixo segue a descrição segundo a lei citada.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros. (BRASIL, 1964, n.p)

Nas propriedades familiares, dentre as atividades desenvolvidas, as principais citadas foram grãos, leite, hortaliças, ovos, queijo, panificação, parreira, mandioca, milho, verduras, feijão, frutíferas, ovos, soja, batata inglesa, batata doce, amendoim, trigo, maracujá, criação de aves caipiras e gado de corte e porcos.

**Tabela 16 - Principal produção da propriedade**

Produto/atividade	AGRICULTORES		Uso de agrotóxicos			
	N	%	Sim		Não	
Trigo	2	11,76%	2	100%	0	0%
Soja	3	17,65%	3	100%	0	0%
Leite	5	29,41%	NSA	NSA	NSA	NSA
Hortaliças	5	29,41%	0	0%	5	100%
Ovos	5	29,41%	NSA	NSA	NSA	NSA
Criação de animais	5	29,41%	NSA	NSA	NSA	NSA
Batatinha	1	5,88%	0	0%	1	100%
Batata doce	5	29,41%	0	0%	5	100%
Bata salsa	1	5,88%	0	0%	1	100%
Feijão	3	17,65%	0	0%	3	100%
Mandioca	2	11,76%	0	0%	2	100%
Milho	7	41,18%	3	37,5%	5	62,5%
Frutas	3	17,65%	0	0%	3	100%
Arroz	1	5,88%	0	0%	1	100%
Amendoim	1	5,88%	0	0%	1	100%
Panificação	1	5,88%	NSA	NSA	NSA	NSA

**Fonte:** Elaborado pela Autora, 2018

Um resgate do quadro apresentado no segundo capítulo, acerca dos alimentos produzidos em grande escala no Brasil (soja, trigo e milho) e os principais alimentos que fazem parte da cesta básica do brasileiro. Para a região Centro Sul do país, os alimentos que compõem os quatro pilares são: arroz, feijão, farinha de trigo e macarrão (trigo), e para as regiões Norte e Nordeste são: arroz, feijão, farinha de mandioca e macarrão (trigo). Relacionam-se esses dois dados com a pesquisa, em que, na questão referente às principais atividades das unidades agrícolas entrevistadas, verifica-se a conexão existente da atividade econômica familiar com as próprias necessidades alimentares e com os alimentos identificados na produção acima citados, em sua diversificação. A garantia de SAN está mais próxima e conectada, o que prova que a agricultura familiar é essencial para a segurança alimentar, porque destina-se basicamente ao consumo da população local.

No que tange aos alimentos produzidos, os entrevistados e as entrevistadas relatam não fazerem diferenciação na produção dos alimentos produzidos para o consumo e os alimentos que vão para comercialização. Quinze deles produzem com essa finalidade (consumo e comercialização) e dois deles produzem para o consumo da família.

**Tabela 17 - Destino dos alimentos produzidos na propriedade**

Apenas para o consumo da família	2	11,76%
Apenas para comercialização	0	0,00%
Para consumo e comercialização	15	88,24%
Total	17	100,00%

**Fonte:** Elaborado pela Autora, 2018

Nesta seção de perguntas, ainda, foi possível identificar quais propriedades seguem um modelo de subsistência sustentável bem como as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares em abrir mão totalmente do uso de defensivos agrícolas. Foi preciso seguir um caminho árduo para alcançarem uma propriedade orgânica independente de certificação, cientes da qualidade de vida que o distanciamento de agrotóxicos os proporciona. Doze agricultores (70,6%) relataram ter a propriedade livre de agrotóxicos quanto à identificação da produção, enquanto cinco deles (29,4%) ainda fazem uso de agrotóxicos, mas desde a inserção na ASSESOAR, a redução do uso é constante e a eliminação é uma meta.

Dos agricultores, apenas quatro (23,5%) participam do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (FNDE) e do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, sendo os mesmos que participam em ambos os programas. Já os demais 13 agricultores (ou 76,5%) relataram que não participam atualmente ou deixaram de participar devido à burocracia e ao baixo valor do repasse. Já em relação à participação no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os números são mais equilibrados: 8 (ou 47%) dizem contar com financiamento, enquanto outros 53% não. Da mesma forma, com a identificação das famílias que estão ligadas ao programa PRONAF, entende-se quão relevante é a existência de programas voltados ao incentivo das atividades no ambiente rural. O PRONAF, citado no questionário, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo desassistidos pelas políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades para se manterem na atividade. A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social



considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas (juros menores, apoio institucional, etc.).

De acordo com as questões que tratam sobre a sucessão familiar e o uso de agrotóxico, pode-se firmar uma conexão entre esses dois fenômenos, em que o uso de defensivos agrícolas torna-se uma alternativa viável para a escassez de mão-de-obra. Tal alternativa é também responsável por conflitos geracionais.

Em alguns relatos, agricultores e agricultoras trouxeram o enfrentamento quanto ao uso de agrotóxicos na propriedade agrícola familiar. Entretanto, nesses casos, os relatos dos agricultores mais velhos chamam atenção, cujos filhos e/ou genros seguem a sucessão familiar na propriedade, mas insistem em fazer o uso dos defensivos agrícolas, como também se tem o relato de jovens agricultores, onde o pai insiste com o uso. Das dificuldades relatadas sobre o enfrentamento quanto ao uso ou não de agrotóxicos, está, sobretudo, a escassa mão-de-obra (não foi constatada nenhuma contratação de terceiros/assalariados dentre os entrevistados). Assim, conclui-se que as famílias não têm condições de contratar o serviço de terceiros para o trabalho braçal, e o número das famílias cada vez mais reduzidas aponta que é quase surreal pensar que é possível administrar uma propriedade apenas com a inchada nas mãos.

Em relação especificamente à sucessão familiar, é um sonho para aqueles cujos filhos ainda residem com os pais, como também é uma decepção para aqueles cujos filhos cresceram e não deram continuidade ao trabalho no campo. Oito famílias são frutos da sucessão e anseiam que assim seja com os filhos e para isso incentivam os filhos ao trabalho com a terra. Os outros nove agricultores relataram que era um sonho, mas os filhos não optaram pelo trabalho com a terra.

Outra dificuldade enfrentada no ambiente rural é em relação ao cuidado e à preservação do meio ambiente. Logo, na seção gestão ambiental da propriedade, questões referentes à proteção de nascente e destinação do lixo inorgânico apontam para a falta ou deficiência de gestão ambiental dos municípios com vistas ao ambiente rural com alternativas sustentáveis. Nesta seção de perguntas, em relação à questão referente às nascentes, dezesseis agricultores relataram ter nascente na propriedade, desses, quinze fizeram proteção de fonte. Na questão referente ao cuidado com o solo, quinze agricultores relataram cuidados com o solo para evitar desgastes com o plantio de diferentes culturas, daí a importância de se utilizar a adubação verde.

Quinze agricultores relataram que separam o lixo orgânico do lixo inorgânico na propriedade, desses, cinco queimam o material inorgânico e dez aguardam a coleta seletiva feita pelo caminhão, cujo tempo de espera varia de um mês até um ano.

A visão ambiental da propriedade rural, não diferente do meio urbano, precisa estar engajada às necessidades sociais e a seção direcionada à gestão ambiental da propriedade teve por objetivo mostrar como a integração do urbano com o rural deve estar presente para a preservação dos recursos naturais, do ambiente que produz e consome o alimento para o ambiente que recebe e distribui o alimento.

#### 4.3 INCLUSÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ÂMBITO DA POLÍTICA NA GARANTIA DE SAN *VERSUS* A POBREZA NO CAMPO

A questão da pobreza é um tema recorrente na literatura econômica e provoca debate acerca de sua complexidade, bem como sua articulação com diversos outros aspectos da realidade econômica e social. Neste sentido, o objetivo principal desta seção é examinar a distribuição espacial da pobreza no campo da região sudoeste do Paraná, bem como a distribuição de variáveis relacionadas à incidência de pobreza nesta região, sobretudo, pela interlocução desta com a fome e a agricultura familiar.

Parte-se do problema já descrito em sessões anteriores, o agronegócio, o qual surge com o suposto objetivo de acabar com a escassez de alimentos ao que se considerava ou se considera por esse movimento ardil- a solução para o problema da fome no mundo- gera um paradoxo no cenário mundial. Soares (2013, p. 5) explica que a expansão do agronegócio representa a violação da segurança alimentar e nutricional, cuja escala representativa contribui com os índices de insegurança alimentar, desigualdade social, conflitos no campo e depredação do meio ambiente.

Para Fernandes (2013, p. 140), o agronegócio é uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente, para dar relevância somente ao caráter produtivista voltado para a monocultura, com destaque para o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias.

Neste ponto, apesar do agronegócio apresentar aumento consecutivo na produção de alimentos e na economia do país, nos deparamos com seus efeitos danosos, dentre eles a insegurança alimentar já apontada neste trabalho e ao que se propõe a tratar nessa seção – a pobreza no campo.

No cenário em que o modelo agrícola agroexportador se apresenta, a autonomia de vida do homem do campo e a soberania alimentar são extraídas. O agronegócio viola sua relação com a terra assim como retira da terra seus substratos naturais. Longe do sonho americano, muitos deixam suas propriedades na tentativa de sobrevivência na área urbana, ou definham

nela sem perspectivas de qualidade de vida. A história por si nos mostra a pobreza devido à desigualdade social a qual o modelo agrícola capitalista de agronegócio está enraizado. Os bolsões de pobreza se espalham pelos diferentes territórios e no campo se camuflam nos diferentes caminhos distantes da visibilidade, onde o acesso aos serviços e programas não fazem parte de sua realidade.

Vale considerar que o Brasil apresenta marcas históricas que remontam ao processo colonizador, o qual destinou a esse espaço geográfico, por vários séculos, apenas a função de produção e suprimento de bens primários necessários ao atendimento dos interesses da metrópole lusitana. Tal lógica colonizadora, além de formar e estabelecer uma estrutura econômica voltada ao exterior, deixou marcas sociais que ainda estão presentes nos dias atuais. Dentre essas marcas, destacam-se a pobreza, a concentração de renda e a exclusão social.

Por isso, a pobreza não é um fenômeno novo, nem no país nem no continente latino-americano. Todavia, ela mostrou ser mais consistente nas últimas décadas do século XX quando crises econômicas afetaram a maioria dos países da região latino-americana. A partir de então, percebe-se que, além das deficiências estruturais do modelo de desenvolvimento econômico regional, os problemas sociais tornaram-se obstáculos reais para conformação de sociedades mais justas e democráticas.

Do ponto de vista econômico, o dinamismo ocorrido no Brasil durante a vigência da industrialização do país (décadas de 1940 a 1970) se esgotou rapidamente. Houve, assim, um impacto negativo para os agregados macroeconômicos, especialmente quanto ao nível de renda per capita, que passou a apresentar uma trajetória de queda, bem como o próprio mercado de trabalho, cujas taxas de desemprego e de informalidade se expandiram fortemente durante as duas últimas décadas do século XX. Esses fatos, somados ao histórico processo de concentração da renda, agravaram ainda mais as já precárias condições de vida da população em todas as regiões do país. (FERNANDES, 2013)

Do ponto de vista social, nas últimas décadas do século XX, ocorreu um forte crescimento nos índices de pobreza e de miséria em todo o país. Aliados à natureza estrutural da exclusão social, têm-se, ainda, os efeitos perversos dos programas de estabilização econômica, os quais agravaram as condições do mercado de trabalho. Aliados a tais efeitos, houve o aumento das taxas de desemprego, a expansão da informalidade, a redução dos salários básicos, bem como o estímulo à continuidade dos deslocamentos populacionais, os quais provocaram o inchaço das grandes metrópoles urbanas, que passaram a concentrar a maior parte da população do país. Com isso, a partir da década de 1990, o número absoluto de pobres

vivendo nas cidades – e especialmente nas áreas metropolitanas – superou, pela primeira vez, o número de pessoas pobres que vivem nas áreas rurais. (FERNANDES, 2013)

Mas, em termos relativos, a pobreza rural ainda é extremamente expressiva no país. Os dados da PNAD (IBGE, 2009) revelaram que 8.4 milhões de pessoas que faziam parte da população rural total (30.7 milhões de pessoas) eram classificadas como pobres (renda per capita mensal de até ½ salário mínimo, que em valores de setembro de 2009 correspondia a R\$ 207,50); e 8.1 milhões de pessoas eram classificadas como extremamente pobres (renda per capita mensal de até ¼ salário mínimo, que em valores de setembro de 2009 correspondia a R\$ 103,75). Isso significa que, no ano de 2009, aproximadamente 54% da população rural total era enquadrada como pobre. A distribuição espacial da pobreza rural revela que 53% do total de pessoas classificadas como pobres viviam no Nordeste do país, região que respondia também por 70% do total de pessoas extremamente pobres.

#### 4.4 OS DETERMINANTES HISTÓRICO-ESTRUTURAIS DE GERAÇÃO DA POBREZA RURAL

Conforme Jaccourd (2010, p. 121), a definição de pobreza é diversa em épocas ou sociedades distintas. Mesmo que esteja relacionada com situações de carência, é preciso saber “(...) de que carências se tratam e quais bens e serviços devem ser garantidos” (JACCOURD, 2010, p. 21). Tais carências podem ser diferentes qualitativa ou quantitativamente dependendo da época ou região.

De acordo como autor supracitado, as concepções mais abrangentes sobre o fenômeno da pobreza sugerem que ele não deve se restringir apenas à privação da renda, mas também à privação de outros bens materiais e de acesso aos serviços sociais essenciais, especialmente nas áreas de saúde, educação, alimentação, nutrição, habitação e saneamento básico. Em função disso, sugere-se que esse fenômeno seja discutido para além das variáveis puramente monetárias, mesmo sabendo-se das dificuldades envolvidas na construção de indicadores não monetários. No Brasil, por não existir este tipo de indicador, vêm sendo estabelecidas linhas de pobreza a partir de um único indicador monetário: a renda *per capita* familiar mensal, utilizada inclusive em programas sociais como o Programa Bolsa Família. Porém, aqui se considera que há um conjunto de outros fatores relacionados às privações que também podem explicar as causas estruturais da pobreza, conforme se vê mais adiante.

Seja qual for a interpretação da pobreza, é consenso que o não atendimento das necessidades mínimas diárias de calorias e proteínas está ligado à noção mais elementar dela.

Em qualquer sociedade, quem não possui meios de garantir a própria alimentação diária mínima é considerado pobre, e há de se considerar que aquele que não consegue atender a esta necessidade primária, como a importância de que se garantam os demais direitos, como o trabalho na sociedade atual.

Por isso, falar sobre pobreza rural e sua relação com a questão agrária requer situar o debate em uma perspectiva histórica, o que pressupõe entender a conformação histórica e social do país e suas particularidades, especialmente do campo. Desta forma, é possível afirmar que a pobreza rural não pode ser concebida como um fenômeno natural, pois assim como o fenômeno da fome, trata-se de um processo social e histórico construído pelo homem. Nesta perspectiva analítica adotada, a pobreza tem seus determinantes centrais de ordem estrutural.

De acordo com o professor Lauro Matei em seu artigo para a Carta Maior, historicamente, nota-se, desde os primórdios da colonização, a natureza exploratória e predatória dos recursos disponíveis no território.

Se no passado colonial o caráter dessa exploração se encontrava assentado na grande propriedade privada da terra e no trabalho escravo, hoje ele permanece amparado na grande propriedade privada das terras e no trabalho livre, que é seu substrato de acumulação e de valorização. Este movimento condicionou e ainda condiciona grande parte da vida material do país. Os traços gerais dessa materialidade econômica se circunscrevem no tempo presente à exploração econômica agrícola em grandes propriedades, na monocultura e nas *commodities* que dominam o cenário produtivo agroindustrial do país. (MATEI, 2012, n.p.)

O historiador Caio Prado Júnior (1972) resumiu este processo com a seguinte expressão: “somos hoje o que nós éramos ontem”. Na verdade, ele discutia a formação histórica da economia rural brasileira, a qual se assentou em três pressupostos básicos: a monocultura em grandes propriedades; as relações de trabalho escravocrata; e a produção voltada para o exterior. A partir desses três elementos, é possível encontrar grande parte dos determinantes da pobreza rural, sobretudo na atualidade.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo IICA, no ano de 2011, sobre “a nova cara da pobreza rural”, foram apresentadas diversas evidências no que tange à abordagem aqui adotada. Assim, estudos da região centro-oeste mostraram que, naquele local, a pobreza não é apenas uma questão de renda, uma vez que ela tem sua maior expressão exatamente nas áreas de pecuária extensiva, que são espaços geográficos dominados pelos latifúndios e onde se observam elevados índices de concentração da terra. Da mesma forma, estudos da região amazônica mostraram que os determinantes da pobreza naquela região dizem respeito à falta

de dotação de recursos e às relações de trabalho. No que diz respeito à dotação de recursos, o principal deles é a falta de terra, ao passo que no tocante às relações de trabalho, verificou-se que ainda permanecem formas de trabalho escravo. (IICA, 2011, n/p)

Viu-se, anteriormente, que a grande maioria das famílias residentes em áreas rurais e classificadas como extremamente pobres no Brasil se concentra na região Nordeste, com destaque para a parte do semiárido. Nesses locais, destacam-se três fatores como determinantes da pobreza: a privação do acesso à água; a privação do acesso à terra; e a ocorrência sistemática das secas, fenômeno que impõe diversas restrições, especialmente em termos de acesso ao trabalho. Decorrem daí distintos movimentos migratórios temporários para outras regiões do país, especialmente para a colheita da cana e do café no centro-sul. Este processo submete uma parcela expressiva dessa população a condições de trabalho degradantes. Mesmo que temporariamente esses migrantes consigam participar do mercado de trabalho, as relações de trabalho e os rendimentos obtidos são extremamente precários, conforme está amplamente documentado pela literatura especializada. Para se ter uma ideia da dimensão do problema, basta citar que até recentemente uma das principais reivindicações das organizações sindicais rurais era a assinatura da carteira de trabalho, o que garantiria a esses trabalhadores o acesso a alguns benefícios sociais.

Em outro extremo do país, na região Sul, o fenômeno da pobreza rural tem maior expressão também nas microrregiões onde predominam os latifúndios, com destaque para os campos de Guarapuava (PR), as regiões das Missões e da Campanha (RS) e o Planalto Serrano, em Santa Catarina. Em todos esses locais, verifica-se um fenômeno correlacionado: as microrregiões com maior concentração de terras são exatamente aquelas que apresentam os maiores índices de pobreza rural.

Todos esses exemplos são fortes indicativos de que não se pode continuar tratando o problema da pobreza rural como um mero indicador monetário, abstraído a partir da renda *per capita* familiar. Aqui, claramente, a pobreza assume a característica de um processo histórico-estrutural marcado pelas contradições sociais ainda presentes na sociedade rural brasileira. E, ao mesmo tempo, ela se revela como um fenômeno multidimensional, que poderá ser mais bem compreendido quando se utiliza a abordagem das privações.

Além disso, no caso brasileiro, a pobreza rural também está fortemente associada ao rápido processo de industrialização e de urbanização do país ocorrido a partir da segunda metade do século XX, o qual revelou uma grande contradição: por um lado, verifica-se que ocorreu uma forte expansão da produção física de mercadorias em todas as atividades econômicas, mas, por outro, foram estabelecidos mecanismos que restringiram o acesso a esse

conjunto de bens produzidos, o que proporcionou um elevado grau de exclusão social, cujo resultado mais visível é a existência até os dias de hoje de elevados índices de pobreza.

De maneira geral, pode-se dizer que esse modelo de desenvolvimento institucionalizou a pobreza rural pelos seguintes mecanismos: a concentração fundiária, que expropriou parte dos camponeses das áreas rurais; o uso intensivo às tecnologias modernas, que desempregou muita gente; as relações precárias de trabalho, que degradaram e ainda degradam a vida dos trabalhadores rurais; e o incentivo à urbanização acelerada, que esvaziou parte do espaço rural do país.

Acredita-se que esse é o caminho em que a questão agrária necessita volver a agenda de discussões das políticas públicas de enfrentamento a pobreza rural. Embora haja estudos que insistam em considerar que o país já superou o problema da produção sem precisar fazer qualquer reforma na estrutura agrária, trata-se de afirmar, que a questão agrária brasileira não pode ser relegada a um plano secundário quando as políticas públicas se definem e efetivam o objetivo de erradicar a pobreza.

Em capítulos anteriores falamos rapidamente do valor da terra, e por ela possui um elevado valor econômico, entende-se que a busca de recursos para combater a questão da pobreza rural brasileira não pode-se dissociá-la dos marcos da sua estrutura agrária, pois do contrário, seria preciso aceitar as ideias conservadoras que afirmam que essa massa da população excluída não deveria ser contemplada pelas distintas políticas para o meio rural do país devido ao baixo resultado produtivo apresentado, como se esse fosse o ponto principal a ser combatido. Ainda vale ressaltar que oriunda dessas teses conservadoras, parte a ideia de que políticas de transferência de renda basta para estes segmentos sociais superarem a condição de pobreza.

Neste ponto, concluímos que pensar a pobreza no campo é considerar que seu enraizamento está sim na estrutura agrária. E diante desse contexto, refazemos a questão levantada por Mattei (2012): é realmente esta solução que o projeto democrático de desenvolvimento nacional deveria oferecer para mais da metade da população do campo?

#### 4.5 MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA COMO ENFRENTAMENTO À POBREZA E AO ÊXODO RURAL

As modificações vivenciadas na economia brasileira, desde a passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial, acarretaram distanciamento do modo de vida rural.

De acordo com as novas características do campo e de quem vive e sobrevive nele, defendemos a ideia de que a alternativa para o enfrentamento da pobreza rural, seja pelo trabalho. Dessa forma defendemos ainda a lapidação da multifuncionalidade do rural, os quais se configuram nesse cenário.

Conquanto a noção de multifuncionalidade da agricultura esteja ainda em elaboração e seja fonte de debates e divergências na Europa, ao que a literatura atual nos permite entender, em geral, ela refere-se ao reconhecimento de que à agricultura e aos agricultores cabe, além da produção agropecuária, a garantia da qualidade dos alimentos, a manutenção do potencial produtivo do solo, a conservação das características paisagísticas das regiões, a proteção ambiental no meio rural, a manutenção de um tecido econômico e social rural, a conservação do capital cultural e a diversificação das atividades rurais (LAURENT, 2000).

Todavia, pode-se entender a polêmica europeia em torno da tentativa de atribuir à agricultura todas estas múltiplas funções como a expressão de disputas no âmbito do processo de integração da União Europeia, no qual estão em jogo a existência de subsídios agrícolas, as pautas de exportação de gêneros alimentícios, as regulamentações para o exercício profissional e suas consequências para o sistema previdenciário. (LAURENT, 2000; BLANCHEMANCHE et al., 2000). Recorre-se, portanto, à terminologia agricultura para um processo de multifuncionalidade que não se esgota neste setor de atividade, mas que é, como aponta Cristóvão (2000) com referência à realidade europeia, muito mais amplo, ou seja, do próprio espaço rural.

No Brasil, as pesquisas específicas sobre a multifuncionalidade do espaço rural ainda são relativamente recentes e escassas. A questão tem sido enfocada de modo indireto pelo “Projeto Rurbano”, coordenado por Graziano da Silva (Unicamp-SP), por meio do qual diversos estudos têm sido publicados sobre o que seriam as novas relações cidade/campo e um “novo rural” brasileiro. Tomando ilustrativamente os trabalhos de Graziano da Silva (1997a; 1997b; 1999) para o exame dos elementos que têm sido levantados na investigação do chamado “Novo Rural” brasileiro, destaca-se a conclusão deste autor de que também o meio rural brasileiro não pode mais ser caracterizado exclusivamente como agrícola. Seus números indicam que, enquanto a População Economicamente Ativa (PEA) agrícola diminuiu, a PEA rural aumentou nos últimos anos, e isto teria acontecido em razão de um conjunto de atividades não agrícolas – tais como prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria – que responde cada vez mais pela nova dinâmica ocupacional do meio rural brasileiro.



Na visão de Graziano da Silva (1997), a distinção entre rural e urbano tem cada vez menos a ver com o tipo de atividade (ocupação) exercida pelos indivíduos que neles residem, mesmo porque o crescimento das atividades não agrícolas nas áreas ditas rurais parece ser uma tendência das mais importantes, tanto nos países desenvolvidos como na América Latina, e no Brasil em particular. A partir desta mudança de enfoque sobre a relação cidade/campo, tenta-se explicar o surgimento de necessidades típicas de uma sociedade pós-fordista ou pós-industrial no rural, como o estabelecimento de zoneamentos para o estabelecimento de áreas industriais e de moradia, áreas de preservação ambiental e de lazer etc. (SILVA, 1997).

O autor constata, então, que o rural brasileiro está criando um outro tipo de riqueza, além dos produtos agrícolas, baseada em bens e serviços não tangíveis e não suscetíveis de “desenraizamento”. O espaço rural no país teria, assim, ganhado novas funções e novos tipos de ocupação (lazer, turismo, moradia, conservação ambiental, atividades de serviços diversas etc.). O novo ator social consolidado deste novo rural brasileiro seria o agricultor pluriativo.

Outros autores também têm feito importantes reflexões sobre a emergência de novas ruralidades no país. Carneiro (1998) aproxima-se das considerações de Graziano da Silva quando aponta que, no Brasil, o “novo rural” tem se caracterizado por dois conjuntos de fenômenos: a) o rural não mais se define pelo agrícola, mas pela ‘pluriatividade’; b) a valorização de um novo modo ou estilo de vida (*lifestyle*), pautado por novos valores advindos do ambientalismo e da demanda por lazer, que tem valorizado positivamente o mundo rural.

Já o trabalho de Wanderley (1997) aproxima-se das perspectivas traçadas por Saraceno (1996), pois mostra que a predominância de agricultores na população rural processou-se como um fato historicamente datado, no qual a identificação do rural com a ocupação agrícola foi fruto da própria irrupção da revolução industrial, e a hipótese desta identificação só tem validade para o período de transição de uma sociedade não-industrial para uma sociedade industrial. Afirma ainda que a abordagem adequada sobre dinâmicas locais ou regionais deve considerar não apenas a área mais ampla na qual a população rural está inserida, mas, sobretudo as relações que se estabelecem entre o espaço rural e a cidade próxima da qual ele é o entorno, pois são estas relações que definem um espaço social diversificado, o qual é justamente o que interessa apreender e compreender.

Para Wanderley (2000), configura-se na atualidade três ‘tipos’ de rural: 1) o rural produtivo nos termos de uma agricultura intensiva e produtivista; 2) o rural como espaço de consumo, associado à qualidade de vida (residência, lazer, esparteramento etc.); 3) o rural ambiental, que diz respeito aos espaços protegidos, como as áreas de proteção ambiental (APAs), parques ecológicos etc. Para o Rio Grande do Sul, os trabalhos de Schneider (1999)

também têm apontado que estão surgindo novas formas de ocupação do espaço e novas atividades no meio rural, que ampliam as oportunidades de emprego e constituem-se em novas perspectivas de trabalho para seus habitantes.

O capitalismo rural norteia a mudança do modo de vida do indivíduo e famílias que vivem do e no campo. Diante disso, fecha-se essa seção com o questionamento acerca da possibilidade de percepção do rural nas suas diversas funções, além da agrícola-alimentar, como forma de valorização do camponês e de reconstrução da sua identidade com a ideia – como também de pensar na propriedade para além do trabalho com a terra, ou a terra como fonte de trabalho, concordando com Schneider (1999, p. 186), que afirma que:

O espaço rural deixará de ter como função exclusiva a produção agrícola, passando a ser um espaço polissêmico em que coexistem atividades econômicas de natureza diversa como a própria agricultura, o comércio, o turismo rural, o ambientalismo, o lazer, entre outras (SCHNEIDER, 1999, p. 186).

#### 4.6 A AGROECOLOGIA NA BERLINDA

O item anterior discorre como a modernização da agricultura trouxe a alteração nas relações de trabalho, no uso da terra, na produção agrícola, na dinâmica populacional e na qualidade do alimento que consumimos. No cenário apresentado, compreende-se que esse processo afetou os atores da produção da agricultura de formas distintas em prol do empoderamento do agronegócio, mas os benefícios proporcionados para seus agentes, por outro lado causou dificuldades para outros. Em especial, aqui retratam-se os agricultores familiares, que enfrentam cotidianamente dificuldades para produzir e para viabilizarem sua produção frente aos desafios impostos pelo mercado. Todavia, a maximização do lucro e da produção predomina no modelo do agronegócio e não leva em consideração os aspectos sociais das famílias, que se veem forçadas a abandonar suas terras além de terem de abrir mão da capacidade dos agroecossistemas naturais (GRAZIANO NETO, 1985).

Anteriormente, viu-se que as estratégias de implantação do agronegócio resultaram em um processo de modernização tecnológica no mundo rural. Para Miller (2008), o pacote tecnológico (uso de máquinas e insumos agrícolas, e outras técnicas, a fim de viabilizar a produção extensiva) introduzido a partir da Revolução Verde provocou o aumento na utilização dos insumos para controle de pragas, na irrigação, no cultivo do solo, na monocultura, o qual trouxe problemas para a saúde, desequilíbrios naturais, através da extração excessiva dos recursos naturais, além de reduzir a capacidade dos mesmos.

Neste ponto, Sauer (2011, p. 23) cita que a tecnologia voltada para o agronegócio representa “um antagonismo político e simbólico à agricultura familiar, considerando-a uma forma arcaica e pouco eficiente de produção e cultivo da terra, especialmente pela não incorporação de certa racionalidade técnica”. Logo, o acesso às inovações tecnológicas e a consequente otimização da produção constituem-se como fatores que diferenciam os produtores no que diz respeito a sua participação na dinâmica mercadológica em relação à força de um modelo agrícola para do outro (MARQUES et al., 2011).

Tal cenário indica que para buscar um mercado diferenciado do agronegócio, os agricultores familiares precisam atuar em um campo mais propício ao tipo de produção que estes desenvolvem. Assim, a prática agroecológica é construída como possibilidade de sustentabilidade para o meio rural, por dispor de base tecnocientífica e estratégias para o desenvolvimento rural compatíveis com aquelas utilizadas pela agricultura familiar. Considerando a contribuição de Altieri (1989), o principal propósito é proporcionar bases científicas, que apoiem o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional, para estilos de agricultura sustentável. Segundo Meirelles (2004), ela surge como uma resposta socioambiental aos problemas ocasionados pela Revolução Verde.

Por hora, o sinal de resistência que representa se sobressai nas práticas agroecológicas, cuja permanência das famílias no campo, somado ao manejo sustentável e à conservação dos recursos naturais, valorização dos saberes locais e à independência dos pequenos agricultores na comercialização de seus produtos sem a presença do atravessador, certamente são características enriquecedoras da agroecologia.

No quadro abaixo, é possível observar um comparativo no país, estado e na região, as possibilidades da agroecologia, quando os números apontam a resistência da agricultura familiar em produzir de forma sustentável.

**Tabela 18 - Estabelecimentos com uso de adubação, por produtos utilizados – 2006**

Localidades selecionadas	Total de estabelecimentos	Estabelecimentos com uso de adubação										
		Total (1)	Produtos utilizados									
			Adubo químico nitrogenado	Adubo químico não nitrogenado	Esterco e/ou urina animal	Adubação verde	Vinhaça	Húmus de minhoca	Biofertilizantes	Inoculantes (fixadores de nitrogênio)	Composto orgânico	Outros
Brasil	5.175.636	1.695.250	1.325.842	244.734	627.930	139.191	3.431	3.588	21.649	28.253	103.212	12.894
Sul	1.006.203	698.336	626.612	111.515	228.181	115.474	1.128	1.495	9.749	21.816	46.659	1.843
Paraná	371.063	220.768	191.944	39.649	46.910	26.862	353	462	4.012	9.764	18.189	910
Sudoeste Paranaense	49.934	34.733	28.926	5.337	10.947	5.981	56	50	525	1.158	5.506	79
Micro. Capanema	12.185	8.610	7.005	1.314	2.777	983	1	17	37	79	1.195	20
Micro. Fco. Beltrão	22.200	15.818	12.667	2.442	6.201	2.814	26	26	157	554	3.097	41
Micro. Pato Branco	10.094	7.311	6.474	1.005	1.774	1.765	21	6	112	209	969	13
Micro. Palmas	5.455	2.994	2.780	576	195	419	8	1	219	316	245	5

Fonte: IBGE (2006).

De acordo com os dados do IBGE (2006), de 371.06 unidades agrícolas do Paraná que buscam uma agricultura sustentável, 49.943 unidades estão na região sudoeste. No quadro abaixo, é possível visualizar como é possível com as diferentes alternativas.

**Tabela 19 - Uso de outras alternativas para o controle de pragas e/ou doenças em vegetais nos estabelecimentos, por tipo de alternativa – 2006**

Localidades selecionadas	Estabelecimentos		Tipo de alternativa							
			Total	%	Controle biológico	%	Queima de res. Agríc.	%	Outras	%
Brasil	5.175.636	100,00%	503.150	9,72%	67.221	13,36%	45.625	9,07%	405.804	80,65%
Norte	475.778	9,19%	22.805	4,79%	3.439	15,08%	6.269	27,49%	13.621	59,73%
Nordeste	2.454.060	47,42%	140.196	5,71%	12.627	9,01%	23.057	16,45%	107.467	76,65%
Sudeste	922.097	17,82%	149.487	16,21%	15.049	10,07%	7.869	5,26%	131.043	87,66%
Centro-Oeste	317.498	6,13%	38.997	12,28%	5.113	13,11%	2.901	7,44%	32.671	83,78%
Sul	1.006.203	19,44%	151.665	15,07%	30.993	20,44%	5.529	3,65%	121.002	79,78%
Paraná	371.063	36,88%	40.361	10,88%	12.389	30,70%	2.316	5,74%	27.861	69,03%
Sudoeste paranaense	49.934	13,46%	10.120	20,27%	1.596	15,77%	376	3,72%	8.768	86,64%
Micro. Capanema	12.185	24,40%	1.103	9,05%	210	19,04%	17	1,54%	910	82,50%
Micro. Francisco Beltrão	22.200	44,46%	5.310	23,92%	602	11,34%	54	1,02%	4.865	91,62%
Micro. Pato Branco	10.094	20,21%	1.958	19,40%	296	15,12%	163	8,32%	1.590	81,21%
Micro. Palmas	5.455	10,92%	1.749	32,06%	488	27,90%	142	8,12%	1.403	80,22%

**Fonte:** IBGE (2006).

Vieira Filho (2011) aborda claramente o enfrentamento vivenciado pela agricultura familiar, na sociedade mundial em que houve o eco de um conjunto de mecanismos econômico, político, social e cultural, que favoreceu o modelo urbano-industrial em detrimento do rural-natural. Essa dicotomia incorporou a produção das sequelas sociais e ecológicas do atual modelo civilizatório, que se assemelha a uma pirâmide cuja parte superior, urbana-industrial, e se nutre parasitariamente dos andares inferiores representados pelos setores rurais e naturais (TOLEDO, 1992).

A confusão de que existem dois modelos de agricultura (comercial e familiar) faz com o que o governo aplique os recursos escassos de forma difusa e sem planejamento estratégico. Na produção agrícola, alguns cultivos se viabilizam em larga escala e intensivos em capital, como os produtos plataformas (grãos e cereais). Tais produtos geram renda e divisas ao país, não podendo ser descartados. Outras culturas são intensivas em mão de obra e possuem características de gestão familiar (fruticultura e horticultura), o que não impede de serem voltadas ao mercado. Porém, seja grande ou pequeno produtor, é preciso estimular a adoção tecnológica e o uso eficiente dos recursos. Se a modernização não acontece, a agricultura permanece com um grau de heterogeneidade estrutural que inviabiliza o crescimento inclusivo (VIEIRA FILHO, 2011, p. 1).

Nesse contexto, as políticas públicas destinadas à agricultura, de alguma forma, têm reforçado esse modelo posto que não estabelece claramente o papel demandado de distintos modos de produção, como aqueles praticados pela agricultura convencional e a familiar.

Considerando-se tal contexto, é possível perceber que a agricultura familiar é, de fato, uma atividade relacionada ao uso dos recursos naturais, pois se utiliza menos de tecnologias modernas do que a agricultura convencional e apresenta-se menos intensiva que a convencional no que se refere ao uso de insumos externos. Isso se deve ao fato de o agricultor familiar ser, “essencialmente, detentor dos meios de produção e sua relação com a terra baseia-se no valor de uso dado à área produtiva, com um grau relativo de afeição com a terra” (MARQUE et al., 2011, p. 4). Desta forma, tal organização produtiva alinha-se com a definição da sustentabilidade. A agricultura familiar “(...) é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais (...)” (ABRAMOVAY, 1992, p. 22). A agricultura familiar é uma nova categoria gerada nas transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. Aquilo que era um modo de vida converteu-se em uma profissão, em forma de trabalho. Ressalta ainda que “a agricultura familiar e o agronegócio são membros de uma mesma ordem: agricultura capitalista contemporânea” (ABRAMOVAY, 1992, p. 130).

Já Wanderley (2009, p. 156) entende a agricultura familiar “como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Assegura que a agricultura familiar é um conceito com significativas raízes históricas. Dessa maneira, destaca que as transformações ocorridas na moderna agricultura familiar não podem ser vistas como uma total ruptura das formas camponesas, uma vez que se fundamentam na relação propriedade, trabalho e família. A agricultura familiar emerge com o objetivo de “construir uma representação, para o segmento social capaz de distanciá-lo da visão de atraso e ineficiência” (SAUER, 2008, p. 25).

Delgado (2009) enfatiza que tal surgimento se deve a algumas razões, das quais destacamos: a perda de relevância política dos assalariados rurais; a maior complexidade social e política dos pequenos agricultores; a progressiva decepção com a modernização da agricultura e sua incapacidade de atender às demandas desses agricultores e a intensificação da reflexão intelectual e do debate sobre a permanência, o significado e a importância econômica e social da agricultura familiar para um desenvolvimento rural mais democrático e inclusivo. É fato que a agricultura familiar desenvolve suas práticas agrícolas baseadas na propriedade dos meios de produção. Há o envolvimento e a participação de toda a família, além de ser desenvolvida no próprio local de moradia dos agricultores. Nesse sentido, percebe-se que mesmo com investimentos na agricultura de grande escala, tornou-se imperativo reconhecer a capacidade que ela tem demonstrado ao desenvolver-se social e economicamente.

Por essa razão, é preciso discutir as estratégias de produção e comercialização da agricultura familiar para uma maior sustentabilidade. Fernández e Garcia (2001) acreditam que a formação de uma sociedade, cuja atitude seja de coexistência com a natureza, e não de exploração, é essencial para uma agricultura sustentável. É também essencial para a rede de SAN, que garante, pela produção, o direito à alimentação adequada.

Dentre as características da agricultura sustentável, estão os seguintes elementos: produção estável e eficiente dos recursos produtivos, segurança e autossuficiência alimentar, uso de práticas de manejo agroecológico, preservação da agricultura familiar e da cultura local, da autogestão e participação dos agricultores bem como a conservação e recuperação dos recursos naturais. A partir de uma visão de complexidade, estão envolvidos também aspectos sociais, culturais e políticos. É muito mais do que um conjunto de técnicas e assume sua relevância para um grande processo de mudança social, de resistência camponesa contra a globalização e o modelo de desenvolvimento rural dominante (ALTIERI e NICHOLLS, 2000 *apud* HERNÁNDEZ, 2011).

Por suas características, é preciso reconhecer que a agricultura familiar não é sinônimo de atraso e ineficiência, como também da produção apenas de subsistência e de “aversão” ao mercado, pois tem buscado estabelecer estratégias de inserção no mercado de maneira sustentável. Diante da perspectiva de sustentabilidade para o espaço rural, surgem propostas alternativas de espaço de comercialização como as feiras agroecológicas. Compreende-se que, para tratar da agricultura familiar, é necessário dialogar com a perspectiva da sustentabilidade, cujas estratégias, políticas públicas para o incentivo à produção e a comercialização possam subsidiar uma forma de desenvolvimento local, pautado na equidade, na valorização dos agricultores e dos seus saberes, na diversidade da sua produção, de forma comprometida com o ambiente e a sociedade.

Os movimentos das populações rurais pela autogestão de seus recursos ambientais sinalizam a possibilidade de passar das políticas preventivas e remediáveis diante do processo de degradação socioambiental para a construção de uma racionalidade produtiva sobre bases sólidas de equidade e sustentabilidade. Esses são os princípios que orientam os movimentos sociais pela reapropriação da natureza, de suas culturas, de seus saberes, de suas práticas e de seus processos produtivos, abrindo-se caminho através da instauração de novos direitos ambientais, culturais e coletivos (LEFF, 2006, p. 486).

A agroecologia é um modelo que concilia a agricultura familiar, a sustentabilidade para o espaço rural, e sobretudo a garantia de SAN. Abordar a garantia do direito humano à

alimentação, na perspectiva da produção do alimento no âmbito do espaço rural, é reconhecer sua complexidade no que se refere à composição social, às práticas cotidianas e relações sociais e econômicas que se inserem na rede de produção e que se estendem para além desse espaço.

Garantir a SAN é formar arranjos indissociáveis a garantia do direito humano à alimentação que engloba a forma de produzir- agroecologia- valorização dos saberes – soberania alimentar da agricultura familiar, de forma a sustentar a primazia do direito à alimentação nos âmbitos econômico, social, cultural e ambiental.

Com as afirmações aqui construídas e as indagações levantadas, encerra-se o terceiro e último capítulo deste trabalho. Vale reforçar que, dentre todos os direitos humanos, o direito à alimentação é, seguramente, o mais constante e mais maciçamente violado em nosso planeta. O direito humano à alimentação, tal como se apresenta no artigo 11º do Pacto Internacional sobre os direitos humano, econômicos, sociais e culturais, assim se definem.

O direito humano é o direito a ter acesso regular, permanente livre, diretamente ou por meio de compras monetárias, a um alimento qualitativo e quantitativamente adequado e suficiente, que corresponda às tradições culturais do povo de que originário o consumidor e que lhe assegure uma vida psíquica e física, individual e coletiva, livre de angústia, satisfatória e digna (Artigo 11º do Pacto Internacional sobre os Direitos Humano, Econômicos, Sociais e Culturais, n.p.).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escasso alimento é o sustento do pobre, quem dele o priva é homem sanguinário. Mata o próximo o que lhe tira o sustento (...) (Eclesiástico, 34, 25-26)<sup>24</sup>

A dissertação que aqui apresentamos objetivou apresentar reflexões acerca da garantia do direito humano à alimentação. Contudo, considerou-se neste trabalho, as interfaces da garantia do direito humano à alimentação que perpassa o caminho da produção do alimento no cenário brasileiro, dando ênfase a dinâmica do sudoeste do Paraná. O que foi apresentado não teve a pretensão de esgotar o tema, mas sim de apresentar indagações frente a questão alimentar na região sudoeste do Paraná, e o que se espera com este trabalho, é que este venha a contribuir com a discussão, sobre tudo nos debates desta categoria profissional frente às expressões da questão social. Buscou-se também, fazer uma análise do problema da fome em uma releitura do pensamento de Josué de Castro, entendendo que a questão alimentar perpassa o período de produção de sua principal obra – Geografia da fome. As mudanças históricas não impõem rigidamente ao pensamento os objetos e os limites de sua formulação. Na verdade, a fome na produção intelectual do escritor é o resultado de um confronto com a realidade histórica, onde o texto e as condições sociais são transformados.

Nesse movimento da história e das transformações da sociedade, tivemos o anseio de fazer conexões da fome com os modelos agrícolas contemporâneos – o agronegócio e a agroecologia – apresentando ambos os arranjos a partir de suas características (uso de agrotóxicos, o enfrentamento da agricultura orgânica, a resistência da agricultura familiar na comercialização de seus produtos, a soberania alimentar, etc.). Nosso intuito foi o de demonstrar a constante busca de estratégias de sobrevivência da agroecologia e da agricultura familiar em meio à agricultura convencional, dentre outros arranjos que caracterizam as interfaces do direito humano à alimentação e delineiam o problema da fome, sobretudo no sudoeste do Paraná.

A interpretação do pensamento de Josué de Castro realizada neste estudo buscou compreender esse processo. Apontamos para a possibilidade de novas interpretações de sua obra, inclusive por parte do Serviço Social, mostrando como a obra permanece viva, desde que promovendo sua análise crítica no debate sobre a fome brasileira contemporânea.

Como desdobramento deste estudo, também obtivemos a construção do mapa da fome na região Sudoeste do Paraná. Com este, nosso objetivo se alcança. Na apresentação do mapa

---

<sup>24</sup> Eclesiástico 34, 25-26, em Bíblia de Jerusalém (São Paulo: ed, Paulus, 2012).



construído, é possível identificar os municípios da região, nos quais a fome é um problema de diferentes proporções. A fome desvelada e identificada no cenário agrícola da região sudoeste do Paraná, exige um olhar atento emergente das políticas sociais, sobretudo no sentido de efetivar a interação entre as que estão em vigência. Diante das reflexões levantadas, citamos a relevância das ações das Políticas de SAN, de Agricultura, de Assistência Social, que se valem da intersectorialidade das políticas com as instituições públicas e privadas no trabalho de enfrentamento à insegurança alimentar.

Acreditamos que concedemos visibilidade ao trabalho da ASSESOAR como órgão não governamental que tem em suas ações diretamente ligadas aos camponeses da região sudoeste do Paraná, imbuída da ideia de não apenas produzir, mas de viver e interagir de forma sustentável com o meio e com as comunidades, por meio da qual o direito humano à alimentação é defendido e garantido através de práticas educativas dentro e fora da instituição. Com o resultado da pesquisa foi perceptível o importante papel da ASSESOAR no *modus* de vida dos camponeses, dando-lhes através da assessoria técnica, segurança, autonomia e esperança à permanência no campo, produzindo de forma consciente e harmônica com a qualidade de vida. Os enfrentamentos diários dos camponeses são bandeira de luta da instituição, e isso faz com que se fortaleça a identidade e o grupo social.

Diante das reflexões aqui levantadas, frente a questão alimentar, entendemos que o diálogo com as interfaces do direito humano à alimentação, traçam um caminho emergente de ações. Aqui sugerimos: a) que os assistentes sociais se reinsiram no debate acerca das interfaces do direito humano à alimentação, considerando as transformações do cenário da questão alimentar (modos de produção, direito à terra, defesa da soberania alimentar, dentre outros); b) que a categoria profissional, junto às demais, seja vigilante na efetivação do direito humano à alimentação adequada, conforme artigo 6º da Constituição Federal, ultrapassando a ideia do auxílio alimentação com formatação única, especialmente no sentido de ajustar a cesta básica de forma a conter itens que se enquadrem ao consumo regional, em valorização à tradição, cultura e agricultura local, e que ainda considere a necessidade individual para garantir SAN aos usuários assistidos pela integralidade dos serviços e políticas públicas; e c) que o tema fome/segurança alimentar ganhe espaço nos principais espaços informativos do Serviço Social, ganhando enfoque nos seus enfrentamentos, diálogos e manifestos em defesa da garantia dos direitos humanos.

É certo que uma pesquisa nunca chega ao fim. Com esta também não é diferente. Esperamos que o conteúdo desse trabalho nos ajude a elaborar um novo pacto de sociabilidade. Uma sociabilidade onde o alimento tenha seu sentido restituído e não se reduza à condição de

*commodity*. Uma sociabilidade em que possamos resgatar a relação do alimento e do “alimentar-se” para a humanidade. Uma sociabilidade, enfim, em que a produção de alimentos não seja uma das potencias formas de degradação humana e ambiental.

E assim, sem respostas ao problema da fome – mas com estas reflexões acumuladas acerca dela – é que nós continuamos a nos fabricar como humanidade, em busca de padrões de sociabilidade mais sensíveis. Lembramos, para terminar, o poema de João Cabral de Melo Neto, *Morte e Vida Severina* (1956), cujo contexto vivido, ou sobrevivido por Severino retirante, era de um cotidiano de fome e de luta por um pedaço de terra. Aos Severinos e Severinas que hoje sobrevivem à fome e ao latifúndio, e com as mãos calejadas e o rosto marcado de suor, driblando dia-a-dia o desejo de abandonar sua terra em busca de novo sonho para um novo sustento, registro o meu sim por uma vida profissional em defesa do direito humano à alimentação considerando suas interfaces para sua garantia. Assim cito:

— Severino, retirante, deixe agora que lhe diga: eu não sei bem a resposta da pergunta que fazia, se não vale mais saltar fora da ponte e da vida; nem conheço essa resposta, se quer mesmo que lhe diga é difícil defender, só com palavras, a vida, ainda mais quando ela é esta que vê, Severina mas se responder não pude à pergunta que fazia, ela, a vida, a respondeu com sua presença viva. E não há melhor resposta que o espetáculo da vida: vê-la desfiar seu fio, que também se chama vida, ver a fábrica que ela mesma, teimosamente, se fabrica, vê-la brotar como há pouco em nova vida explodida; mesmo quando é assim pequena a explosão, como a ocorrida; como a de há pouco, franzina; mesmo quando é a explosão de uma vida Severina. (NETO, 1956, p.28)

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA). **Relatório de Atividades de 2011 e 2012**. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária; 2013.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável** – 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em: <<https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/Agroecologia-Altieri-Portuguen.p.df>> Acesso em: 10 jul. 2018.

ALTIERI, M. **Agroecology: the science of sustainable agriculture**. Boulder, CO: Westview Press, 1995.

ALTIERI, M; NICHOLLS, C. **Agroecología: teoría y práctica para una agricultura sustentable**. Montevideo: Nordan-Comunidad, 2000.

ALVES, A. F. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento territorial sustentável: interfases e negociações no projeto vida na roça (Paraná)**. 2008. 234 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**. v. 12, n. 1, p. 12-20, jan-jun 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/04.pdf>>. Acesso em: 12 jul.2018.

BLANCHEMANCHE, S, Marie CL, Mouriaux F., Peskine E. **Multifonctionnalité de l'agriculture et status d'activité**. Paris-France: Economie Rurale; 2000. p. 41-51.

BOMBARDI, L. M. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. In: MERLINO, T.; MENDONÇA M. L.(org.). **Direitos humanos no Brasil, 2012**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; 2012. p. 75-86.

BRANDÃO, C. T. **Alimentação Alternativa e Inteligente**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Casa Civil. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, 15 set. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/L11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/L11346.htm)>. Acesso em: 16 set. 2018.

BRASIL. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 1988. <[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_15.12.2016/art\\_186\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_186_.asp)>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, 1998, p. 53-75.

CASTRO, J. **Fome é a vergonha do mundo**. 1960. Rio de Janeiro: Mundo ilustrado, 1960.

CASTRO, J. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1960.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. 2018. [site oficial]. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/manifesta>>. Acesso em: 17 out. 2018

CORONA, H. M. P. As estratégias dos agricultores familiares do Sudoeste do paraná frente   moderniza o no campo. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, **Anais**. Campinas: UNICAMP, 2003.

CRISTÓVÃO, A. F. Ambiente e desenvolvimento de áreas rurais marginais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre: EMATER-RS, 2000.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad econômica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión 1974.

DELGADO, G. C. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DELGADO, G. C. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**. Brasília: Ipea, 2005.

DELGADO, G. C. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transforma o democrática do meio rural. **NCN Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, 2012. p. 85-129.

ECO, U. **Apocalípticos e integrados**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2006.

FAVARETO, A. **Prefácio**. In: Abramovay, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo Agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007. p. 11-15.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. 199 f. Tese. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106708/fernandes\\_bm\\_ld\\_prud.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106708/fernandes_bm_ld_prud.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 10 set. 2018.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUANAN, A. M. (Org.). **Luta pela Terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

FERNÁNDEZ, X. S.; GARCIA, D. D. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre: Emater/RS v. 2, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/sistemas/administracao/tmp/2007114067.pdf>> Acesso em 06 jun. 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. Crises alimentares continuam a atacar e a fome severa intensifica-se. 31 MAR. 2018. [site oficial].

Disponível em: <<http://www.fao.org/portugal/noticias/detail/en/c/1113528/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Orgs.). Op. Cit. Laurent, C. e Mouriaux, M.-F. La multifonctionnalité agricole dans le champ de la pluriactivité. *La Lettre*. Paris, n. 59, 1999.

GARCIA, M. A. **Informe Agropecuário**, vol. 22, n. 213, p. 30-38, 2001.

GOMES JÚNIOR, N. N. **Segurança Alimentar e Nutricional como princípio orientador de políticas públicas no marco das necessidades humanas básicas**. 2007.339 p. Tese. Universidade de Brasília, Brasília, 2007

GOUGH, I. What are human needs? In: FRANKLIN, Jane. (Ed.). **Social policy and social justice**. London: Cambridge Polity Press, 1998.

GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HERNÁNDEZ, J. M. La crisis global y sus impactos en la vida rural. In: HERNÁNDEZ, J. M. (Coord.). **La agroecología en la construcción de alternativas hacia la sustentabilidad rural**. México: Siglo XXI Editores, 2011. p. 17-50.

HERNÁNDEZ, J. M.. Agricultura sustentable y agroecología. In: HERNÁNDEZ, J. M. (Coord.). La agroecología em la construcción de alternativas hacia la sustentabilidad rural. México **La agroecología en la construcción de alternativas hacia la sustentabilidad rural**. México: Siglo XXI Editores, 2011. p. 79-108.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 2012. [site oficial]. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73093>. > Acesso em: 10 jul. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar PNAD 2013. 2014. [site oficial]. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000020112412112014243818986695.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Sudoeste Paranaense: especificidades e diversidades**. Curitiba, 2009. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Sudoeste%20Paranaense\\_especificidades%20e%20diversidades.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Sudoeste%20Paranaense_especificidades%20e%20diversidades.pdf)>. Acesso em: 05 nov. 2018.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Base de Dados do Estado**. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br>>. Acesso em: 20 jun.2017.

JANK, M. S. Agronegócio versus agricultura familiar? **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 de julho de 2005. Espaço Aberto, p. A2.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002.

LEFF, E. Ecología y capital. **Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. México: Siglo XXI/UNAM Editores, 1994. 536 p.

MAGALHÃES, R. **Fome**: uma (re)leitura de Josué de Castro. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

MALUF, R. S. O novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar. In: BELIK, W.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Abastecimento e segurança alimentar**: os limites da liberalização. Campinas: Gráfica Central da Unicamp, 1996.

MARCONDES, Danilo. A crise de paradigmas e o surgimento da modernidade. In: BRANDÃO, Zaia (org.). A crise dos paradigmas e a educação. 8. ed. \_ São Paulo: Cortez, 2002 (Coleção Questões da Nossa Época; v. 35).

MARQUES, A. C. O. et al. A contribuição da agricultura familiar na produção agropecuária do Brasil a partir do censo agropecuário do ano de 2006. In: JORNADA DO TRABALHO, 21, São Paulo, 2011.

MATTEI, L. Pobreza rural: um fenômeno histórico relacionado à estrutura agrária do país. Carta Maior. 16 mai. 2012. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Pobreza-rural-um-fenomeno-historico-relacionado-a-estrutura-agraria-do-pais/7/25309>>. Acesso em: 16, nov. 2018.

MDS. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA**: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo Técnico N.º 01/2014.

MEIRELLES, L. Soberania alimentar, Agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas**: experiências em Agroecologia, v. 1, p. 11-14, 2004.

MILLER JUNIOR, G. T. **Ciência Ambiental**. 11. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

NETO, J. P. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**, ABEPSS, n. 3, p. 41-49, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO. **Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional**. Santiago, 2017. 48 p. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i6977o.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2018.

PARANÁ. Companhia de Habitação do Paraná. [site oficial]. Disponível em: <<http://www.cohapar.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

PEREIRA, P. A. Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social. **Revista Temporalis**, CFESS, 2003.

PESSANHA, L. D. R. **Segurança alimentar como princípio orientador de políticas públicas**: implicações para o caso brasileiro. 1998.305p. Tese – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

POLI, J. **Da posse para a propriedade da terra no Sudoeste do Paraná (1962-1973)**. Curitiba, 2009. 190 p. Dissertação (mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. 2009. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24173/JACI%20POLI%20DISSERT%20VERSAO%20PARA%20BIBLIOTECA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 10 set. 2018.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003, 374 p.

SARACENO, E. Alternative Readings of Spatial Differentiation: the rural versus the local economy approach in Italy. **European Review of Agricultural Economics**. n. 21, p. 451-474, 1994.

SAUER, S. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. **Embrapa Informação Tecnológica**: Embrapa – Secretaria de Gestão e Estratégia, 2008. 73 p.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999. 258 p. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b7spy/pdf/schneider-9788538603894.pdf> >. Acesso em: 10 set. 2018.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. In: SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. p. 179-190.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **RBCS**, v. 18, n. 51, out. 2018. <Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092003000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100008)>. Acesso em: 8 out. 2018.

SCHNEIDER, S.; NAVARRO, Z. Agricultura e novas formas de ocupação no meio rural. In: WORKSHOP INTERNACIONAL CAMPO-CIDADE. Curitiba: PNUD/Governo do Estado do Paraná, 1998.

SOARES, R. **A produção alimentar do município do Rio Grande: ênfase na produção de hortifrutigranjeiros**. 2013). Disponível em: [http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra\\_Rosana-da-Silveira-Soares.pdf](http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Rosana-da-Silveira-Soares.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2018.

SPOSATI, A. O. **Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.

TOLEDO, V. M. **Modernidad y ecología**. La nueva crisis planetaria. Ecología Política, 1992.

VALENTE, F. L. S. **O direito humano à alimentação**. São Paulo: Cortez, 2002.

WACHOWICZ, R. C., **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. 2 ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

WANDERLEY, M. N. B. (1997). O ‘lugar’ dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: CONGRESSO DA SOBER, 25.2010, Natal, **Anais**: Natal, 2010, p. 90-113.

WANDERLEY, M. N. B: **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

**O Brasil roubado por latifundiários.** 2016. Disponível em: <<https://www.carosamigos.com.br/index.php/180-outras-noticias/artigos-e-debates/6017-o-brasil-roubado-por-latifundiarios>> Acesso em: 10 set. 2018.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN – FAO. Urbanización, alimentación, nutrición em America Latina y Caribe. Oficina Regional para America Latina y el Caribe. Santiago, 1985.